



A mesa que dirigiu o ato político do dia 10 com a presença do governador Garotinho...



... delegados e convidados ouvem o Hino Nacional

O maior congresso do PCdoB!

O RioCentro foi palco da maior reunião de comunistas brasileiros: o 10º Congresso do PCdoB, que contou com a participação de 32 representantes de partidos e organizações estrangeiras e 820 delegados de todo o país, de 9 a 12 de dezembro.

Renato Rabelo, eleito presidente do PCdoB, afirmou que “o Brasil precisa de um novo rumo, de uma ruptura com a atual orientação dominante, de um projeto de mudanças que seja capaz de promover a reconstrução nacional, a transformação social e a mais ampla liberdade política”.

A discussão das propostas e documentos que nortearam todo o processo do 10º Congresso foi conduzida na plenária final através do debate e deliberação acerca dos relatórios apresentados pela Comissão de Sistematização, que avaliou as mais de 500 emendas

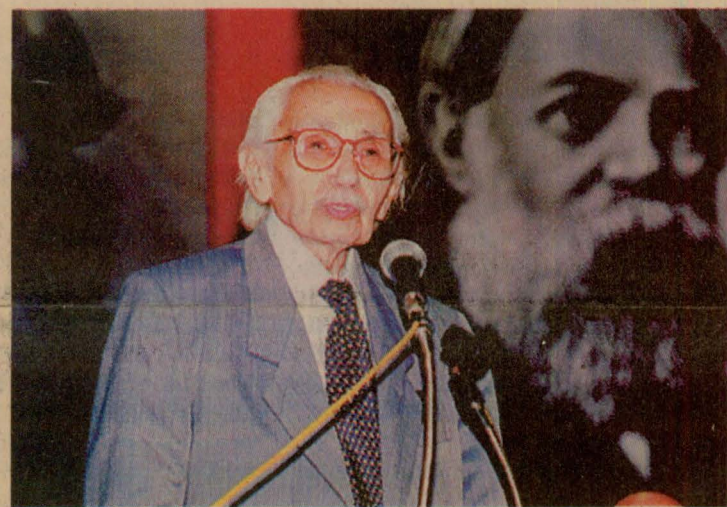
advindas das conferências municipais e estaduais. Também foram decisivas as 13 intervenções especiais apresentadas por dirigentes nacionais do Partido. As principais idéias desses informes estão incorporadas na Resolução Política aprovada na plenária final do Congresso e publicada nesta edição da Classe.

O ato político do 10º Congresso, na noite de 10 de dezembro, foi uma manifestação pela unidade das oposições nas eleições de 2002. O governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (PSB); representantes do PT, PDT, PSB, PCB, da CUT, da Contag, UNE, Ubes, Conam e de várias entidades populares valorizaram a persistente atuação do PCdoB pela formação de uma ampla frente oposicionista. Na manhã do dia 11 de dezembro, o presidente de honra do PT, Luís Iná-

cio Lula da Silva, conclamou as oposições a se unirem em torno de uma aliança política para enfrentar as próximas eleições.

Nos intervalos dos debates, os participantes do Congresso tiveram oportunidade de conferir duas exposições, montadas no saguão externo. Na noite de encerramento, os participantes do Congresso foram brindados com um animado show do sambista Martinho da Vila e com uma apresentação mais do que especial da bateria da escola de samba Vila Isabel, que fechou com chave de ouro o maior Congresso do Partido Comunista do Brasil.

Veja nesta edição os nomes dos camaradas que compõem o Comitê Central eleito no Congresso e os demais órgãos executivos nacionais do Partido. Leia, também, a intervenção de Renato Rabelo no encerramento do 10º Congresso.



Amazonas, presidente de honra do PCdoB

João Amazonas:

“Não peço aposentadoria. Continuo lutando no nosso glorioso e heróico PCdoB”

Na manhã de 12 de dezembro, o presidente do Partido Comunista do Brasil pediu, ao 10º Congresso, para ser liberado da presidência do PCdoB, ressaltando que não estava pedindo aposentadoria.

“Tenho sido, desde 1962, o principal dirigente do Partido Comunista do Brasil. Era um partido pequeno e perseguido, cuja direção coletiva era formada por homens como Maurício Grabois, Pedro Pomar, Luís Guilhardini, Carlos Danielli, Lincoln Oest e tantos outros que pagaram com a vida a ousadia de contrapor-se à ditadura militar. É com saudade, respeito e emoção que me recorro desses camaradas. Com seus desaparecimentos, couberam-me maiores responsabilidades de direção” lembrou Amazonas.

Em abril de 2002 ele completa 67 anos de militância ininterrupta no Partido Comunista e, no dia 1º de janeiro, 90 anos de idade. “Sempre procurei ser um militante esforçado, e procurei desempenhar, da melhor forma possível, minhas tarefas. Não tenho condições físicas para continuar à frente do principal cargo

na direção do Partido, sendo seu presidente. Não se trata de uma questão de princípios. O Partido Comunista do Brasil não tem cargos vitalícios. Peço, por isso, aos camaradas, que me liberem desta tarefa. Não peço aposentadoria. Continuo lutando no nosso glorioso e heróico PCdoB. Continuarei membro do Comitê Central do Partido e em minha mesa de trabalho exercendo, como sempre, as tarefas que me forem atribuídas. Mas não tenho condições físicas de continuar exercendo a principal função da direção partidária”, afirmou.

A intervenção de Amazonas foi interrompida por aplausos dos congressistas quando apresentou o nome de Renato Rabelo, atual vice-presidente, para substituí-lo na presidência, “um bom camarada, que vem se destacando, seguindo as tradições de luta do nosso Partido. Quero destacar que esta substituição se faz normalmente, como é devido. Quero também agradecer o grande apoio que sempre tivemos do Partido Comunista do Brasil”.

CUT prepara greve em defesa dos direitos trabalhistas

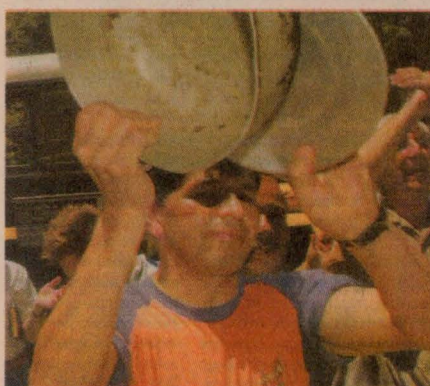
Somente a pressão sobre os senadores e a presença massiva no Congresso, nos dias de votação, não serão suficientes para impedir as ameaças e as ações corruptoras do Executivo para liquidar com os direitos trabalhistas. É preciso fazer valer o peso do proletariado com a preparação de uma greve geral em defesa das

conquistas da CLT que uniu todo movimento sindical brasileiro. A CUT tomou posição pela greve nacional, antecedida de amplos protestos envolvendo a massa trabalhadora e amplos setores dos movimentos sociais através do Fórum Nacional de Lutas. A greve deve ser aprovada em assembleias dos sindicatos e os sindicatos

classistas devem usar sua influência para envolver outros setores da sociedade nessa batalha. Deve ser elaborado um plano sistemático de visita aos senadores em seus Estados. A atuação no campo institucional e a ação de massas são caminhos para a vitória nesta luta.

Página 22

Argentinos exigem mudanças



Panelaço em Buenos Aires

Argentina vive, desde dezembro, uma situação de grandes comoções populares. Mesclou-se um poderoso impulso do movimento de massas “espontâneo”, junto a generalizado combate político contra o furioso governo neoliberal de De la Rúa-Cavallo-FMI. Como saldo, 32 mortos, cinco “presidentes” em 12 dias, e absolutamente nada resolvido!

O Partido Comunista da Argentina denunciou “o banho

de sangue”, da repressão neoliberal, destacando a “vitória conquistada pela luta popular em 19 e 20 de dezembro”. Os comunistas conclamam à unidade em torno da “Esquerda Unida” e da continuidade das mobilizações, “contra o sistema, contra o modelo neoliberal, por um plano de emergência nacional, pela unidade popular, dignidade e identidade nacional”.

Página 20

Mens@gens

O Partido Comunista do Brasil e a redação de A Classe Operária agradecem e retribuem as mensagens recebidas no fim de 2001

Ao presidente do PCdoB, João Amazonas
Ao Cumprimentá-lo, felicito-o pelo recebimento da Medalha "Mérito Legislativo" da Câmara dos Deputados, enviando-lhe minhas congratulações. Cordialmente
 Marco Maciel
 Vice-presidente da República

Cônsul Geral da República Bolivariana da Venezuela, Consulado da República de Cuba em São Paulo, Consulado Geral da República Popular da China, Embaixada da República Popular da China no Brasil, Bem Wan Yongxiang, Embaixada da República Popular Democrática da Coreia no Peru, Embaixada da República Socialista do Vietnã, Embaixada de Cuba no Brasil, Sergio Cervantes, Ilda Figueiredo (deputada PC Português, Parlamento Europeu, Bélgica.

Roseana Sarney (governadora - PFL/PA), Zeca do PT (governador - PT/MS), Gerson Camata (senador e ex-governador - PMDB/ES), Cristovam Buarque (ex-governador - PT/DF), Luiz Antonio Fleury Filho (ex-governador e deputado federal - PSDB/SP), Orestes Quércia (ex-governador - PMDB/SP) e sua esposa Alaíde Quércia, Luciana Santos (prefeita de Olinda - PCdoB/PE), Marcelo Deda (prefeito de Aracajú - PT/SE), Tarso Genro (prefeito de Porto Alegre - PT/RS), Luciano Siqueira (vice-prefeito - PCdoB-Recife/PE), Jackson Barreto de Lima (presidente - PMN/SE)

Partido Argelino para a Democracia e o Socialismo - PADS, Partido Comunista Colombiano, Partido Comunista da Alemanha (KPD), Partido Comunista da Argentina, Partido Comunista da Austrália, Partido Comunista da Áustria, Partido Comunista da China, Partido Comunista da Grécia, Partido Comunista da Índia (M), Partido Comunista de Cuba, Partido Comunista do Canadá (M-L), Partido Comunista do Chile, Partido Comunista do Nepal, Partido Comunista do Peru (Pátria Roja), Partido Comunista do Trabalho da Finlândia, Partido Comunista do Vietnã, Partido Comunista dos Estados Unidos - CPUSA, Partido Comunista dos Povos de Espanha, Partido Comunista Japonês, Partido Comunista Português, Partido Comunista Revolucionário da Argentina, Partido Comunista Sírio, Partido do Progresso e do Socialismo do Marrocos, Partido do Trabalho da Coreia, Partido do Trabalho da Romênia, Partido dos Trabalhadores - Brasil, Partido para o Poder Socialista - Turquia, Tudeh - Partido do Iran, Unite - PC da Finlândia

AELO/BR - Assoc. Emp. Des. Urb. do Brasil, Andima - Assoc. Nac. das Instituições do Mercado Aberto, Banco do Brasil - agência Brigadeiro, Centro de Aprendizado Agroecológico-CAA, Diretório Central dos Estudantes do CEFET/PR, Ejército de Liberación Nacional - ELN - Colômbia, Empresa Brasileira de Correios - agência Cen-

tro Lapa, Guevara Home, Programa Estadual DST/Aids/SP, Sindiágua - RS, Sindicato do Bancários de Porto Alegre, União Brasileira de Mulheres

Aldo Arantes (deputado federal - PCdoB/GO, Arnaldo Faria de Sá (deputado Federal - PTB/SP), Freire Júnior (deputado federal - PMDB/TO), Haroldo Lima (deputado federal - PCdoB/BA), Solange e família, Iara Bernardi (deputada federal - PT/SP), Inácio Arruda (deputado federal - PCdoB/CE), Luiza Erundina (deputada federal - PSB/SP), Rita Camata (deputada federal - PMDB/ES), Sérgio Miranda (deputado federal - PCdoB/MG), Socorro Gomes (deputada federal - PCdoB/PA), Milton Monti (deputado federal - PMDB/SP), José Dirceu (deputado federal - PT/SP)

Alice Portugal (deputada estadual - PCdoB/BA), Jamil Murad (deputado estadual - PCdoB/SP), Jorge Caruso (deputado estadual - PMDB/SP), Nelson Pereira de Carvalho (deputado estadual - PCdoB/PE), Nivaldo Santana (deputado estadual - PCdoB/SP), Vanderlei Macris (deputado estadual - PSDB/SP)

Alcides Amazonas (vereador - PCdoB - São Paulo/SP, Ana Martins (vereadora - PCdoB - São Paulo/SP, Cláudio Fonseca (vereador - PCdoB-São Paulo/SP), Devanir Ribeiro (vereador - PT-São Paulo/SP), Javier Alfaya (vereador - PCdoB-Salvador/BA), Lipa Xavier (vereador - PCdoB-Montes Claros/MG), Maria Celeste (vereadora - PT-Porto Alegre/RS), Paulo Dantas (vereador - PCdoB-Recife/PE), Raul Carrion (vereador - PCdoB-Porto Alegre/RS), Ricardo Alvarez (vereador - PT-Santo André/SP)

Afapp - associação dos familiares e amigos dos presos políticos, AKEL - Chipre, Central dos Trabalhadores de Cuba, Comitê Municipal do PCdoB - Belém/PA, Faculdade Santa Marcelina, FARC - Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, KMF do Brasil, Modulaço Blindagens Especiais, North Compass - Canadá, OSPAAAL Organización de Solidaridad con los Pueblos de Asia África y AL, Varig, Viasoft Informática Ltda

Alanir Cardoso, Antonio Marmo Melo, Augusto Buonicore e Sônia, Carmen Morente (Espanha), Cláudio Alexandre Gomes, Caroline, Gabriel e Nenê, Daniel Victor Franco da Silva, Frank Goldsmith (Estados Unidos), Ivone Belém, Jairo José, João Ferreira, Jorgelina Lanz, José Ângelo Proença Zoldani, Jose Luiz de Almeida Machado, Magali Pires e Flávio, Manuel Rodrigues, Iara, Kaoê e Catarina, Maria Fígaro, Osvaldo e Murilo, Miguel Felício, Paulo Bartholo, Pepê, Renildo Calheiros, Rovilson Brito, Tony Arles, Valdir Izidoro da Silveira, Vanderlei Caixe, Walter Lopes Filho, Wilson Santos e família

Fórum Social contra o neoliberalismo

Porto Alegre sediará novamente o Fórum Social Mundial, de 31 de janeiro a 5 de fevereiro. Mantendo o lema "Um outro mundo é possível", este 2º Fórum pretende elaborar propostas alternativas à globalização neoliberal. O Comitê Organizador espera cerca de 12 mil delegados e mais de 50 mil participantes de todo o mundo. Da primeira edição participaram 18 mil pessoas de 122 países. O FSM está sendo preparado por vários comitês estaduais e encontros preparatórios, como o Fórum Mundial de Educação.

Estão previstas grandes conferências e conferências especiais, que acontecem pela manhã, somente para as delegações, e atividades abertas a todos os participantes. Para as tardes e noites estão programados seminários e oficinas, além da programação cultural. Paralelamente ocorrerão o Fórum dos Parlamentares e o Fórum das Autoridades Locais. Haverá também um Acampamento da Juventude, com mais de 10 mil jovens.

Os temas estão divididos em quatro eixos: I - Produção de riquezas e reprodução social, II - O acesso às riquezas e a sustentabilidade, III - A afirmação da sociedade civil e dos espaços públicos e IV - Poder político e ética na nova sociedade. Alguns dos temas são "Comércio Mundial", "Controle de capitais financeiros", "Dívida externa", "Trabalho", "Perspectivas do movimento global da sociedade civil", "Soberania, nação e Estado", e "Luta pela paz, contra o militarismo e o complexo militar-industrial".

Os comunistas brasileiros vão participar do Fórum denunciando a Alca como verdadeira anexação das economias latino-americanas pelos EUA e reforçando a pro-

posta do Plebiscito sobre a Alca, marcado para 1 a 7 de setembro, em todo o Brasil. Vão também repudiar a guerra imperialista em curso e levantar a bandeira da luta pela paz. E vai defender que a solução de fundo para os problemas da humanidade é o socialismo.

O PCdoB fará o lançamento público das resoluções de seu 10º Congresso. O Instituto Maurício Grabois realizará o seminário "Um outro mundo socialista é possível". No dia 1º o tema do seminário será "A globalização neoliberal e a alternativa socialista" e no dia 2º "As perspectivas do socialismo no Brasil". Além de Renato Rabelo, presidente do PCdoB, estão sendo convidados para os debates intelectuais e importantes dirigentes partidários de outros partidos comunistas da América Latina e Europa.

O CEDESP/RS, do qual participa o vereador comunista de Porto Alegre, Raul Carrion, organiza o Seminário "Não à guerra imperialista e à ameaça neofascista", de 1 a 3 de fevereiro, com debatedores brasileiros e estrangeiros de primeiro time.

Um encontro latino-americano do sindicalismo classista, dias 29 e 30 de janeiro, será promovido pela Corrente Sindical Classista, CSC. A União da Juventude Socialista, UJS, promoverá oficinas, sendo uma delas o Grito Mundial da Periferia, com o pessoal do hip hop, e outros debates e atividades no Acampamento da Juventude.

Atos políticos como a caminhada de abertura, no dia 31 de janeiro, a passeata de encerramento, dedicada à luta pela paz, dia 5 de fevereiro, o Tribunal da Dívida Externa e o lançamento do Plebiscito contra a Alca merecem a atenção e a participação dos comunistas.

Fórum de São Paulo vai reforçar o Fórum Social Mundial

Participaram do 10º Encontro do Fórum de São Paulo, em Havana, Cuba, de 4 a 7 de dezembro de 2001, 513 delegados e observadores de 82 países da América Latina, do Caribe, da Europa, da África e da Ásia, representando 73 partidos membros do Fórum e 138 partidos e movimentos políticos convidados. Do Brasil estavam presentes o PCdoB, o PT, o PSB, o PDT e o PPS. Fidel Castro fez duas intervenções e participou de quase todas as sessões de debate.

O documento central que foi debatido em Cuba define o Fórum de São Paulo como "espaço de encontro, de intercâmbio de experiências e coordenação de iniciativas políticas das forças progressistas e de esquerda do continente na luta contra o neoliberalismo e o imperialismo, e na busca de soluções alternativas" para, em cada país da região, se "atingir um governo nacional, popular, democrático e antiimperialista".

No seu discurso de abertura, ao enumerar algumas características do Fórum de São Paulo, José Ramón Balaguer Cabrera, do Partido Comunista de Cuba, ressaltou que "ao longo desses anos, o Fórum conseguiu conjurar dois males, um de velha data e outro de caráter novo: o primeiro é vencer a tentação de converter-se em uma instância política supranacional de elaboração e imposição de receitas políticas preconcebidas; o segundo é a negação do papel insubstituível do partido político de esquerda na condução das lutas populares".

Lula, do PT, fez um balanço das políticas neoliberais aplicadas na região, combateu a Alca e defendeu uma integração soberana dos países latino-americanos e caribenhos. Os temas debatidos neste 10º Encontro foram a Área de Livre Comércio das Américas, ALCA e uma integração ver-

dadeira da região, o "Plano Colômbia", agora rebatizado como "Iniciativa Regional Andina", a relação do Fórum de São Paulo com o Fórum Social Mundial e os movimentos contra a globalização neoliberal, e a realidade mundial depois do 11 de setembro de 2000 e a luta pela paz, entre outros.

O 2º Fórum Social Mundial foi tema presente nos documentos e nas intervenções. Muitos partidos e organizações juvenis declararam que irão a Porto Alegre este ano. Além das sessões em plenária, houve debates por sub-região (Cone Sul, Região Andina, América Central e Caribe) e por comissões de parlamentares e de organizações juvenis. O PCdoB foi representado por Ricardo Abreu (Alemão), membro da Comissão Política do Comitê Central e a União da Juventude Socialista por sua dirigente Ana Maria Prestes. Também participou dos debates Rubens Diniz, da UJS, membro do Secretariado Executivo da OCLAE. O 11º Encontro do Fórum de São Paulo está marcado para 27 a 30 de novembro de 2002, Cidade da Guatemala, Guatemala.

O Fórum de São Paulo teve origem em 1990, quando foi realizado em São Paulo, Brasil, o Encontro de Partidos e Organizações de Esquerda da América Latina e do Caribe. Em 1991, em nova reunião desta vez na Cidade do México, México, a reunião decidiu tornar-se permanente e foi adotado o nome Fórum de São Paulo, em referência à cidade do primeiro encontro.

Desde então aconteceram encontros regulares e o Fórum de São Paulo se consolidou como o mais importante espaço de debate e de unidade internacional das forças de esquerda e das forças progressistas da América Latina e do Caribe. Os encontros mais importantes em nível internacional.

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 -SP), Carlos Pompe (Mtb 249/01/128/AL), Claudio Gonzalez (Mtb 28961), Edvar Bonotto, Remy Feres. Editoração Eletrônica: Marco Godoy. Administração: Francyroze de Andrade Matarazzo. Assinaturas: Edilene F. Barbosa. Publicação mensal da Empresa Jornalística A Classe Operária - Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP 01318-020 - Fone: 0 11 3106 0412. PCdoB na internet: <http://www.pcdo.org.br> - Endereço eletrônico: classeop@vento.com.br

PCdoB

Concluído com êxito o maior Congresso do PCdoB

CLAUDIO GONZALEZ*

O amplo espaço do maior centro de convenções da cidade do Rio de Janeiro fez jus à grandeza da plenária final do 10º Congresso do PCdoB, ocorrida nos dias 9, 10, 11 e 12 de dezembro de 2001. Nestes dias, o RioCentro foi palco da maior reunião de comunistas brasileiros, que contou com a participação de 32 representantes de partidos e organizações estrangeiras, mais de 200 militantes responsáveis pela elogiada infraestrutura do evento, dezenas de convidados e 821 delegados (no 9º Congresso, em SP, foram 800).

Projeto de ruptura

O presidente do PCdoB, João Amazonas, abriu a plenária final do 10º Congresso do PCdoB homenageando os dirigentes comunistas que foram assassinados pelas forças repressivas durante os 79 anos de existência do Partido. Entre eles, citou Carlos Danielli, Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e Maurício Grabois.

Amazonas afirmou que o Partido vive um dos momentos mais ricos de sua história e está cada vez mais dedicado a consolidar os princípios da democracia e a derrotar o neoliberalismo. Por fim, apresentou a nominata de 21 pessoas que compuseram a mesa diretora do Congresso, aprovada por unanimidade.

O então vice-presidente do Partido, Renato Rabelo, também discursou na noite de 9 de dezembro, afirmando que "o Brasil precisa de um novo rumo, de uma ruptura com a atual orientação dominante, de um projeto de mudanças que seja capaz de promover a reconstrução nacional, a transformação social e a mais ampla liberdade política". Renato também comentou a possibilidade de vitória de uma frente dos partidos de oposição nas próximas eleições. "Diante do impasse brasileiro, da crise e do descrédito popular no governo FHC, das suas derrotas no último pleito nos grandes municípios e do crescimento da oposição à política neoliberal, reunimos condições históricas excepcionais para alcançar uma vitória nas eleições gerais de 2002", afirmou.

Debate enriquecido

A discussão das propostas e documentos que nortearam todo o processo do 10º Congresso foi conduzida na plenária final através do debate e deliberação acerca dos relatórios apresentados pela Comissão de Sistematização, que avaliou as mais de 500 emendas advindas das conferências municipais e estaduais. Também foram decisivas para o bom andamento dos trabalhos as 13 intervenções especiais apresentadas por dirigentes nacionais do Partido e o informe político apresentado por Renato Rabelo no primeiro dia, tratando da conjuntura política brasileira e das tarefas do Partido para o próximo período. No dia 10 foram apresentados os informes especiais de José Reinaldo



O 10º Congresso reuniu 820 delegados, 20 a mais que o 9º

Carvalho, secretário de Relações Internacionais do Partido, sobre a conjuntura mundial. João Batista Lemos, secretário Sindical, falou sobre a situação do Partido junto ao proletariado. O deputado federal Haroldo Lima (PCdoB/BA) falou sobre a desnacionalização da economia brasileira. Jô Moraes, vereadora do PCdoB em Belo Horizonte, apresentou um informe especial acerca da construção partidária. Luciano Siqueira, vice-prefeito de Recife, falou sobre a participação dos comunistas nos governos e Ricardo Abreu (Alemao), secretário de Juventude, discorreu sobre o trabalho do Partido entre os jovens.

No dia 11, outros informes foram apresentados: Inácio Arruda (PCdoB/CE), líder da bancada comunista na Câmara dos Deputados, falou sobre a atuação dos comunistas no parlamento. Eron Bezerra, deputado estadual do Amazonas, tratou da questão da Amazônia. Ronald Freitas, secretário de Finanças, apresentou um informe sobre o trabalho de finanças. Pedro de Oliveira, secretário de Comunicação, discorreu sobre a política de agitação e propagação do Partido. Aldo Rebelo, deputado federal (PCdoB/SP), fez informe acerca da questão nacional na perspectiva do socialismo. Liège Rocha, presidente da União Brasileira de Mulheres, tratou da relação entre a questão de gênero e o PCdoB e Walter Sorrentino, da Comissão Política do Comitê Central, falou sobre o trabalho ideológico do Partido. A íntegra desses informes estão disponíveis para consulta na página do PCdoB na internet (www.pcdob.org.br) e suas principais idéias estão incorporadas nas resoluções aprovadas na plenária final do Congresso e publicadas nesta edição da Classe (páginas 6 a 19).

Delegações Estrangeiras

Além dos informes especiais, as saudações e discursos feitos pelas delegações de partidos e organizações de mais de 30 países que prestigiaram a plenária final do 10º Congresso do PCdoB também contribuíram para o debate. As delegações estrangeiras foram recebidas, no dia 10 de dezembro, com um almoço na casa do economista Luís Ventura, na Barra da Tijuca. O vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, o secretário de Relações Internacionais, José Reinaldo Carvalho, e o ator Francisco Milani - membro do PCdoB - saudaram os delegados

estrangeiros e desejaram-lhes boa estadia em nosso país.

As saudações dos representantes estrangeiros durante a plenária final começaram no dia 10 de dezembro e foram iniciadas pelos partidos comunistas no poder: China, Vietnã, Coreia e Cuba.

O representante do PC Chinês, Li Yang, afirmou que o "Partido Comunista da China deseja desenvolver as relações amistosas com o Partido Comunista do Brasil, e impulsionar o desenvolvimento contínuo das relações de amizade e cooperação já existentes entre os dois povos." O embaixador Yu Chang U, representando o Partido do Trabalho da Coreia, dirigiu-se aos delegados afirmando que "o 10º Congresso do PCdoB, convocado num momento de complexas transformações, será um motivo importante e transcendental para fortalecer e desenvolver ainda mais o Partido Comunista do Brasil como partido arraigado nas massas e cumprir a missão e o papel de vanguarda da classe operária". Com o mesmo entusiasmo, o representante do Partido Comunista do Vietnam disse em sua saudação aos congressistas: "Nos sentimos contentes ao constatar que durante mais de 79 anos, desde o dia de sua fundação, o PCdoB sempre manteve o marxismo-leninismo como seu fundamento ideológico, batalhou incansavelmente pelos ideais do socialismo e lutou firmemente pelos objetivos da época que são a paz, a independência nacional, a democracia e o progresso social." O representante da delegação cubana, Luis de la Nuez, em nome do PC de Cuba, fez um contundente discurso contra o imperialismo estadunidense, condenando a guerra promovida após os ataques de 11 de setembro e os planos de instalação da Alca na América Latina. Também relatou a dura e abnegada resistência do povo cubano ao embargo criminoso imposto pelos Estados Unidos. "Nunca duvidaremos que o Partido Comunista do Brasil está e continuará sempre junto ao nosso povo, em sua luta para derrotar o bloqueio infame e avançar em suas conquistas sociais", disse Nuez.

Outro discurso empolgante foi o do embaixador da Palestina, Musa Odeh, que narrou a saga de seu povo no enfrentamento ao ocupante sionista e ganhou a solidariedade entusiasmada dos congressistas. Também o representante da resistência colombiana levantou a plenária com as denúncias das atrocidades governamentais, assessoradas pelo governo dos Estados Unidos, e

a perseverança das Farc na luta contra o opressor. A primeira secretária do Comitê Central do Partido Comunista do Canadá (Marxista-Leninista), Sandra Smith, disse estar convicta de que, juntos, todos os partidos comunistas serão capazes de unir as forças de luta para que "o combate aos graves perigos que ameaçam as massas populares seja bem sucedido". Todos os demais representantes de partidos e organizações estrangeiras discursaram ou enviaram saudações por escrito. O conteúdo de várias delas está disponível para consulta na página do PCdoB na internet.

Unidade das oposições

O ato político do 10º Congresso, na noite de 10 de dezembro, foi uma manifestação pela unidade das oposições nas eleições de 2002. O governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho (PSB); o vice-presidente do PT, deputado federal Aloísio Mercadante; os deputados Vivaldo Barbosa (federal) e Paulo Ramos (estadual), do PDT, Eduardo Campos, representante do presidente do PSB, Miguel Arraes; o dirigente do PCB, Ivan Pinheiro; os presidentes da CUT, João Felício e da Contag, Manoel Carlos; e representantes de várias entidades populares valorizaram a persistente atuação do PCdoB pela formação de uma ampla frente oposicionista.

Presidida pelo deputado federal Aldo Rebelo, a cerimônia começou com a execução do hino nacional pelo saxofonista Mário Pereira. O vice-presidente do PCdoB, Renato Rabelo, referiu-se à grave situação econômica e social do país, concluindo que é necessário construir um novo pacto político para derrotar a orientação neoliberal imposta pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. "A construção desse novo pacto exige um enorme trabalho unitário, pois é grande a capacidade de manobra das elites para garantir o apoio ao candidato governista. É fundamental a unidade das oposições para conquistar a vitória oposicionista nas eleições de 2002", afirmou o dirigente comunista.

Para o governador Garotinho, "João Amazonas é o símbolo de todos os que temos resistido à impostura que o Brasil tem vivido há mais de um século, mas que vem se acentuando desde os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso". Ele fez questão de agradecer a participação do PCdoB no governo do Rio de Janeiro. "Nunca faltou ao meu governo a lealdade política do PCdoB".

Garotinho afirmou que "o caminho que devemos trilhar é o da unidade de toda a oposição em torno de um programa: não adianta remendar, é preciso mudar o atual modelo para não cairmos no que aconteceu com a Argentina". O deputado Paulo Ramos desejou que o 10º Congresso "seja mais uma porta para que o povo conquiste a justiça social". O deputado Eduardo Campos considerou que é necessário construir um novo rumo para as lutas eleitorais, mas também para enfrentar os

problemas do cotidiano. "O papel do PCdoB é muito importante nesse debate", afirmou. Mercadante afirmou que o PT "busca a união das oposições ainda no primeiro turno das eleições presidenciais". "O PCdoB é uma voz coerente na defesa da unidade do povo e contamos com a ajuda dos comunistas para construir essa unidade" disse o dirigente petista.

Lula defende aliança

Ao participar do 10º Congresso, na manhã do dia 11 de dezembro, o presidente de honra do PT, Luís Inácio Lula da Silva, conclamou as oposições a se unirem em torno de uma aliança política para enfrentar as próximas eleições. Lula disse que a unidade dos setores progressistas se faz necessária porque qualquer pesquisa indica que existem hoje mais de 65% dos eleitores que, de alguma maneira, fazem oposição ao governo FHC.

O presidente de honra do PT afirmou que o grande desafio dessa frente de oposição é que cada partido não tenha que abrir mão dos seus princípios políticos.

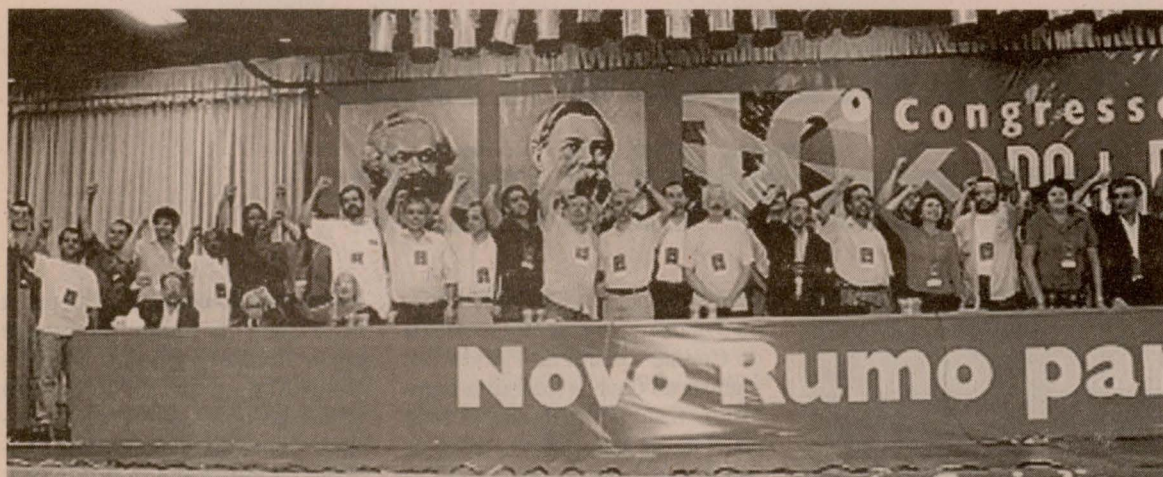
Lula afirmou que à esquerda não é dado o direito de enganar o povo, como vem acontecendo com os partidos de direita que têm governado o Brasil. "Daí vem a nossa responsabilidade de fazermos as coisas com muita competência, com firmeza". Ele foi enfático ao projetar uma vitória a partir da união das esquerdas: "Tenho clareza de que estamos preparados não apenas para ganhar, mas para governar este país". A militância comunista se despediu de Lula bradando "Vai avançar a unidade popular!".

Diversão e arte

Nos intervalos dos debates, os participantes do Congresso tiveram oportunidade de conferir duas exposições, montadas no saguão externo. Uma delas trazia gravuras do artista plástico Gershon Knispel (que participou do Congresso como representante do Partido Comunista de Israel) em torno de um poema de Bertolt Brecht. A outra exposição, montada pela Comissão Nacional de Propaganda do PCdoB, trazia uma cronologia ilustrada dos 80 anos do Partido. Além das exposições, foram montados dois estandes para exibição e venda dos produtos da Editora Anita Garibaldi, do jornal *A Classe Operária* e do Centro de Estudos Sindicais (CES). Também não faltaram as tradicionais bancas montadas por militantes de diversos Estados onde se podia encontrar os mais variados produtos regionais.

Na noite de encerramento, os participantes do Congresso foram brindados com um animado show do sambista Martinho da Vila e com uma apresentação mais do que especial da bateria da escola de samba Vila Isabel, que fechou com chave de ouro o maior Congresso do Partido Comunista do Brasil.

*colaboraram Andréa Penna, Guilomar Prates, Ivone Belem, Remy Feres, L. A. Antero e C. Pompe



O novo Comitê Central eleito no 10º Congresso tem 67 membros: 51 titulares e 16 suplentes

Novo Comitê Central tem quatro vices-presidentes

O 10º Congresso do PCdoB inaugurou uma dinâmica diferente e bastante positiva para a eleição e composição do Comitê Central. Logo após a votação nome a nome dos membros do novo Comitê, os dirigentes eleitos reuniram-se para deliberar sobre a composição dos órgãos executivos do Partido e definir as responsabilidades e funções de cada membro. As decisões da reunião foram anunciadas na própria plenária final.

A informação foi apresentada por Walter Sorrentino que anunciou oficialmente a condução de Renato Rabelo para a presidência do Partido Comunista do Brasil (veja quadro na página 5) e de João Amazonas para a presidência de honra do PCdoB, uma função nova em nossa organização, que se insere nas tradições culturais brasileiras. "Este Congresso foi coroado de pleno êxito, com muita unidade e maturidade do Partido. Foi, historicamente, um congresso excepcional, devido à manifestação de João Amazonas de solicitar não ser reconduzido para a presidência do Partido, devido às suas condições físicas e avançada idade, e indicar Renato Rabelo para o cargo" disse Sorrentino, salientando que todas as decisões tomadas na reunião do novo Comitê Central foram aprovadas por unanimidade.

A reunião também definiu os nomes dos camaradas que passam a compor os órgãos executivos do Partido. A nova Comissão Política passou a ter 19 membros, com âmbito nacional e incluindo integrantes da região Norte e Nordeste do país. O Secretariado passou de 6 para 7 membros e duas novidades foram introduzidas: a nomeação de quatro vices-presidentes (Aldo Rebelo, Haroldo Lima, Jô Moraes e José Reinaldo Carvalho) e a constituição de uma Comissão de Controle, que tem como atribuições "acompanhar a legalidade estatutária das atividades do Partido, receber e relatar recursos das várias instâncias e fiscalizar as contas partidárias" conforme deliberações aprovadas no 10º Congresso.

Logo após a apresentação dos nomes, foi realizada uma homenagem a João Amazonas, com uma intervenção de Haroldo Lima e a exibição de um vídeo com um breve relato biográfico e depoimentos de Lula, Miguel Arraes, dentre outros, sobre a importância do líder comunista na história do país, produzido pela Comissão de Propaganda do PCdoB.

Confira abaixo os camaradas eleitos na plenária final do 10º Congresso que integram a nova direção nacional do Partido Comunista do Brasil.

Comitê Central

TITULARES

Adalberto Frasson
Adalberto Monteiro
Agnelo Queiróz
Alanir Cardoso
Aldo Arantes
Aldo Rebelo
Altamiro Borges
Ana Rocha
Antonio Renildo de Souza
Carlos Augusto Diógenes
Daniel Almeida
Dilermando Toni
Edmilson Valentim
Edson Silva
Edvaldo Nogueira
Elza Monnerat
Eronildo Bezerra
Everaldo Augusto da Silva
Haroldo Lima
Inácio Arruda
Jairo José da Silva Jr.
Jamil Murad
Jandira Feghali
Javier Alfaya
Jô Moraes
João Amazonas
João Batista Lemos
José Carlos Ruy
José Reinaldo de Carvalho
Jussara Cony
Liège Rocha
Luciana Santos
Luciano Siqueira
Luis Fernandes
Marcelo Toledo
Maurício Ramos
Nádia Campeão
Nivaldo Santana
Osmar Ribeiro Júnior
Pedro Oliveira
Péricles De Souza
Renato Rabelo
Renildo Calheiros
Ricardo Abreu
Ronald Freitas
Sérgio Miranda
Socorro Gomes
Vanessa Grazziotin
Vital Nolasco
Wagner Gomes
Walter Sorrentino

SUPLENTES

1º Neuton Miranda
2º Maria Olívia Santana
3º Sérgio Barroso
4º Orlando Silva Jr.
5º Augusto Buonicore
6º Madalena Guasco
7º Eduardo Bonfim
8º Divino Goulart
9º Edvaldo Magalhães
10º Pascoal Carneiro

11º João Batista Cassiano
12º Joel Batista
13º Etelvino Oliveira
14º Gilda de Almeida
15º Milton Alves
16º Wadson Ribeiro

Órgãos Executivos e Funções

PRESIDENTE DE HONRA:
João Amazonas

PRESIDENTE:
Renato Rabelo

VICES-PRESIDENTES:
Aldo Rebelo
Haroldo Lima
Jô Moraes
José Reinaldo Carvalho

COMISSÃO POLÍTICA:
Adalberto Monteiro
Aldo Arantes
Aldo Rebelo
Ana Rocha
Carlos Augusto Diógenes
Eron Bezerra
Haroldo Lima
Jô Moraes
João Amazonas
João Batista
José Reinaldo
Nivaldo Santana
Pedro de Oliveira
Renato Rabelo
Ricardo Abreu
Ronald Freitas
Sérgio Miranda
Vital Nolasco
Walter Sorrentino

SECRETARIADO:
Renato Rabelo (Presidente)
Adalberto Monteiro (Formação)
João Batista (Sindical)
José Reinaldo (Relações Internacionais)
Pedro de Oliveira (Comunicação)
Vital Nolasco (Ação de Massas e Movimentos, Populares)
Walter Sorrentino (Organização)

COMISSÃO DE CONTROLE:
Alanir Cardoso
Ana Rocha
Carlos Augusto Diógenes
Péricles Souza
Wagner Gomes

Detalhes sobre o perfil de cada membro podem ser conferidos na página do PCdoB na internet.

Destaque positivo na mídia

O 10º Congresso do PCdoB ocupou um bom espaço na mídia, com uma cobertura simpática e positiva, segundo avaliação da equipe que fez sua assessoria de comunicação. No dia 10 de dezembro, o Bom Dia Brasil, da Rede Globo, veiculou matéria noticiando a principal proposta política para o momento: união das oposições com candidato único já no primeiro turno. O telejornal entrevistou João Amazonas e Renato Rabelo; anunciou o ato político do Congresso; e Alexandre

Garcia teceu elogios à proposta da candidatura única. No dia anterior, a Globo News (TV, por assinatura) cobriu o almoço com as delegações estrangeiras e entrevistou Renato Rabelo sobre os objetivos do Congresso. Várias matérias foram publicadas em jornais como a *Folha de S. Paulo*, *Estadão*, *Jornal do Brasil*, *O Globo*, *Correio Braziliense*, além de jornais de circulação estadual e além de notas nos principais sítios de notícias da internet brasileira.

Novos passos da estruturação partidária

WALTER SORRENTINO*

Ficou patente o saldo positivo que os planos de estruturação representaram na atividade partidária desde 1999. Em torno deles se formou um agudo consenso em todo o Partido. O esforço ganha novos contornos com as definições do 10º Congresso.

Os passos à frente exigidos decorrem do balanço e perspectiva apontados na Resolução Política do Congresso. Dizem respeito a entendê-los enquanto esforço permanente e na atividade partidária, melhorar a planificação e controle, abarcar esferas mais largas do Partido na sua consecução e prazos mais largos. Esse rumo não pode perder o que havia de mais destacado nas fases anteriores, que era o caráter bastante concreto e politicamente centrado das metas. Mas pode ganhar em amplitude, permitindo abarcar objetivos de realização menos imediatistas, e mais em consonância com as realidades estaduais e seus graus muito variados de estruturação.

A síntese desse rumo foi apontada no sentido de fazer coincidir a próxima etapa dos planos de estruturação com os planos bienais de cada Estado, ou seja, elaborar planos visando o período até a próximas Conferências de 2003. Dessa forma, o Plano de Estruturação significa também um programa de trabalho das direções eleitas. Evidentemente, o primeiríssimo objetivo é estabelecer rumos concretos para a estruturação durante a próxima batalha eleito-

ral. Mas ao lado disso, deveremos enfocar as questões de médio prazo, relativas à ação política de massas do Partido, notadamente junto ao proletariado nas grandes concentrações urbanas.

Os planos serão elaborados pelos Comitês Estaduais, em correlação com as resoluções de suas respectivas Conferências Estaduais. A elaboração de cada Estado se referenciará nas resoluções do 10º Congresso e pode combinar melhor o que se planifica a partir de "cima" com o que se planifica desde a base. Ou seja, se alarga a base do esforço de planificação, realização e controle do plano, que passa a envolver o coletivo partidário que elegeu o Comitê Estadual na Conferência. Evidentemente, isso envolve ainda maior responsabilidade dos Comitês Estaduais comparado às fases anteriores do plano. Será mais uma prova de fogo para superar o espontaneísmo na planificação da construção partidária.

A direção nacional, por intermédio da Comissão Nacional de Organização, deverá elaborar orientações e diretrizes para os planos estaduais e, a partir daí, fará o controle, acompanhamento e supervisão da elaboração, bem como da aplicação dos respectivos planos.

Por isso, indica-se que todos os Comitês Estaduais iniciem o esforço sem demoras. Ainda em janeiro, a CNO deverá enviar uma orientação geral a todo ao país nesse sentido.

*secretário de Organização

ASSINE

PCdoB A CLASSE OPERÁRIA

Rua Adoniram Barbosa, 53, CEP 01318-020, São Paulo - SP
Tel.: 0_11 3104-4140 Correo eletrônico: classeop@ruralsp.com.br

12 edições = R\$ 18,00

Pagamento:

Cheque nominal Cartão nº
 Dinheiro Validade
 Vale postal nº Depósito na conta
Ag.0251
C/C 48676-7, Banco Itaú

Nome:
Endereço:
Bairro: Cidade:
CEP Estado:
Data de nascimento: / /
Tel.: (.....
Profissão:
Correo eletrônico:
Data da assinatura:

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

NACIONAL

O PCdoB está preparado para novos desafios

RENATO RABELO*

Chegamos ao final do 10º Congresso alcançando pleno êxito – ele vai se constituindo no ponto de virada na história de nosso Partido. Este Congresso tem duas marcas bastante acentuadas: revela um período de crescimento, expansão e florescimento do Partido e demonstra o maior nível de unidade política já alcançado por nós.

Foram eleitos 852 delegados para a plenária final, e 821 compareceram (uma ausência de apenas 3,6%). Vieram delegações do Acre, do Amazonas, do Pará, do Maranhão, do Rio Grande do Sul, de todas as partes do Brasil, enfrentando grandes distâncias. Em nossa plenária 95 delegados fizeram uso da palavra, além de 20 representantes de delegações estrangeiras e mais 15 dirigentes que proferiram intervenções especiais.

As intervenções na plenária foram inflamadas, alegres, emocionadas, vibrantes: as marcas do PCdoB. Fomos honrados com a presença de 32 partidos e organizações revolucionárias de vários continentes, além de personalidades da vida política nacional e do Rio de Janeiro. Foi o Congresso que alcançou maior repercussão nos meios de comunicação, levando nossos posicionamentos para o Brasil inteiro.

No decorrer do Congresso foram realizadas centenas de reuniões de organizações de base, publicadas quatro Tribunas de Debates e apresentadas mais de 500 emendas às teses do Comitê Central, em boa parte aceitas e incorporadas às resoluções. O Partido realizou uma grande façanha de construção política coletiva. A nominata integral apresentada para a composição do novo Comitê Central teve aprovação de mais de 92% dos delegados. Foi o voto de confiança na formação do coletivo dirigente, que foi ampliado de 56 para 67 membros. Foram eleitos 17 novos quadros de diversos lugares, dando maior representação e atualidade e elevando o nível de renovação do principal órgão dirigente de nosso Partido.

Projeto mais nítido

O Congresso expressou avanços na compreensão mais profunda da nossa política e num domínio maior das particularidades e diversidades de nosso país. Construímos um projeto mais nítido, estabelecendo objetivos e procurando compreender a natureza da crise que atravessa o capitalismo brasileiro e os rumos para sua solução. O programa de reconstrução nacional é o eixo correto da



Renato Rabelo (em pé) fala no encerramento do 10º Congresso do PCdoB

nossa proposta para a atualidade. Essa compreensão vai ganhando maior alcance: a reconstrução de nosso país é o grande desafio que nos é colocado. Para empreendê-lo é fundamental unificar amplas forças políticas e sociais.

Nosso projeto político une o Partido em todas as frentes de atuação. É defendido no parlamento, no movimento sindical, estudantil, na luta pela moradia, contra as discriminações de cor e de gênero. As lutas variam de forma, segundo as circunstâncias políticas. Neste momento, as batalhas eleitorais ganham dimensão especial. Mas não podemos desligá-la do entendimento de que a força política motriz das transformações sociais é o proletariado, em aliança com os demais trabalhadores e o povo brasileiro. Nesta fase da luta política devemos abrir caminho para batalhas mais importantes, dando passos significativos no embate pela derrota das elites dominantes.

O quadro sucessório presidencial ainda não está definido. As elites governistas buscam um candidato único para impedir a derrota do modelo neoliberal. Na oposição, várias candidaturas se apresentam, mas nem todas chegarão ao final da disputa. A manutenção de quatro pré-candidaturas pode tornar-se insustentável. Por isso o esforço pela unificação das oposições, desenvolvido pelo PCdoB, tem um papel decisivo nas articulações políticas atuais. A batalha eleitoral de 2002 pode se tornar fundamental, pois a derrota da política neoliberal no Brasil terá grande repercussão em toda a América Latina.

Amazonas é insubstituível

Fizemos um balanço bastante positivo da atuação do Comitê Central cessante, que estabelece condições para novos avanços

com a direção aqui eleita. São significativas as renovações no Secretariado, na Comissão Política e no Comitê Central, as maiores renovações desde a reconquista da legalidade, nos anos 80 do século passado. O camarada João Amazonas, sabiamente e de forma experimentada, vinha provocando a transição da presidência do Partido que agora efetuamos. Não é uma transição abrupta ou uma ruptura, mas um processo de desenvolvimento que tem envolvido o coletivo dirigente. João Amazonas continuará presente na transição e na nova direção, que levará em conta o trabalho coletivo e colegiado. Por isso estamos aumentando o número de vices-presidente e indicamos Amazonas para presidente de honra de nosso Partido. Trata-se de uma garantia para cumprirmos melhor nossa tarefa.

Temos a convicção de que João Amazonas é insubstituível. Ele é o nosso grande ideólogo. Trata-se de um dirigente destacado, presente em um longo período

histórico, que atravessou momentos decisivos da luta socialista. João Amazonas participou de um processo de discussão fundamental no Movimento Comunista Internacional e jogou um papel chave durante o apogeu e declínio nas experiências socialistas do século XX e no processo de redemocratização de nosso país. Teve papel saliente na reconstrução do Partido em 1943, na Constituinte de 1945, no enfrentamento ao revisionismo no final dos anos 50, na reorganização do Partido Comunista do Brasil em 1962, nas lutas contra a ditadura militar a partir de 1964, na luta guerrilheira do Araguaia, na redemocratização em 1985, na Constituinte de 1988 e nas campanhas democráticas e populares para a presidência a partir da Frente Brasil Popular em 1989. João Amazonas é o maior dirigente comunista brasileiro, por sua trajetória e pelo papel que desempenhou em nossa história. Ele formou o pensamento político do Partido.

Comitê Central elege Renato Rabelo presidente do PCdoB

Um dos momentos mais importantes do 10º Congresso do PCdoB foi a eleição da nova direção partidária. Desde a reorganização do Partido, em 1962, João Amazonas ocupava o posto de principal dirigente do Partido Comunista do Brasil mas, por sua própria decisão, que levou em conta dificuldades oriundas da avançada idade, sugeriu que o novo Comitê Central conduzisse Renato Rabelo ao posto de presidente do Partido, o que foi feito por unanimidade durante a reunião do Comitê Central eleito, dia 12 de dezembro, antes mesmo do término do Congresso.

José Renato Rabelo nasceu na Bahia em 1944, onde morou até meados dos anos 60. Foi militante da Juventude Universitária Católica (JUC), quando estudante de Medicina na UFBA (Universidade Federal da Bahia). Já na Ação Popular (AP) foi dirigente da União Estadual dos Estudantes da Bahia (UEB) e vice-presidente da União Nacional dos Estudantes. Perseguido pelo regime militar, passou à clandestinidade em 1966, quando deixou a



Renato Rabelo

Bahia. Ainda na AP atuou em Goiás e em São Paulo, participando da direção nacional da organização.

Em 1972, junto com Haroldo Lima e Aldemir, Renato teve papel de destaque na

Pessoalmente, serei um lutador esforçado e abnegado – é o meu compromisso. Contarei com o trabalho coletivo e a direção colegiada para levar adiante essa nossa missão. Contudo sei que a responsabilidade principal é do presidente. Tentarei dar desenvolvimento ao pensamento político do nosso Partido na nova situação e reunir as inteligências e os meios necessários para enfrentar novos desafios que se nos apresentam. Manteremos a linha revolucionária e flexível que nos possibilitará conquistas ainda maiores.

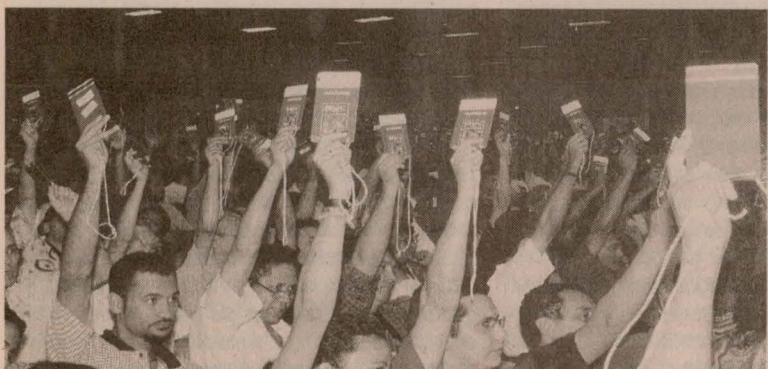
Campo da revolução

Quero agradecer o empenho da direção e dos militantes do Partido que contribuíram para o êxito deste 10º Congresso. E o trabalho abnegado de mais de 200 militantes e quadros do Partido que atuaram na infra-estrutura desta plenária final.

Temos grandes tarefas políticas e organizativas pela frente. E a compreensão de que o Partido está mais bem preparado para os novos desafios. Nosso Partido é insubstituível na luta política em curso. Somos o partido da transformação revolucionária. Contrapomos-nos aos que embelezam o capitalismo e buscam a conciliação de classes. Nosso lugar é no campo da revolução: é o que nos diferencia das demais organizações.

Viva o Partido Comunista do Brasil!

**presidente do PCdoB, intervenção de encerramento da plenária final do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil, 12 de dezembro de 2001*



Delegados votam na plenária final do 10º Congresso

Resoluções do 10º Congresso do Partido Comunista do Brasil

Sobre a Situação Internacional

Importantes acontecimentos tiveram lugar nos últimos anos no cenário mundial que confirmam as análises e resoluções do 9º Congresso do Partido, realizado em outubro de 1997, acerca do desenvolvimento das tendências objetivas do sistema capitalista-imperialista, e do conjunto da situação política. Agravam-se os antagonismos irreconciliáveis do sistema – entre o proletariado e a burguesia, os povos e o imperialismo, e as contradições interimperialistas –, cujos reflexos políticos e sociais criam situações explosivas e um quadro político de enorme instabilidade. A contradição entre o capitalismo e o socialismo continua presente como uma das contradições fundamentais da época atual, embora seu desenlace não esteja colocado como solução de curto prazo.

Impasses do sistema capitalista

O capitalismo contemporâneo desenvolve mudanças, intensificando a internacionalização econômica e dispondo de inovações tecnológicas, porém persistem e renovam-se seus grandes impasses. Não se apresenta sinal evidente de reversão do longo período de dificuldades para a retomada de um dinamismo econômico, com progresso material expressivo, simultâneo e global, envolvendo a grande maioria das nações. Diferentemente do período pós-II Guerra Mundial até o início dos anos 70, em que houve certa uniformidade de crescimento em todos os principais países imperialistas, o cenário atual é de enormes dificuldades. Crescente instabilidade e crises freqüentes marcam a economia mundial. Em 1974 e 1975 e de 1980 a 1982 ocorreram fortes recessões. Em 1989 e 1990, novamente os principais países capitalistas entraram em crise. Ao longo das duas últimas décadas sucederam-se fortes crises financeiras, como a crise da dívida latino-americana, em 1982, a queda da Bolsa de Nova Iorque em 1987, as crises do México (1994), da Ásia, da Rússia e do Brasil, entre 1997 e 1999, e, mais recentemente a crise argentina. Presentemente, há problemas na acumulação de capital; manifesta-se ausência de sincronismo entre os ciclos econômicos das principais potências, com destaque para a prolongada estagnação japonesa e os fortes sinais de crise na economia norte-americana, que registra crescimento durante boa parte dos anos 90. São crises ainda parciais, pela sua duração e por se circunscreverem a determinado país ou área, mas o fantasma de um desastre global ronda a economia capitalista, cujas causas radicam nas contradições fundamentais e nas leis objetivas do desenvolvimento do sistema capitalista. Hoje, com os evidentes sinais de recessão na economia norte-americana, e nos demais pólos da economia capitalista (Europa e Japão), configurando o que muitos analistas denominam de primeira crise sincrônica desde a grande depressão de 1929/33, caem por terra as ilusões, cultivadas por muitos, até nos círculos de esquerda, em relação à “revolução” do sistema capitalista, em sua capacidade regenerativa, ao ingresso em uma nova “idade de ouro”, marcada pelo crescimento expansivo, prolongado e sistêmico. Na seqüência desses esforços para aparentar vigor, os ideólogos do imperialismo norte-americano criaram o falso conceito de “nova economia” – originalmente divulgado pelo Departamento de Comércio dos Estados Unidos –, conceito ideológico que vem sendo desmentido pela atual conjuntura de dificuldades da economia norte-americana. Na verdade, o que os últimos anos têm confirmado é a existência de uma crise crônica e integral do sistema capitalista, como advertiu o nosso Partido em seu 9º Congresso.

O contexto da década de 1990 é de profundas mudanças na produção e na gestão do trabalho. O capitalismo preserva sua lógica de acumulação e reprodução, recorrendo à reestru-

turação produtiva, financeira e geopolítica para superar obstáculos. O sentido geral dessa reciclagem é a transferência do peso da crise para os ombros dos trabalhadores. Os anos 1990 comprovam que o essencial das mudanças capitalistas é a salvaguarda das taxas médias de lucro e a busca do lucro máximo, a partir da nova onda de exploração brutal dos trabalhadores.

Os aumentos da composição orgânica do capital e do exército industrial de reserva convergem para a política de desvalorização da força de trabalho. Adotam-se transformações técnicas para elevar a taxa de extração de mais-valia relativa. Ao mesmo tempo, intensifica-se o ritmo de trabalho (mais-valia absoluta) e promove-se a regressão das formas de trabalho, a diminuição dos salários, a dispensa de trabalhadores, que se tornam supérfluos com as novas tecnologias, a anulação de conquistas trabalhistas e o surgimento de esquemas de subcontratação (terceirização). Assim, o capital concretiza grande ofensiva sobre o trabalho.

No âmbito do capital, o aumento da sua concentração e centralização (fusões, aquisições, criação de mega-empresas) coexiste, em tensão, com o aprofundamento da competição entre grupos oligopolistas. Grandes grupos capitalistas privados, tendo à frente a oligarquia financeira, elevam o grau de monopolização da economia, contando com forte privatização de estatais. As 500 maiores empresas do mundo obtiveram em 1998 receitas de 11,5 trilhões de dólares, aproximadamente 1/3 do produto bruto mundial. Apenas 6 dessas empresas são da América Latina, enquanto 455 têm suas matrizes nos Estados Unidos, na Europa e no Japão. As cinco maiores empresas nos setores de automóveis, petróleo, aeroespacial e de computadores concentram cerca de 60% do faturamento mundial da produção desses setores. Paralelamente a esse processo de concentração e centralização dos capitais, cresce o papel de organismos internacionais controlados pelo imperialismo, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC).

A rentabilidade do capital decorre da extração da mais-valia na esfera produtiva. Foi essa esfera que comandou o chamado período de prosperidade capitalista do pós-II Guerra Mundial. Porém, a queda das taxas de lucros e a crise da década de 1970 impulsionaram a migração de capitais para a esfera financeira, que não é mais caracterizada como suporte da esfera produtiva. Há uma exacerbação da busca da rentabilidade a partir da esfera financeira, gerando inevitavelmente o aumento na instabilidade econômica geral. O mercado mundial tem limites para o movimento de exportação de capitais. Reiteradas e recentes crises financeiras negam a idéia de mercados financeiros eficientes. O agigantamento do capital fictício retira capitais da esfera produtiva, fenômeno que também está ligado às atuais dificuldades de crescimento.

O desmembramento da produção entre vários países é um meio para ampliar os lucros. Essa nova tendência de organização da produção resulta no abandono da produção multidoméstica, evitando que a cadeia produtiva situe-se em um só país. Ao mesmo tempo, tomam-se medidas para assegurar as posições diretivas, financeiras e tecnológicas nos principais países de origem das grandes empresas transnacionais.

Os mais diversos esforços são realizados para favorecer o crescimento da acumulação e da concentração de capital, buscando-se adotar políticas que possibilitem abrir uma “nova fase” de “relançamento” do capitalismo. Essa diversidade de políticas e processos está contida no projeto neoliberal, que consiste na privatização das empresas estatais e do patrimônio público; na retirada do Estado da gestão e do papel regulador da economia; na desregulamentação; na abertura nas áreas comercial, financeira e tecnológica; na disciplina fiscal; na estabilidade monetária obtida à custa do sacrifício do desenvolvimento econô-



Walter Sorrentino (na tribuna) informa resoluções do novo Comitê Central

mico e social; e na promoção de reformas regressivas nas áreas social e trabalhista.

Essa receita neoliberal é diferenciada entre os países imperialistas e os subdesenvolvidos e dependentes. Nos países capitalistas desenvolvidos, o Estado continua respaldando suas grandes empresas privadas, empenhando-se na criação de oportunidades de negócios no resto do mundo para a operação internacional desses grupos capitalistas. Protecionismo, restrições comerciais extra-alfandegárias, subsídios à agricultura, isenções de impostos, medidas cambiais, endividamento público, desenvolvimento científico e tecnológico etc. são mecanismos de intervenção dos Estados em apoio ao grande capital em cada país desenvolvido. A acumulação de capital não pode renunciar ao auxílio extra-econômico oferecido pelo Estado. Nos episódios de crise financeira, o Estado intervém reiteradamente para salvar grandes bancos.

A idéia do fim do Estado-nação, de que as fronteiras econômicas já não mais existem, é inteiramente falsa. Nunca a questão nacional e a luta antiimperialista estiveram tão presentes. Houve, sim, um debilitamento do Estado dos países dependentes e um fortalecimento dos Estados dos países imperialistas. A idéia do fim do Estado-nação parte de falsos pressupostos – que a globalização neoliberal teria levado à superação das economias nacionais e, por isso, os Estados nacionais seriam incapazes de formular políticas macroeconômicas. Tal visão é uma apologia da submissão à “economia global” e cumpre um papel ideológico para impor o “caminho único” da globalização neoliberal, procurando impedir que os países formulem projetos próprios de acordo com o interesse de seus povos e nações.

As economias vulneráveis dos países dependentes e subdesenvolvidos foram particularmente afetadas pela aplicação do projeto neoliberal. Suas moedas foram desvalorizadas, alguns países latino-americanos já adotaram a dolarização, as taxas de juros atingiram patamares altíssimos, com impacto sumamente negativo sobre as taxas de crescimento econômico, os parques produtivos foram quase destruídos, o patrimônio público privatizado. Acumularam-se pesados passivos externos pelo comércio desigual e pelo déficit nas transações correntes dos balanços de pagamentos. O FMI impõe condições estruturais draconianas, obrigando os países dependentes a se adequar aos preceitos da política neoliberal.

O cenário econômico da América Latina mostra com clareza o retrocesso causado pela adoção da política neoliberal. Segundo dados da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal), entre 1990 e 1999 o crescimento econômico teve um índice médio anual de 3%. Com outra política, a média do período de 1945 a 1980 foi de 5,5%. A Cepal considera que o mínimo de crescimento indispensável para superar os males acarretados por essa política é de 6%, a fim de diminuir a distância com os países desenvolvidos.

A abertura comercial na América Latina significou uma exposição desprotegida à competição internacional, acarretando o desaparecimento de ramos inteiros da indústria, levando a um grau ainda mais elevado de dependência do capital internacional e dos centros de poder imperialista, com o retraimento do mercado interno e o escasso nível de acumulação de capital, déficit crônico nas balanças comercial e de pagamentos e elevada dívida externa, cujo montante chega a 750 bilhões de dólares. A implantação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), se concretizada, agravará ainda mais esse quadro.

A retomada torna-se ainda mais difícil com a crise na economia norte-americana. A integração intensificada pelos mecanismos da globalização colocou as demais economias em maior dependência dos acontecimentos nos Estados Unidos, cujos abalos em sua economia acrescentam elementos importantes de dificuldades para o dinamismo da economia mundial.

Essa propensão ao desajuste nega as concepções equivocadas alusivas ao fim da história e ao triunfo do capitalismo. Apressadamente houve quem proclamasse o fim do ciclo econômico e seu inevitável desfecho em crise, apresentando, em favor dessa tese, o exemplo do crescimento econômico dos Estados Unidos durante quase toda a década de 1990. O desempenho da economia norte-americana seria uma vitória do neoliberalismo e a restauração inconteste da sua supremacia em face das demais potências imperialistas. O crescimento cíclico dos Estados Unidos foi motivado por inovações tecnológicas e pelas relações financeiras. A hegemonia política norte-americana foi a alavanca indispensável para que tal ocorresse. Na década de 1980, esse país se tornou o maior devedor do mundo e nos anos 1990 a economia norte-americana passou a ocupar o primeiro lugar como importadora de capitais – com montante líquido de capital importado da ordem de 400 bilhões de dólares anuais. Os Estados Unidos contaram, portanto, com imenso financiamento externo, a partir da centralização concretizada por seus mercados financeiros e pelo dólar, funcionando como verdadeira bomba de sucção dos capitais disponíveis no mundo. Paradoxalmente, o incremento da economia norte-americana ocorreu na razão direta do aumento do seu parasitismo e dependência de financiamento externo. No plano comercial, os Estados Unidos têm um enorme déficit, que hoje chega à casa de 1 bilhão de dólares por dia, sendo deficitário também seu balanço de pagamentos.

Tudo isso evidencia que são instáveis e precárias as bases da economia estadunidense. A especulação financeira não pode ser a base para o crescimento da economia, mas sim um componente de agravamento das contradições do capitalismo contemporâneo. A observação atenta do quadro em evolução revela que se encontra em declínio a hegemonia mundial norte-americana. Nos Estados Unidos repetem-se as quedas

dos preços das ações, os investimentos declinam e o endividamento dos consumidores atinge proporções elevadíssimas. Segundo a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o crescimento dos 30 países mais adiantados recuará para a taxa de 2% em 2001, com a ameaça de a economia do Japão entrar em uma espiral descendente. A Alemanha, maior economia da Europa, tem previsão de queda da taxa de crescimento para 2,25% neste ano. Hoje, as encomendas às fábricas alemãs enfrentam as maiores quedas desde setembro de 1991. A OCDE prevê que a economia norte-americana apresentará queda da taxa de 5% de crescimento, em 2000, para médios 1,7% em 2001 – e sua taxa de poupança caiu de 5% do PIB em 1990 para zero em 2000.

Crescente instabilidade e crises frequentes marcam a economia mundial. Para sair de tal situação, o capital desenvolve as forças produtivas mas, ao mesmo tempo, engendra novas dificuldades, porque reduz relativamente a força de trabalho, a qual constitui a base da valorização do próprio capital. Essa contradição tem sua manutenção e agravamento evidenciados pelo desemprego avassalador e permanente. Hoje todas as tendências do capitalismo radicalizam-se: concentração e centralização do capital, desenvolvimento tecnológico e agigantamento financeiro. O sistema funciona em permanente tensão, passível de crises cíclicas mais graves. O conceito de crise não implica a idéia de colapso automático ou derrube final do capitalismo (este, relacionado com a luta política revolucionária). Na sua fase imperialista, o capitalismo tende ao aguçamento das crises, com ciclos econômicos indefinidos e irregulares, com o entrelaçamento de crises de superprodução e financeiras e o aumento do parasitismo.

Diante desse quadro de crise econômica sistêmica, o Partido Comunista do Brasil sustenta a opinião de que, nas atuais condições, são falsas as prédicas sobre as possibilidades de desenvolvimento social sob o capitalismo. Pelo contrário, a característica marcante deste nos nossos dias é o retrocesso em todos os terrenos, diferentemente do período do pós-guerra, em que foi possível instaurar o Estado de bem-estar social. Quando a revolução tecnológica e científica torna a humanidade capaz de produzir alimentos, bens de consumo e serviços em abundância, possibilita o surgimento de inimagináveis progressos no terreno da biogenética capazes de produzir saltos na medicina e as novas técnicas de comunicação reduzem distâncias e apagam fronteiras, paradoxalmente constata-se que 30 milhões de pessoas morrem de fome a cada ano e mais de 800 milhões estão subalimentadas, outras tantas morrem de enfermidades curáveis e camadas numerosas de pessoas vivem na mais sombria ignorância e na escuridão do analfabetismo. Consta-se, assim, a irracionalidade do sistema capitalista. Em termos gerais a situação mundial se caracteriza pela espoliação imperialista sobre povos e nações, o ataque indiscriminado às conquistas sociais, aos direitos dos povos e às soberanias nacionais, o aumento das desigualdades sociais, a devastação ambiental, a degradação da condição humana. Na virada do século e do milênio, presenciamos uma crise de civilização. O ordenamento político e econômico mundial, sob a égide do capitalismo imperialista em sua fase de globalização neoliberal, é incapaz de garantir a sobrevivência da humanidade em condições de dignidade.

Imperialismo norte-americano, inimigo da liberdade, ameaça os povos com a guerra

Ao contrário do que os círculos imperialistas e seus centros de propaganda apregoam, predomina no quadro político mundial a desordem, a insegurança, a crise e a instabilidade. A chamada nova ordem mundial, formada a partir do desaparecimento da União Soviética e da derrocada do socialismo no Leste europeu, configurase cada vez mais como uma ordem imperialista, marcada por desenfreada espoliação dos povos e nações, pela acentuação da polarização social, pelo aumento da distância e das diferenças entre os países ricos e pobres, pelo hegemonismo, o militarismo, o autoritarismo e a ameaça de devastação ambiental. O século XXI inicia marcado por um colossal retrocesso das conquistas da humanidade. O panorama mundial encontra-se agravado pela hegemonia e agressividade política e militar dos EUA. Por toda parte, aumenta o intervencionismo norte-americano. O desenvol-

vimento da situação internacional está carregado de graves ameaças à paz, à segurança, à independência das nações, à liberdade e aos direitos dos povos. Na origem da instabilidade encontra-se a política espoliadora e agressiva do imperialismo norte-americano, que cada vez mais recorre à força e à superioridade militar para impor sua hegemonia ao mundo. O imperialismo norte-americano elevou o seu ditame e o chamado direito de ingerência sobre nações e povos à categoria de princípio incontestável de política internacional, tornando letra morta princípios consagrados como a soberania nacional, a igualdade, o respeito à integridade territorial, a solução de conflitos por meios pacíficos, a não-intervenção. A nova administração norte-americana, tendo à frente um presidente ultraconservador, já emitiu sinais de que pretende aumentar a tensão para com seus adversários na defesa dos interesses hegemônicos norte-americanos, acarretando insegurança ainda maior para os povos.

Significativas mudanças estão em curso no quadro mundial, a partir dos atentados em Nova Iorque e Washington em 11 de setembro. Desde então se abriu uma crise de grande envergadura em que a democracia, a paz, a civilização e os destinos da humanidade estão sob grave ameaça. O que está acontecendo, porém, não é uma viragem completa na conjuntura mundial, não nega nem inverte a lógica essencial dos fenômenos que se desenvolviam. Os fatos em curso constituem a exacerbação de tendências que vinham evoluindo, a manifestação violenta das contradições do mundo contemporâneo. A guerra e o perigo de uma escalada sem precedentes já estavam contidos na cruel realidade do capitalismo globalizado e neoliberal e na política praticada pela nova Administração dos Estados Unidos.

O Partido Comunista do Brasil repudiou os atentados de 11 de setembro porque condena o terrorismo como meio de ação política. Nada justifica a morte de milhares de cidadãos inocentes. Ato de desvairados e sem legitimação política e ideológica servem apenas para dar força à direita, aos inimigos da liberdade política e dos direitos civis. Compartilhamos com as forças democráticas a opinião de que o terrorismo é fenômeno nefasto a ser combatido, no âmbito da Organização das Nações Unidas, de acordo com as normas do direito internacional e no estrito respeito à soberania das nações e às liberdades civis. Os Estados Unidos não têm autoridade moral nem política para combater o terrorismo, pois como país imperialista praticou inomináveis atos de covardia e terrorismo de estado contra populações indefesas e países soberanos. É inaceitável que no combate ao terrorismo se pretenda fundi-lo com a luta revolucionária, a luta de resistência, a guerra civil, diferentes expressões de radicalismo político, relacionadas com realidades nacionais e sociais concretas. Assim como é inadmissível a tentativa de criminalizar os movimentos revolucionários.

Os Estados Unidos iniciaram em 7 de outubro bombardeios maciços sobre o Afeganistão. A mais colossal e sofisticada máquina de guerra arrasou um país paupérrimo, exaurido por mais de duas décadas de conflitos externos e conflagrações internas. Começou a guerra americana, a primeira do século XXI, que segundo as palavras do presidente George W. Bush, será “prolongada e dura”, extensa, diferente de qualquer outra “e implicará o uso de toda arma de guerra necessária”. O potencial de fogo mobilizado e a agressividade da retórica do chefe da Administração estadunidense indicam que o objetivo da operação não é propriamente a captura de Osama Bin Laden e a derrubada do regime Talibã. Ao anunciar que ampliará o alvo de seu ataque, relacionando mais de 50 países que seriam, no entender dos órgãos de espionagem norte-americanos, “terroristas ou coniventes com o terrorismo”, a Administração Bush deixa claro que seu propósito é concretizar uma estratégia anteriormente traçada, qual seja, a de impor a hegemonia e o domínio unilateral no mundo, através do emprego da força. Na verdade, com os atos de guerra iniciados em 7 de outubro, os Estados Unidos têm em mira resolver desde já problemas estratégicos, numa perspectiva de muitas décadas. E nessa empreitada não pretendem deter-se diante de qualquer obstáculo de natureza ética, diplomática ou política. Os imperialistas norte-americanos querem impor uma tirania ao mundo, o que sugere um tipo novo de fascismo. A criação de um tribunal militar estadunidense com a atribuição de realizar julgamentos sumários e secretos e proclamar a condenação à morte de estrangeiros sem direito a recurso a qualquer instância é fato da maior gravidade, atentatório à democracia e aos direitos humanos. Trata-se de uma declaração de guerra aos povos,

que revela a tendência a estabelecer a tirania dos Estados Unidos em escala planetária. Também ofende a consciência democrática à manipulação das informações por parte dos meios de comunicação monopolizados pelos Estados Unidos. A partir dos ataques ao Afeganistão e da proclamação da guerra “longa e dura” por Bush, o mundo viverá um processo de militarização das relações internacionais, o que trará inevitavelmente duras consequências para os povos – limitação de direitos democráticos, crises sociais e perda de soberania nacional.

A atual crise vai revelando “a natureza militar da hegemonia americana”, como disse o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães em artigo publicado em “Carta Maior”. Malgrado os rios de tinta que os propagandistas do império do norte têm gastado para proclamar o triunfo definitivo da hegemonia dos EUA, os verdadeiros estrategistas deste império sabem que a superioridade militar é fator decisivo para a imposição dessa hegemonia. Em crise econômica e com um déficit energético considerado por muitos especialistas como “desesperador”, os EUA têm a exata noção do papel da Ásia Central e do Oriente Médio para a sua sobrevivência como potência. Igualmente os Estados Unidos têm em conta a força de países como a China, a Rússia e a Índia, potenciais adversários. Zbigniew Brzezinski, ex-assessor de Segurança Nacional dos EUA, em seu livro “O Grande Tabuleiro”, afirma: (o ponto de partida) “para a supremacia global é a Eurásia, o maior continente do globo, onde vivem 75% da população mundial e está concentrada grande parte da riqueza do mundo, seja industrial, seja no subsolo, que incide na formação de 60% do PIB mundial e em três quartas partes dos recursos energéticos conhecidos”. O jornal italiano “Il Manifesto”, de 4 de setembro de 2001, observa que “a principal preocupação dos Estados Unidos, que naquela região não são hegemônicos, é a de impedir a formação de uma tríade Rússia-China-Índia, cujo potencial precursor é o tratado de amizade e cooperação firmado em julho por Moscou e Pequim”.

Os atuais planos de guerra do imperialismo norte-americano não foram traçados a partir de 11 de setembro. A década de 90 do século passado começou com a Guerra do Golfo, quando o ex-presidente George Bush proclamou a “nova ordem”, e terminou com a guerra da Otan contra a Iugoslávia. A primeira ação externa do novo governo dos Estados Unidos foi um inopinado bombardeio aéreo contra o território do Iraque, revelando uma vez mais o caráter arbitrário do imperialismo, mais um episódio em que a potência norte-americana ignora as normas do direito internacional. A repetição de tais ações combinava-se com o prosseguimento das sanções injustas aos iraquianos, impedindo que se curem as chagas econômicas e sociais abertas com a Guerra do Golfo de 1991, constituindo-se ainda como crime de lesa-humanidade, na medida em que provoca a morte de milhares de pessoas por falta de alimentos e medicamentos. Já durante a campanha eleitoral no ano passado, o então candidato Bush referia-se à “missão” de fazer valer os “interesses nacionais permanentes dos EUA” na luta contra o “mal”.

A crônica dos primeiros meses do governo Bush é ilustrativa de que os EUA optaram por uma política externa unilateral, baseada na força, voltada para o expansionismo e a imposição da hegemonia norte-americana. Os EUA enrijeceram a política para com a China, provocaram-na abertamente, através do episódio do avião de espionagem que violou o espaço aéreo chinês e incitando o separatismo tibetano e o “independentismo de Taiwan”; proclamaram a caducidade do Tratado antimísseis de 1972 e decidiram desenvolver um sistema antimísseis que lhe daria supremacia absoluta em termos de armas nucleares, o famigerado projeto “Guerra nas Estrelas”; recusaram-se a assinar o Tratado de Kyoto, retiraram-se com estardalhaço da Conferência anti-Racista da ONU e respaldaram todos os atos agressivos de Israel contra a Intifada palestina. Implementaram na Europa uma política de militarização preconizando a expansão da Otan e criando situações ainda mais tensas nos Balcãs, a fim de justificar a presença de tropas imperialistas nesta região, também estratégica. Na América do Sul, prossegue a aplicação do Plano Colômbia, que constitui uma retomada do intervencionismo norte-americano, a implementação pelos EUA do Plano Puebla Panamá e intensificam-se as pressões políticas para a criação da Alca. Durante o ano de 2001 tiveram lugar na Argentina exercícios militares conjuntos das forças armadas norte-americanas com as de vários países do subcontinente.

Ainda é cedo para avaliar as repercussões

da atual crise sobre a correlação de forças e os blocos de alianças. Mas é falso que os EUA tenham conseguido o alinhamento automático de todos os países à sua política guerreira ou que todos se tenham rendido à ameaça do presidente norte-americano: “ou estão conosco ou com os terroristas”. Nas declarações de muitos governos, percebeu-se muita cautela, diplomacia, sinceridade no propósito de combater o terrorismo, interesse próprio em conter movimentos separatistas de inspiração fundamentalista. E não faltou quem, entre os aliados dos Estados Unidos, quisesse tirar proveito da situação para acumular força, caso do Japão e da Alemanha, que ofereceram tropas com o objetivo de abrir precedentes para o levantamento da proibição de que se militarizem. A fim de fortalecer suas posições, os EUA apresentaram como trunfo a suposta adesão da China mas, ao contrário do que se propaga, o grande país socialista asiático não apoiou os bombardeios. “É necessário que o Conselho de Segurança jogue seu papel. Qualquer ação militar deve respeitar os princípios e os objetivos da Carta das Nações Unidas, além das normas do direito internacional”, declarou o presidente chinês Jiang Zemin. É inevitável que, uma vez evidenciados os propósitos norte-americanos, voltem a prevalecer as divergências dos Estados Unidos com outras potências e se recoloquem na ordem do dia os conflitos econômicos, comerciais, políticos e diplomáticos.

Não cabem dúvidas de que semelhante estratégia oporá irremissivelmente a esmagadora maioria dos países e povos ao imperialismo norte-americano. No Paquistão, na Indonésia, na Palestina, nos países árabes, a política norte-americana desperta ódio e revolta. Na Europa e nas Américas erguem-se os protestos contra a guerra que ameaça a civilização. Os povos do mundo, mais do que nunca, devem levantar a bandeira da PAZ contra a GUERRA IMPERIALISTA. Por toda a parte, é necessário organizar o movimento pela paz, com o pluralismo e a diversidade que tal tipo de movimento comporta. A frente-única e a unidade em torno da luta pela paz precisam ser forjadas, tarefa para cujo êxito os comunistas e as demais forças de esquerda devem contribuir. Expressão da luta dos povos por democracia, soberania nacional e justiça social em oposição aos tenebrosos planos de dominação do mundo pelo imperialismo norte-americano, a luta pela PAZ coloca-se na ordem do dia como tarefa central do movimento revolucionário, vertente essencial da luta pelo socialismo na época atual.

Na América Latina, encontra-se em vigor o Plano Colômbia, que retoma o intervencionismo norte-americano na região. Sob o pretexto de combater o narcotráfico, os Estados Unidos mantêm centenas de especialistas militares na Colômbia e fornecem ao Exército desse país armas modernas. Na verdade, trata-se de combater o movimento revolucionário local e ocupar um espaço estratégico na região amazônica. Ultimamente, tendo em vista envolver os países sul-americanos em sua empreitada agressiva, os imperialistas norte-americanos referem-se à “regionalização” do Plano Colômbia ou a uma certa “iniciativa andina”. Faz parte desse cenário o aumento da presença militar norte-americana no continente latino-americano, nas bases militares de Puntumayo (Colômbia), Manta (Equador), Iquitos (Peru), além das tropas no Suriname e no Panamá e das manobras militares recentemente realizadas na ilha de Vieques, em Porto Rico. A existência de bases militares e a presença de tropas norte-americanas na América Latina atingem indistintamente todos os povos da região e merecem a mais viva condenação por parte das forças progressistas. Quanto ao Plano Colômbia, é uma exigência da consciência democrática e patriótica dos latino-americanos o seu cancelamento.

Simultaneamente ao reforço de sua presença militar na América Latina, os Estados Unidos intensificam as pressões políticas sobre os governos para a implantação da Alca, não poupando para isso as chantagens, as ameaças e as manobras visando a desagregar o Mercosul. Para as nações e os povos das Américas, não cabem dúvidas de que a criação da Alca constituirá uma subordinação de suas economias à economia norte-americana, um golpe definitivo à independência de todos esses países. A verdadeira integração por que lutam os povos deve ser entre nações que respeitem o princípio da igualdade, integridade territorial e desenvolvimento econômico e social. Os imperialistas não querem o progresso, conforme apregoaram os processos libertadores de continentes nas lutas pela independência no século XIX.

A política do imperialismo norte-americano



para a América Latina mantém um traço conservador e reacionário na reafirmação e prolongamento do bloqueio a Cuba socialista, que resiste bravamente, empunhando a bandeira da defesa de sua independência e das conquistas de sua Revolução.

O imperialismo norte-americano segue uma política de força que consiste em aumentar seu poderio militar e o dos seus aliados. Depois da guerra de Kosovo, foi anunciado o novo conceito estratégico da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), que assumiu caráter ofensivo, ao tempo em que essa organização estratégica amplia seu raio de ação para o leste da Europa. É também de sentido hegemônico a renovação do acordo militar nipo-norte-americano e a presença de tropas estadunidenses na Ásia. Agora o governo dos EUA está empenhado na criação de um escudo de defesa antimísseis, projeto bilionário batizado de “guerra nas estrelas”, entrando em contradição com a Rússia, a China e mesmo com aliados europeus. O escudo antimísseis afeta perigosamente o controle dos armamentos nucleares, os esforços para a não proliferação dessas armas e rompe o equilíbrio estratégico anterior, estabelecido no acordo firmado em 1972.

A consolidação da China como grande nação socialista despertou a animosidade dos Estados Unidos. Fatos, incidentes e provocações revelaram a hostilidade do imperialismo norte-americano para com a China. Até mesmo na produção literária e cinematográfica começaram a aparecer materiais que tentam forjar a idéia de uma China como a nova ameaça. Em 1997 foi publicado o livro de Richard Bernstein e Rosso Munro intitulado *O iminente conflito com a China*. A China, através da revista *Beijing Informa* (número 27, julho de 1997) repeliu a publicação, afirmando que os EUA têm uma espécie de “síndrome da falta de inimigos, produto da mentalidade da guerra fria”. Nesse quadro ocorreu o bombardeio da embaixada da República Popular da China em Belgrado, durante a Guerra de Kosovo em 1999, uma aberta provocação à China, explicada pelos EUA como um “lamentável incidente”. Recentemente, depois da posse do novo presidente, George W. Bush, com a acentuação do hegemonismo e da política de força dos EUA, cresceu particularmente sua hostilidade e postura provocativa contra a China. Os fatos se amudaram. Destacam-se o incidente com o avião de espionagem obrigado a pousar no aeroporto de Hainan em 1º de abril de 2001, após ser interceptado por caças chineses; a decisão dos EUA de vender mais armas a Taiwan; a declaração de que “farão o necessário para ajudar Taiwan a defender-se da China”, numa clara interferência em assuntos internos chineses; e as mudanças no pensamento estratégico norte-americano, anunciadas pelo Ministério da Defesa, em maio de 2001, segundo as quais os Estados Unidos deverão dedicar menos atenção à Europa e mais atenção à China. Ultimamente, para acentuar o traço provocador de sua política contra a grande nação socialista asiática, o presidente norte-americano recebeu, na Casa Branca, o Dalai Lama tibetano e autoridades de Taiwan.

No Oriente Médio, prossegue a crise provocada pela crescente agressividade dos sionistas israelenses apoiados pelos imperialistas norte-americanos contra os palestinos. Os acordos até agora assinados mostraram-se insuficientes na busca da paz. Particularmente a partir de fevereiro deste ano, recrudesceram os conflitos, com centenas de palestinos assassinados brutalmente pelo Exército israelense. A política do governo encabeçado pelo general fascista Ariel Sharon, com longa folha corrida de crimes contra árabes e palestinos, acirra os ânimos e dificulta que se encontre uma solução para o conflito.

Divisões no campo imperialista

Os meios de propaganda do imperialismo norte-americano tentam demonstrar a sua hegemonia como consolidada e incontestável e eterno o seu domínio no mundo. Contudo, sua própria liderança econômica é historicamente ameaçada pela formação de outros pólos imperialistas. Na Ásia, o Japão disputa a hegemonia, malgrado a estagnação prolongada de sua economia. É importante considerar a esse respeito a atitude do governo da Malásia durante a crise asiática, de recusa ao monitoramento do FMI e à reivindicação de criar uma moeda única asiática no âmbito da Associação das Nações do Sudeste Asiático (Asean). No Ocidente a consolidação da União Européia cristaliza a formação de um poderoso bloco que objetivamente invade

áreas outrora sob a exclusiva influência norte-americana, como é o caso da América Latina. Inscrevem-se nesse quadro de competitividade interimperialista o fracasso dos intentos para a imposição do Acordo Multilateral de Investimentos e a prolongada estagnação das negociações no âmbito da OMC, de que é exemplo mais emblemático a fracassada reunião de Seattle em novembro de 1999. É evidente que a guerra econômica não exclui a colaboração e a concertação no âmbito do G-7, principalmente quando se trata de vilipendiar os interesses dos países dependentes. Não se pode subestimar o surgimento da “zona do Euro” e a existência de interesses próprios da Europa, inclusive no âmbito militar, com a decisão da União Européia de criar uma força móvel com 60 mil homens antes de 2003. Também a idéia de criar uma “zona econômica asiática” e a ofensiva em que estão empenhados os EUA para criar a Alca e exercer maior controle sobre as economias latino-americanas devem ser observadas sob o prisma das rivalidades interimperialistas. São evidências de que a ordem “unipolar” não é tão única e uma como o nome parece sugerir. As recentes derrotas dos Estados Unidos nas eleições para as comissões de Direitos Humanos e de Combate às Drogas das Nações Unidas indicam que, embora lentas, há mudanças em curso nas relações internacionais.

Há, pois, no mundo de hoje a tendência objetiva à formação de outros pólos que contestam o poder da superpotência norte-americana e desestruturam a sua política de dominação unilateral. As tentativas de manutenção desse mundo “unipolar” estão condenadas ao fracasso. As razões que embasam tal afirmação radicam não apenas nas rivalidades interimperialistas, mas também no cada vez mais destacado papel da China na economia e na diplomacia; enfim, na vida política internacional, como também no papel da Rússia, que, embora capitalista, reage aos intentos de desagregação como país de grande envergadura e influência no concerto internacional. O anunciado acordo entre a Rússia e a China é, nesse sentido, fato com importância e projeção estratégicas.

Também a ação de países em desenvolvimento, separadamente ou no âmbito de articulações internacionais – como o Movimento dos Não Alinhados, a Cimeira dos 77, a Conferência Internacional Contra o Racismo, a Xenofobia e todas as Formas de Intolerância, a Organização da Unidade Africana, o Mercosul, as reuniões de cúpula União Européia-África e União Européia-Mercosul –, pode contribuir para criar um ambiente internacional favorável à contestação do domínio “unipolar” norte-americano.

Os povos em luta

O advento da nova ordem imperialista há 10 anos, na esteira da derrocada da URSS e dos países do Leste da Europa, trouxe consigo a formação de uma correlação de forças bastante desfavorável ao movimento revolucionário e de libertação dos povos em todo o mundo. Se bem essa correlação de forças ainda perdure, determinando um diferenciado e prolongado processo de acumulação de forças do movimento revolucionário, ressurgem sinais de retomada do movimento operário e são marcantes os avanços das lutas democráticas, progressistas e patrióticas em todo o mundo. As comemorações do 1º de Maio de 2001, caracterizadas pela combatividade, constituem estimulante sinal de revigoração do movimento operário.

Fato novo na vida internacional é o surgimento do denominado movimento antiglobalização capitalista, com momentos de confrontação aguda entre manifestantes e forças policiais e outros de debate e reflexão. Seattle, Praga, Nice, Porto Alegre, Davos, Buenos Aires, Quebec e Gênova foram palcos de episódios importantes desse movimento, nas ocasiões em que se reuniam organismos internacionais, executivos empresariais ou chefes de governos e de Estados. É um movimento que se soma objetivamente a outras manifestações progressistas e concorre para a alteração em médio e longo prazos da atual correlação de forças políticas. Seu papel será tanto mais positivo na medida em que não errar o alvo e não se deixar levar por preconceitos anticomunistas ou contra organizações clássicas de combate dos trabalhadores, como os partidos revolucionários, as frentes populares e os sindicatos classistas. Na sua evolução, o movimento antiglobalização precisa ajustar sua plataforma de luta, sem perder de vista que não pode haver verdadeira luta antineoliberal sem um marcado caráter antiimperialista e que o marco global da luta não anula o movimento patriótico em espaços

nacionais específicos. Nesse quadro o PCdoB valoriza o Fórum Social Mundial, dedicado ao debate e à denúncia da globalização capitalista.

Faz parte da grande corrente antiimperialista a luta pelo progresso na África do Sul, os movimentos democráticos no continente africano, a luta pela paz e a unidade nacional em Angola. A revolução nacional e democrática no Congo, que derrotou o feroz regime reacionário de Mobutu, foi um acontecimento marcante no final do século XX. Também evoluiu num sentido democrático e antiimperialista a luta dos povos do Magreb (Norte da África). Nosso Partido sempre lutou contra as odiosas discriminações do imperialismo norte-americano ao povo e ao governo da Líbia.

No Oriente Médio, a Intifada palestina é a mais alta expressão da luta dos povos árabes e do povo palestino, pela autodeterminação, pela criação de um Estado independente, pelo progresso social e a paz na região. Mais do que nunca, o PCdoB soma sua voz e seus esforços ao lado dos palestinos. Defende as justas aspirações desse povo à sua terra, milenarmente habitada por eles. Defende uma paz justa e duradoura. Para isso, o Partido apóia a criação do Estado Nacional Palestino, sob o comando de sua Autoridade Nacional e legítima, e defende o direito ao retorno dos mais de 4,5 milhões de palestinos que vivem no exílio e à devolução de suas terras. Essas medidas devem ser encaminhadas sob os auspícios das Forças das Nações Unidas, que precisam recuperar a sua autoridade no conflito, fazendo valer as suas próprias resoluções, em especial as de números 242 e 338, que asseguram os direitos dos palestinos. O PCdoB seguirá ao lado desse povo, na busca da paz. E coloca-se ao lado igualmente dos patriotas e democratas libaneses e sírios, que também clamam, além da paz, pela devolução de seus territórios ocupados no Sul do Líbano e das Colinas do Golã.

Na América Latina cresce o movimento democrático e antiimperialista. A “Revolução Bolivariana” na Venezuela infligiu dura derrota às classes dominantes retrógradas com suas instituições apodrecidas. Na Colômbia, avança o movimento insurgente. No Uruguai, a Frente Ampla, que reúne todas as correntes de esquerda, transformou-se na principal força política do país. No Equador, eclodiu em janeiro de 2000 a revolução indígena-popular. No Peru, a ditadura de Fujimori foi derrotada. Na Argentina, mergulhada em gravíssima crise econômico-social e sob um governo instável, as lutas operárias e populares ganham força, podendo transformar-se num movimento de grande envergadura. Na América Central, a Frente Sandinista nicaraguense e a Frente Farabundo Martí salvadorenha consolidam-se como importantes forças políticas. No México, o movimento indígena ganhou força e repercussão. Nas colônias caribenhas, cresce o movimento independentista, principalmente em Martinica e Guadalupe. No Panamá, o movimento patriótico conseguiu uma vitória com a retirada dos norte-americanos do estratégico canal.

O movimento popular na Indonésia derrubou a ditadura de Suharto. Na Índia o movimento dos trabalhadores foi capaz de realizar uma poderosa greve geral, na Coreia do Sul as lutas operárias e populares são cada vez mais combativas.

Fato auspicioso nos últimos anos foi a conquista da independência pelo povo irmão do Timor Oriental depois de mais de duas décadas de anexação e genocídio por parte da Indonésia.

Um dado importante na atual situação internacional é o fortalecimento dos países socialistas. Apesar das adversidades, China, Cuba, Vietnã, Coreia do Norte e Laos mantêm-se firmes empunhando a bandeira do socialismo. Sentindo-se todo-poderoso com a derrocada do campo socialista do Leste europeu e a extinção da União Soviética, o sistema capitalista internacional, através das suas forças hegemônicas, chegou a se movimentar no sentido de fomentar a queda de outras experiências socialistas no mundo. Esses países socialistas procuraram levar adiante suas políticas de construção da nova sociedade, tendo em vista as novas condições do mundo, levando em conta o fim de um campo socialista, o alto nível de integração mundial, a rica experiência de acertos e erros na prática de construção do socialismo e as peculiaridades de cada um de seus países. Ainda que com diferenças de um país para outro e sem constituir modelos a copiar, de uma forma geral as experiências socialistas que continuaram tiveram que estabelecer políticas de transição originais, onde coexistem categorias econômicas de mercado com fundamentos socialistas, sob o primado destes.

Contrasta com essa realidade dos países so-

cialistas o caótico panorama de crise econômica, degradação social e instabilidade política que caracteriza sem exceção os ex-países socialistas – os quais, em nome de promessas vãs, renunciaram a conquistas históricas de suas revoluções.

A busca de alternativas

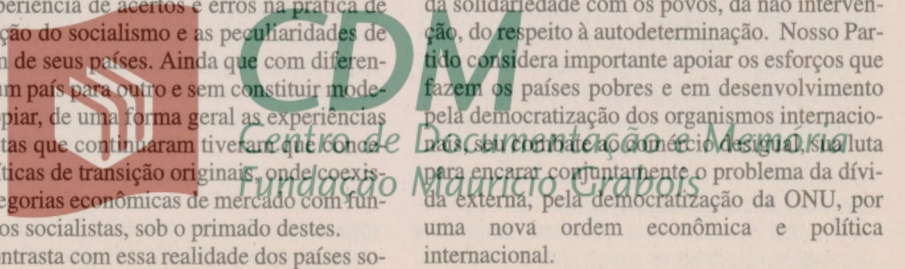
O crescimento das lutas dos povos, vitórias parciais e localizadas que têm sido conquistadas, os avanços dos países socialistas são importantes fatores que concorrem para a alteração da correlação de forças no mundo, para uma acumulação revolucionária. Mostram que a situação está em evolução, que o domínio hegemônico da potência norte-americana não é isento de conflitos e sua política de força não corresponde às perspectivas históricas. São indicadores de que é possível alterar o rumo atual dos acontecimentos no mundo. As terríveis contradições do capitalismo agravadas pela política neoliberal, a feroz exploração dos trabalhadores, a extremada espoliação dos povos, a ofensiva contra as soberanias nacionais criam um quadro propício ao desenvolvimento das lutas.

Do ponto de vista político, porém, os elementos de resistência presentes na conjuntura não invertem a tendência geral. Ainda está em curso no mundo uma contra-revolução. As reformas apregoadas pelos neoliberais são na verdade uma contra-reforma, uma regressão de conquistas políticas, econômicas, sociais e culturais da humanidade. O imperialismo e seus parceiros transformaram em lei absoluta e incontestável o primado do mercado, a lógica do lucro máximo, o império dos oligopólios, o ataque aos valores democráticos e progressistas, a política de força. Manipulam a consciência, amesquinhada como “opinião pública”, industrializada pelos meios de comunicação. Impõem mudanças de fundo na superestrutura estatal, de caráter antidemocrático. Nesse ambiente a direita recobra fôlego, do que é exemplo recente a vitória eleitoral de Berlusconi na Itália, além da anterior ascensão de Heider na Áustria e da sempre presente ameaça representada por Le Pen e seus seguidores na França.

Entre os fenômenos negativos em curso destaca-se a exacerbação dos conflitos interétnicos, manipulados pelo imperialismo para enfraquecer a unidade nos marcos de um Estado plurinacional – como acontece na Iugoslávia, hoje reduzida à Sérvia e a Montenegro, ou, na Federação Russa, onde o conflito da Tchetchênia é insuflado por círculos imperialistas. Não há dúvida de que os conflitos interétnicos precisam ser resolvidos na base da igualdade e do direito à autodeterminação, mas o separatismo e sua instrumentalização pelas potências prejudicam os próprios interesses daqueles que lutam pela identidade nacional.

Os comunistas brasileiros consideram que as terríveis contradições do capitalismo somente poderão ser superadas nos marcos do socialismo. Do ponto de vista das exigências objetivas, a sociedade está madura para o advento de um novo regime dirigido pelas amplas massas trabalhadoras. Jamais foi tão aguda a disjuntiva entre socialismo e barbárie. A crise do sistema capitalista, a deterioração econômica, política e social dos ex-países socialistas e as graves consequências da aplicação da política neoliberal colocam com força o socialismo como alternativa para os povos. A luta contra o neoliberalismo será inconseqüente se se mantiver circunscrita a reivindicações parciais e localizadas e ignorar a perspectiva socialista.

São muitas as vertentes da luta que convergem a favor do movimento de resistência no mundo de hoje, todas entrelaçadas entre si: a luta da classe operária, os movimentos dos imigrantes, fenômeno novo e em massa, os movimentos populares urbanos e camponeses, a luta pela sobrevivência e contra a miséria, a luta antiimperialista em defesa da soberania nacional e, embora seus limites, a luta de Estados nacionais soberanos contra as ingerências e imposições imperialistas, nos marcos dos organismos internacionais. As forças revolucionárias e antiimperialistas valorizam a luta por uma política externa contrária ao hegemonismo unipolar, baseada no princípio da independência nacional, da solidariedade com os povos, da não intervenção, do respeito à autodeterminação. Nosso Partido considera importante apoiar os esforços que fazem os países pobres e em desenvolvimento pela democratização dos organismos internacionais, sua transformação em mecanismos de luta para encarar conjuntamente o problema da dívida externa, pela democratização da ONU, por uma nova ordem econômica e política internacional.



A luta pelo socialismo na época atual precisa ser encarada e assumida com uma visão dialética. O acelerado processo de internacionalização da economia exige uma ação cada vez mais integrada do proletariado e dos povos em escala global. Essa perspectiva global não invalida a luta nos marcos nacionais e o caminho nacional para o socialismo. Na época atual o ponto de partida e meio de realização da luta pelo socialismo é o movimento de emancipação nacional dos povos e a luta da classe operária e das amplas massas trabalhadoras nos marcos dos Estados nacionais; o que não exclui, antes reforça, a solidariedade e o internacionalismo. Reafirmamos o postulado do *Programa Socialista* do nosso Partido, aprovado pela Conferência Nacional de 1995 e pelo 9º Congresso de 1997: “Os comunistas defendem o internacionalismo proletário. Apóiam a luta de todos os povos por sua emancipação nacional e social. São solidários com as nações e os povos socialistas que sustentam firmemente a grande bandeira do progresso social, da construção da nova sociedade, mais humana, mais justa, culta e civilizada. A luta contra o capitalismo é tarefa estratégica de todos os trabalhadores e povos oprimidos (...)”. “O Programa do Partido Comunista do Brasil põe, igualmente, em relevo a luta intransigente em defesa da soberania e da independência do nosso país, luta que envolve não somente os inimigos externos, cada vez mais agressivos, como também os inimigos internos, boa parte da grande burguesia e seus comparsas acumpliciados com os monopolistas estrangeiros. Essa luta constitui uma das grandes tarefas da época que vivemos. A conquista do socialismo é inseparável do combate firme e decidido por uma pátria livre, soberana e independente. Em última ins-

tância, o internacionalismo proletário, na situação atual, é também a defesa da soberania nacional de todos os países”.

A luta pelo socialismo pressupõe o fortalecimento do movimento comunista, sobre o qual ainda pesam os efeitos da derrota do socialismo. Embora com ritmo desigual, observa-se em todos os continentes a reorganização, o relançamento e o revigoramento dos partidos comunistas na atualidade e tem sido significativo o intercâmbio de opiniões no sentido de superar dificuldades teóricas e políticas. A contra-revolução em curso tem como um de seus aspectos centrais a campanha anticomunista. Ao lado disso, concorrem para o debilitamento do movimento comunista acentuadas tendências liquidaçãoistas, o florescimento de concepções antileninistas sobre o Partido e visões reformistas sobre a luta de classes. Nesse quadro tornam-se maiores os riscos de divisão, isolamento e refúgio em posições sectárias.

O PCdoB considera que, ao lado dos esforços para fortalecer a unidade dos partidos comunistas no mundo, é indispensável forjar amplas alianças em que possam agrupar-se as correntes de esquerda. Nesse sentido, o PCdoB valoriza a experiência do Fórum de São Paulo, espaço plural, diversificado, heterogêneo em que se reúnem as esquerdas latino-americanas com uma plataforma antineoliberal e antiimperialista. A unidade na luta não exclui, antes pressupõe, a intensificação do embate político e ideológico, indispensável à demarcação de fronteiras com o oportunismo reformista da chamada “terceira via” e de correntes e partidos que se apresentam no cenário político como a “nova esquerda”, com projetos de adaptação à ordem vigente.

se aproximar de seu objetivo maior; objetivo esse expresso na transição ao socialismo. Empenha-se na formação de um movimento cívico em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho, na edificação de uma corrente classista entre os trabalhadores e na mobilização e organização popular e das camadas oprimidas da população. O Partido conquistou importante vitória no pleito municipal de 2000, recuperou sua bancada federal de 10 deputados, ampliou o número de militantes e quadros, elevou seu nível de organização. Além disso, hoje é uma corrente em expansão e com presença destacada na vida da sociedade brasileira.

Quatro anos de crises

A continuidade do governo FHC

A aprovação da emenda da reeleição e a imposição de FHC como candidato único das forças conservadoras e neoliberais foram manobras decisivas para garantir a continuidade do projeto de “abertura e estabilidade”. Assim, o segundo mandato de FHC nasceu dos arranjos de uma votação parlamentar viciada, com uma ostensiva interferência na Convenção Nacional do PMDB visando a eliminação de um possível oponente. A vitória das forças situacionistas nas eleições de 1998 completou a investida continuísta.

A despeito da vitória de FHC no primeiro turno (eleito apenas com um terço dos votos) e da imposição de toda sorte de adversidades, as esquerdas e a oposição em geral alcançaram significativos êxitos. Pela primeira vez se obteve a união dos partidos de esquerda que constituíram uma frente – União do Povo, Muda Brasil – encabeçada por Luis Inácio Lula da Silva e Leonel Brizola. Tal iniciativa se revelou capaz de mobilizar amplos setores sociais e de reacender a esperança de transformação do país.

Desde meados de 1997 a trajetória do governo FHC tem sido caracterizada e determinada por crises financeiras e econômicas sucessivas, desdobradas em crises políticas e inter-relacionadas entre si. A economia brasileira começou a viver seu primeiro “choque especulativo” – crise cambial – na metade de 1997 (primeira onda da crise asiática), que se alastrou até o final deste mesmo ano. Adquiriu um novo impulso durante 1998 (segunda onda da crise asiática), culminando com um segundo “choque especulativo” de maior proporção nos últimos meses daquele ano, tendo de recorrer ao FMI – mesmo assim não chegou a ser estancado. Estendeu-se à crise cambial no início de 1999, levando à mudança do Plano Real, com a desvalorização da moeda nacional em mais de 50% naquela ocasião.

O segundo mandato de Fernando Henrique já nasceu em meio à forte crise. O ano de 99 foi marcado por recessão, maior desemprego e lutas sociais, aproximando-se da eclosão de uma crise político-institucional. Entretanto não houve maior consequência no rumo de uma mudança em virtude do quadro de forças ainda desfavorável à oposição – e de suas limitações e dificuldades de integrar maiores contingentes sociais à luta política. Apesar do abrandamento posterior da situação, em 2000 a crise se manteve latente, com ciclos de incidência menos intensa e progressiva perda de credibilidade por parte do governo.

O resultado das últimas eleições municipais ano confirmou a tendência favorável às forças oposicionistas, constituindo-se numa grande vitória destas. No primeiro turno a oposição cresceu 38% em relação a 1996 e 40% nas maiores cidades do país (com mais de 200 mil eleitores). O segundo turno consolidou essa vitória, particularmente das correntes de esquerda. A oposição conquistou 20 das 31 cidades onde houve segunda volta.

Neste começo de 2001 os fatores econômicos e políticos da crise latente, que foram se acumulando – somados à derrota do governo nas eleições municipais, às sucessivas denúncias de corrupção no seio das forças governistas e à maior incerteza econômica, agravada com a crise energética de grande dimensão –, produziram uma nova fase grave e difícil que o país começou a viver. A fragilidade do governo FHC, seu final desastroso, distinto do cenário tendencialmente aglutinador da reeleição de 1994, precipitou a disputa sucessória presidencial de 2002.

A deflagração da crise de energia que afeta o país contribuiu para deteriorar profundamente a situação neste período final do governo FHC. A ameaça que paira sobre o Brasil é de colapso do sistema elétrico. Isso porque nosso esquema anterior de planejamento energético foi desmontado. Os “investimentos” oriundos das privatizações não aumentaram sequer um megawatt à capacidade instalada. Revelou-se uma fantasia, o conto de que bastaria a abertura e a entrada de capitais privados estrangeiros para produzir os investimentos para edificação da infraestrutura e dos serviços públicos, sem a intervenção do Estado. O governo, ao acatar as imposições do FMI, que não permitiu investimento estatal – considerado despesa – em produção e transmissão de energia elétrica, levou o sistema hidroelétrico brasileiro, moderno e seguro, ao descalabro. Diante disso, a expectativa é de queda do crescimento econômico já contido e de mais desemprego.

A crise que se abriu com o estalar dos atentados no dia 11 de setembro nos Estados Unidos e a seguida proclamação de guerra imperialista, desencadeou grave ameaça à paz, à democracia e à soberania dos povos e acentuou a tendência recessiva da economia mundial. O irrompimento dessa nova situação agravou o curso da crise multilateral que permeava o país. Em face desses graves acontecimentos o governo FHC tomou uma posição dúbia, estando de um lado sujeito às pressões do governo norte-americano e, de outro, acossado pela rejeição da opinião pública e da grande maioria da população contrária ao engajamento do Brasil na empreitada guerreira estadunidense. O país tem tradição de ação diplomática pacifista e não intervencionista. Por isso, foi descabida a invocação pelo Itamaraty do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), porque o atentado nos Estados Unidos não resultou de ataque de qualquer Estado estrangeiro a aquele país. Também o governo concedeu a permanência em território brasileiro de representação de serviço de inteligência dos Estados Unidos. O envolvimento militar do Brasil na guerra atual é contrário aos interesses do povo brasileiro.

Em suma, o caminho percorrido pelos dois governos de Fernando Henrique, o segundo ainda inconcluso, está determinado por crises (ma-

Sobre a Situação Nacional

Introdução

O 9º Congresso do Partido Comunista do Brasil – PCdoB, realizado em outubro de 1997, concluiu que o Brasil, na vigência do governo Fernando Henrique Cardoso, permanecia como uma nação dependente. No plano político acentuava a inconstância e do ponto de vista econômico encontrava-se instável e vulnerável. Além disso, o povo brasileiro sofria as agruras do autoritarismo, da perda de conquistas históricas e da desestruturação nacional. A tendência democrática da fase anterior vinha sendo invertida. Decorridos quase quatro anos, a situação do país se agravou.

Desde o último Congresso, grandes acontecimentos – crises políticas e econômicas e a crescente crise social – sacudiram o país. Tudo como decorrência da expansão, concentração e centralização do capital em escala planetária e sem paralelo histórico; de uma ordem político-econômica “unipolar”, conduzida principalmente pelo hegemonismo do imperialismo estadunidense, que no período atual subordina sua política externa aos planos de uma “guerra prolongada”; da adoção pelo governo brasileiro de uma estratégia e uma política submetidas à ordem mundial dominante; e das contradições próprias da peculiaridade sócio-econômica brasileira, devido à resistência dos trabalhadores e do povo a tal situação.

No contexto brasileiro, diante de uma realidade de expansão do capitalismo monopolista e da ofensiva da política neoliberal, desenvolveram-se várias formas de luta de resistência da sociedade e, apesar da adversidade, procurou-se organizar um amplo movimento de oposição – democrático, patriótico e popular –, na busca de uma alternativa ao modelo imperante. Essa luta tem sido difícil e desigual para as forças oposicionistas. Ainda prevalecem os interesses dominantes, propagados por meio de intensa investida política e ideológica nas instituições estatais, na dinâmica dos pleitos (em todos os níveis) e na mídia. A corrupção, a promiscuidade, o balcão de negócios e a politicagem rasteira – atos esses de verdadeira perversão da democracia política – passaram a ser ostensivos e corriqueiros nas atitudes do governo da República, a ponto de imperar uma institucionalidade tácita que tornou sem fronteiras o bem público e o privado, condizente com um sistema apodrecido.

O quadro estrutural brasileiro vem sendo rapidamente alterado em mais de 6 anos de governo de Fernando Henrique. Essa experiência vem demonstrando que o modelo neoliberal

adotado é um fracasso como artifice de um crescimento sustentado e, mais precisamente, como estratégia de desenvolvimento. Esse projeto desnacionalizou a economia do país. Ademais, seu maior estrago é o desmonte do Estado nacional, articulado com a liquidação de conquistas sociais e trabalhistas fundamentais e o aprofundamento das desigualdades. A década de 90 do século XX acumulou grandes mudanças, levando o país a percorrer uma trajetória que o ameaça: a neocolonização. Esta tendência se tornou mais presente com a proclamação de guerra imperialista e o conseqüente recrudescimento do hegemonismo e expansionismo, depois dos acontecimentos de 11 de setembro nos Estados Unidos.

O PCdoB participou e interveio no curso desses acontecimentos políticos e sociais nesse período comopositor conseqüente à política neoliberal conduzida por Fernando Henrique. Tem sido lutador persistente pela construção da unidade da esquerda e do movimento oposicionista com base em um programa antineoliberal – de mudanças estruturais e alternativo ao modelo vigente –, perseguindo a conquista de um governo democrático, patriótico e popular que possa



Plenária: em primeiro plano as delegações internacionais que prestigiaram o Congresso



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



Lula (ao microfone) saúda os congressistas

nifestações de uma crise crônica), instabilidade, autoritarismo, corrupção, injustiça e, em última instância, pelo agravamento dos problemas estruturais brasileiros. Desde 1998, com os novos acordos firmados com o FMI, foram impostos ao país pesados ajustes fiscais e a reforma liberalizante do Estado. Assim, o ciclo da dependência vai se agravando. Na realidade o país passou a ser governado por um condomínio – governo compartilhado –, formado pelo Presidente da República, seus financistas e tecnocracia mais o FMI e o Tesouro norte-americano.

Reestruturação, desmonte nacional, sociedade mais desigual

A situação econômica

A “inserção” do Brasil na economia mundial a partir de 1990, conduzida pela elite dominante, seguiu os preceitos do chamado Consenso de Washington, fórum orquestrado e dirigido pelos interesses do imperialismo estadunidense. O governo FHC se encarregou de aplicá-los em tempo curto, sofregamente. O país submeteu-se, então, pressionado pelos centros capitalistas mundiais, sobretudo os Estados Unidos, às condições de “ajustamentos” impostas pela crise das dívidas externas dos anos 80, seguindo estritamente as normas dos mercados financeiros liberalizados, cuja regra básica está na “estabilização” com a abertura financeira e comercial. Mas para essa abertura havia a necessidade de um “lastro”. O Brasil teve de oferecer ativos compensatórios – títulos da dívida pública de curto prazo, empresas e bancos estatais atraentes, ações depreciadas de empresas privadas nacionais –, pós-abertura, que pudessem ser incorporados pelos monopólios transnacionais no seu curso inexorável de concentração e centralização do capital.

Desse modo, o país passou a leiloar seu patrimônio público, construído em várias décadas; a vender suas empresas privadas ao capital estrangeiro; a endividar o Estado realizando vultosa emissão de títulos públicos, pagando juros estratosféricos; e a elevar rapidamente seu passivo externo, tornando-se completamente refém da oscilação do fluxo dos capitais de fora. Nesse período de governos FHC a dívida pública interna mais que quadruplicou e dobrou o passivo externo líquido, ou seja, duplicou a dívida e o investimento externos, mesmo considerando as reservas internacionais brasileiras.

Essa linha de liberalização e abertura provocou nesses poucos anos forte desequilíbrio macroeconômico e profundos desajustes estruturais, desmentindo a prédica oficial de serem sólidos os “fundamentos” econômicos. Sobretudo a partir de 1995 persistiu, de maneira crescente, um déficit na balança comercial e também de serviços, produzindo um saldo médio negativo anual nas transações correntes de mais de 25 bilhões de dólares (mais de 4,2% do PIB), mesmo após a mudança cambial. O investimento direto estrangeiro (IDE) que entrou para cobrir esse saldo negativo, apesar de volumoso, tende a de-

cair (a previsão é de menos de 20 bilhões de dólares este ano) e o déficit a se elevar (prevê-se mais de 26 bilhões de dólares em 2001). Por outro lado, em regimes de abertura financeira, como é o caso do Brasil, a absorção do capital externo não eleva a taxa de investimento interno. Este, ao longo de uma década no país, subiu apenas 2% em relação ao PIB. Atualmente, a invocada “contaminação” da crise argentina não teria repercussão interna efetiva se não fosse mais do que considerável a fragilidade das contas externas.

Essa política que vem sendo sustentada pelo governo FHC desencadeou intenso processo de reestruturação, provocando verdadeira desestruturação na indústria e na agricultura, não elevando, como se afirmava, a competitividade do sistema. A “modernização” aplicada – em condições cambiais desvantajosas, juros altíssimos e sem nenhum planejamento industrial – trouxe como consequência um intenso aumento nas importações de equipamentos e insumos industriais e o abandono da indústria brasileira de meios de produção. Hoje, conforme conclusão de analistas econômicos independentes, o Brasil passa por um processo de desindustrialização – em relação ao valor bruto da produção, há uma redução do nível dos produtos de maior valor agregado. Tal situação é demonstrada em função da fragilidade competitiva da indústria em todos os seus complexos de alto valor agregado e de conteúdo tecnológico; debilidade estratégica e tamanho reduzido dos grandes grupos domésticos; e enfraquecimento das empresas nacionais em todos os setores manufatureiros complexos (de maior valor agregado). Atualmente, parte das grandes e médias empresas que se sobressaem está amarrada de forma subalterna a uma estrutura globalizada, condicionando a uma série de “buracos” nas principais cadeias de produção. Como consequência disso, esses desajustes básicos limitam a taxa do crescimento do país e a sua sustentabilidade.

O setor agrícola ficou aquém de atingir volumes de exportação necessários para galgar maior capacidade para importar e manter a queda dos preços dos alimentos básicos. O Brasil, que possui condições concretas de se transformar em grande exportador de produtos agrícolas e agroindustriais, hoje se tornou um dos maiores importadores nesse setor. A forte desvalorização cambial do início de 1999 não foi suficiente para eliminar o déficit comercial, aumentando, também, os índices de importação, demonstrando assim a profundidade do desequilíbrio estrutural. Desse modo, a crise cambial está sempre latente e não é apenas conjuntural. Ela não pode ser resolvida simplesmente com uma mudança de política de câmbio. A reestruturação praticada não ampliou o mercado interno, não internalizou novas tecnologias, não modernizou a indústria básica; em razão disso, foi elevado sobremodo o montante das importações, resultando numa estrutura industrial e agrícola com cadeias descontínuas, e relativamente atrasada. O Brasil vem retornando, gradualmente, à condição de exportador de produtos primários.

Esse processo de reestruturação neoliberal gerou restrições fundamentais, como nunca, à economia brasileira – desnacionalizada de forma rápida e descontrolada. A parte mais importante dessa desnacionalização é o processo de privatização das grandes empresas estatais: até o início de 2001, envolveu operações dos setores de energia elétrica (34,3 bilhões de dólares) e de telecomunicações (26,4 bilhões de dólares). O setor financeiro, público e privado, foi o terceiro grande negócio, com cerca de 18 bilhões de dólares. A outra parte fundamental corresponde a aquisições e fusões de empresas líderes de setores industriais importantes (autopeças, eletrodomésticos, produtos alimentícios, produtos de higiene e limpeza, bebidas, bens de capital e até agroindústrias).

O curso da desnacionalização se desenvolve por meio do investimento direto estrangeiro (IDE), o qual se caracteriza por não expandir o parque produtivo e por investir em setores ou empresas não geradores de divisas; e, além disso, eleva substancialmente a remessa de lucros, aumentando mais ainda o seu ônus sobre as contas externas de curto e longo prazos. A partir de 1997 aumentaram exponencialmente as aquisições de empresas nacionais por grupos transnacionais. No início da década de 90 as remessas de lucros e dividendos não ultrapassava o montante de 300 milhões de dólares; para este ano, se prevê mais de 7 bilhões de dólares de remessas – uma significativa mudança de qualidade.

A abertura financeira e as regras impostas pelo FMI conduziram todo setor público a uma crescente escassez de recursos. O gasto público econômico e social em relação ao PIB decresceu; mas, em contrapartida, a carga tributária e fiscal agigantou-se para saldar as despesas com juros que, no ano passado, quase alcançaram 8% do PIB (em 95, foram 2,58%), elevando a dívida pública, de cerca de 20% em 1994, para aproximadamente 50% do PIB atualmente. Para se ter uma idéia do peso dos juros em relação à receita corrente líquida, basta dizer que os juros das dívidas interna e externa, que em 1995 representavam 21,2%, em 1999 chegaram a 35,2% e, em 2000, 61,3%. O investimento público, hoje, não passa de irrisórios 2,5% do PIB.

Desde o acordo com o FMI, no final de 1998, as Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO) vêm se pautando por forte arrocho fiscal; pela manutenção e acréscimo de pesada carga tributária; e pelo corte radical dos investimentos e dos gastos sociais. A sua essência consiste em extrair o máximo de receitas e, ao mesmo tempo, cortar despesas não financeiras (gastos sociais e investimentos públicos), a fim de possibilitar um maior gasto com as despesas financeiras (serviço da dívida e outros). Disso resulta a componente com a qual se define um superávit fiscal primário (geralmente, cerca de 3% do PIB), sendo tudo submetido a esse objetivo – o único número intocável do Orçamento. Enquanto isso, de 1995 a 2000, os recursos destinados à Saúde diminuíram de 2,1% do PIB para 1,96% e os da Educação de 1,4% para 1,2%. Disso sucederam as consequências nefastas para a situação em que se encontram as cadeias de redes sociais públicas e toda a infra-

estrutura do país. Esta, com a escassez do investimento público e as privatizações, vem sendo deteriorada e ficando aquém da demanda exigida por um crescimento, mesmo que contido. A crise energética, produzida principalmente nos governos de Fernando Henrique, demonstra o grau de liquidação que alcançou o Estado nacional brasileiro.

A continuidade da aplicação desse projeto neoliberal no Brasil implicará em crescentes restrições para o desenvolvimento da economia nacional, que estará sujeita às oscilações que determinam o financiamento externo adotado e à extensa desnacionalização que aprofundou a dependência econômica. Em tais condições, a retomada do crescimento sempre fará aumentar o déficit externo – porque aumentará mais a importação e a remessa de lucros –, enquanto que as exportações se manterão defasadas, não acompanhando o crescimento do índice de importação, como resultado das restrições estruturais atuais. Por isso, a dinâmica econômica tem sido caracterizada por um pequeno crescimento, seguido de recessão, e vice-versa; resultando num crescimento médio medíocre, em uma conjuntura internacional de incertezas, condicionando uma tendência econômica marcada pela instabilidade, estagnação e maior dependência. Essa situação tende a se agravar – mantidas as premissas neoliberais – em uma conjuntura mundial de recessão e guerra.

Desmonte do Estado nacional

A trajetória de quase 10 anos da predominância da orientação neoliberal no Brasil, principalmente a partir do governo FHC, vem provocando mudanças estruturais na base econômica – desestruturação da economia nacional –, produzindo, simultaneamente, modificações na superestrutura política, sobretudo com o desmonte do Estado nacional. Desse modo, a estratégia de abertura e de domínio do mercado brasileiro pela oligarquia financeira transnacional dos países centrais, através da supremacia política destes e do seu próprio poderio econômico, consiste em forçar a liquidação dos instrumentos econômicos, tecnológicos, políticos, sociais e culturais – fundamentais para a soberania e a proteção nacional. Essa oligarquia que engloba os grandes monopólios é a força social dominante na sociedade capitalista contemporânea. Procura submeter a burguesia local a fim de favorecer o predomínio sem contrapesos de seus interesses. Tal força dominante tanto utiliza o poder de seus Estados imperialistas para sua expansão mundial, quanto o poder do Estado brasileiro para realização de suas rentáveis operações financeiras e comerciais. Assim, o aparato estatal deve estar preparado para garantir liberdade plena de movimentos aos monopólios transnacionais e reprimir os movimentos de resistência e mesmo a uma parte da burguesia nacional.

A denominada reforma do Estado vem sendo utilizada como meio para adequar o Estado nacional a essa investida do grande capital monopolista, submetendo-o aos seus preceitos e interesses. O Estado brasileiro, de Estado da macroeconomia, do emprego e da renda (economia da produção), cada vez mais está se tornando num Estado da macroeconomia da riqueza financeira. Transformou-se em centro transferidor de gigantescas parcelas de riqueza a grandes rentistas internacionais e associados locais. Do Orçamento Nacional previsto para 2001, mais de 40% da receita destinam-se ao pagamento do serviço da dívida pública.

O governo de Fernando Henrique Cardoso é artífice e condutor desse desmonte nacional, construtor de um Estado em processo de colonização contemporânea. Esse Estado vem intervindo eficaz e rapidamente nos momentos de crise provocados pelo mercado financeiro para evitar as perdas patrimoniais dos grandes grupos privados transnacionais, providenciando mecanismo de proteção, conhecido como hedge. Dessa forma, se o seguro não for suficiente para “tranquilizá-los”, poderá recorrer ao FMI, sob condições leoninas, exigindo pesados sacrifícios ao povo, e transferir enormes volumes de recursos públicos para salvar o sistema financeiro. Para tanto, o Estado atual é máximo: valem as medidas de intervenção, não as leis do mercado. A fim de justificar as mudanças, coloca-se em movimento um extenso aparato político-ideológico: órgãos estatais, instituições, universidades, parte da intelectualidade. Todo esse aparato serve ao poder é profusamente difundido no sentido de qualificar, pejorativamente, como “absurda” e “atrasada” qual-



quer proposta que se contraponha à agenda "natural" dominante. Tudo que seja obstáculo à investida imperialista atual é apregoado como superado: Estado-nação, projeto nacional, empresa estatal, soberania nacional. E mais, "o mercado é o melhor regulador das relações econômicas e sociais", "a desigualdade social é importante fator de estímulo ao crescimento econômico" e outras pérolas neoliberais.

O governo e os condutores do processo liberalizante, na sua marcha transformadora, agendaram uma série de "reformas estruturais". Primeiro, a mudança da linha geral da Constituição de 1988. Segundo, a adoção, a partir do final de 1998, da linha "disciplinadora" do FMI. E, terceiro, a desfação de um conjunto de leis fundamentais, consideradas como "blindagem" do sistema dominante – garantia da sua continuidade mesmo com a mudança de governos –, tal como as leis que disciplinam o modelo das Agências Reguladoras, a Lei de Responsabilidade Fiscal e, ainda, a tentativa de formação de um Banco Central "independente".

A Reforma Econômica, com a alteração do Capítulo da Ordem Econômica da Constituição, foi o ponto de partida, implicando em mudanças fundamentais: alteração do conceito de empresa nacional para "empresa brasileira"; fim do monopólio estatal do petróleo e das telecomunicações; desnacionalização da navegação de cabotagem; aprovação da nova Lei da Propriedade Industrial – lei das patentes. Tudo isso abriu caminho para o desenvolvimento das grandes privatizações e da desnacionalização da economia, garantindo às empresas estrangeiras os mesmos direitos de crédito e de exploração das nacionais, com um diferencial essencial: aquelas vinham com divisa forte e tinham acesso ao crédito de fora com juros muito inferiores aos locais.

Logo em seguida, a reforma na área social, ainda inconclusa, consiste num conjunto de medidas que segue a lógica da diminuição das despesas não financeiras (gastos públicos) e da minimização do Estado na própria esfera social. Exemplo significativo disso foi a Reforma da Previdência que, além de promover perdas nas conquistas dos trabalhadores, visa à privatização de seu setor mais rentável. A Reforma Administrativa, seguindo a mesma linha de "diminuição do Estado", revogou a estabilidade do servidor público e o direito à aposentadoria integral, instituiu o "contrato de gestão", recurso esse que permite ao Estado se ver livre de muitas responsabilidades, repassando-as para o setor privado ou para organizações sociais – até nas áreas de Saúde e Educação. O Brasil tornou-se um dos campeões mundiais em processo de desregulamentação do trabalho. O estágio atual consiste na flexibilização dos direitos trabalhistas através da alteração do artigo 618 da CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), revogando na prática a legislação trabalhista ao estabelecer que os acordos e convenções coletivas se sobrepõem à lei. Isto como expediente que visa atender o ritmo da concorrência altamente concentradora imposta pelo capitalismo atual. No mesmo caminho do endurecimento nas relações de trabalho, por meio de atos de força, arbitrários e antidemocráticos, são efetuadas medidas que visam restringir o poder de mobilização dos trabalhadores, especialmente dos servidores públicos, cujo direito de greve está ameaçado. Além disso procura-se golpear a resistência dos trabalhadores negando a unicidade sindical, através de mais uma emenda constitucional.

Todavia, o governo não completou o ciclo das denominadas reformas estruturais. Mantêm-se em pauta as reformas tributária, judiciária e política. A primeira é parte fundamental da política neoliberal; ainda não avançou porque o governo já conseguiu o que pretendia: aumentou significativamente a arrecadação e agiu intempestivamente através da aprovação de emendas constitucionais – a Desvinculação de Recursos da União (DRU), que assegura ao governo 20% da receita da União, para gastos fora do enquadramento orçamentário, um verdadeiro confisco, e a CPMF (Contribuição Provisória de Movimentação Financeira), o imposto "cascata" –, e da promulgação de outras leis fiscais que mantêm um sistema tributário extremamente regressivo (repasse de recursos, mais do que proporcionais, das camadas pobres e camadas médias para o Estado) e centralizador (debilitação do próprio pacto federativo). Sua proposta atual segue a manutenção dessa linha, com a defesa dos impostos indiretos que não incidem sobre a renda e a propriedade, mas sim sobre a circulação de mercadorias, atingindo indistintamente todas as camadas da população.

A Reforma do Judiciário segue o mesmo escopo. A adoção da Súmula Vinculante, por

exemplo, permite aos tribunais superiores a promulgação de decisões válidas para todas as instâncias do judiciário, facilitando a concentração da pressão governamental "por cima", como nos casos sucedidos na concessão de processos de privatização.

Pretende, o governo, que a Reforma Política, ainda em andamento, desenhe o novo arcabouço político partidário e eleitoral do sistema que vem sendo implantado. Ainda não avançou efetivamente em decorrência das contradições da própria base política governamental. Esta reforma por sua natureza fortemente autoritária, antiplural e antidemocrática, também encontra justas resistências. Um Estado que vem sendo moldado para assegurar crescente concentração do capital e da riqueza é incompatível com a democratização. Torna-se vital, para sua governabilidade, consolidar e "aperfeiçoar" um mínimo condomínio de partidos, do qual subsistam apenas os situacionistas, embora circunscritos a um número menor de legendas e a apenas um partido de oposição maleável, confirmando ainda mais o caráter elitista do poder político. Evidentemente, partidos como o PCdoB não podem ter representação parlamentar nesse conceito antidemocrático. O traço fundamental dessa "reforma" é não impedir o livre movimento do poder econômico, a fim de exercer sua influência, de uma forma ou outra, nos pleitos, principalmente no atual estágio da democracia liberal burguesa, em que as campanhas, para triunfar, tornaram-se cada vez mais virtuais e milionárias. Os partidos vinculados aos setores sociais dominantes não podem prescindir do financiamento econômico privado. Para consubstanciar o modelo governamental pretendido, seus autores se valem do entulho autoritário disponível no estoque dos períodos ditatoriais da história brasileira e copiam modelos elitistas de fora, como a cláusula de barreira, o voto distrital misto e a proibição da coligação na eleição proporcional.

Nos acordos com o FMI a partir do final de 1998, o governo "reafirma" a linha e a agenda das "reformas estruturais"; compromete-se em "acelerar e ampliar o escopo do programa de privatizações" e em "exercer com determinação a sua política" de "conceder maior eficiência e reduzir, ao longo do tempo, o papel dos bancos públicos na economia". As premissas e os números básicos do Orçamento Nacional são ditados por esse organismo internacional, bem como as principais metas financeiras e econômicas para o país. Tudo isso, sob o regime de um permanente controle externo, significou um avanço qualitativo na escalada liberalizante, retirando parte fundamental da autonomia nacional para definir a política econômica-financeira brasileira.

Com o advento das privatizações, o governo espelhou-se no modelo norte-americano para criar as Agências Reguladoras, com a finalidade de regular a atividade econômica de setores fundamentais – petróleo, energia, telecomunicações, águas, transportes –, que passam a ser a expressão orgânica da idéia da retirada do Estado da atividade produtiva. Os presidentes dessas agências têm mandatos fixos que não coincidem com o do presidente da República. Qualquer novo governo encontrará nesse estratégico terreno da administração econômica uma situação estabelecida, independentemente de sua política. Apesar de dispor formalmente de amplo poder regulador, tais agências possuem pequena capacidade real para impor suas determinações, pois as empresas desses setores são constituídas sob a égide de grandes monopólios internacionais, prevalecendo, em última instância, a força do "mercado" e a influência dos poderosos conglomerados. Estão imunes à prestação de contas à sociedade. Além disso, destacam-se como definidoras da política neoliberal como no caso do saneamento básico (recursos hídricos como questão estratégica), propondo um arcabouço institucional (PL 4.147/01), constituído no âmbito federal, cujo objetivo maior é a privatização do setor. Ainda pode-se ressaltar a escada sem precedentes da privatização do ensino e da saúde. Cerca de 75% das Instituições de Ensino Superior do país pertencem à iniciativa privada. No campo da saúde, 60% dos leitos estão em instituições privadas (filantrópicas ou não). Quarenta milhões de brasileiros estão hoje vinculados aos planos e seguros de saúde, principalmente através dos convênios-empresas que são estimulados a se estender.

Para compor essa "blindagem" do sistema em implantação, foi promulgada a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) que, ao contrário do difundido, não limita a farra com o dinheiro público, pois permite a ampliação dos gastos financeiros, especialmente os da União. A finalidade dessa lei é fazer cumprir, ao extremo, metas fis-

cais, na linha do ajuste reafirmado ao FMI, enquadrando de forma draconiana governadores e prefeitos, punindo-os até mesmo com prisão e desconsiderando, ostensivamente, os preceitos do pacto federativo vigente. Ela impede qualquer negociação das dívidas dos Estados e das prefeituras, geradas em consequência dos altos juros. E a sua resultante maior impõe o congelamento dos gastos sociais, numa realidade em que prefeitos e governadores vivem sob pressão explosiva de demandas humanas e sociais.

A sociedade mais desigual e deformada

A modelagem que vem sendo realizada na base econômica e no arcabouço estatal do Brasil atual – resultante do surto liberal, condição imposta pelo curso da concentração e da centralização do capital transnacional – vai cavando na sociedade brasileira maiores desigualdades e profundas deformações. O atual arranjo político e econômico produz um estrago social ainda pior que os anteriores. Às questões estruturais do desemprego e da pobreza se agregaram o desemprego aberto, a precarização nas relações de trabalho e a exclusão social de camadas antes participantes do processo de desenvolvimento. A taxa de desemprego praticamente dobrou (mesmo considerando os índices do IBGE), saltando de 4,3% em 1990 para 7,1% no ano 2000. Hoje, 54% da População Economicamente Ativa (PEA) integram o mercado de trabalho informal. No cenário de um crescimento médio medíocre, há uma queda no gasto público econômico e social (atualmente mal atinge o nível da década de 80, caindo, portanto, em relação ao PIB) e a predominância de uma política fiscal regressiva somada aos inúmeros "ajustes fiscais".

O perfil social que vem sendo plasmado é expresso em segmentos compostos por uma camada minoritária na sociedade, efetivamente incorporada ao padrão de desenvolvimento vigente; por uma camada maior intermediária, ameaçada, que vive a agonia permanente de manter seu nível na escala social e de preservar certos direitos, atualmente em perigo; e pela maioria da população – da qual fazem parte os que vivem com menos de três salários mínimos (de 80 dólares), os desempregados, subempregados, os abaixo da linha da pobreza e os marginalizados – é deserdada do processo liberalizante. Ao regime sequer foi possível concretizar, de forma continuada, "políticas compensatórias" para atender à crescente carência social. Seguindo o padrão da reprodução capitalista atual – no qual a taxa de lucro imposta pelos monopólios transnacionais é bem superior à de crescimento obtido, na média, nos países "periféricos", como é o caso do Brasil –, a perspectiva é que no máximo cerca de 30% da população sejam realmente incluídos no mercado resultante do processo atual.

Do ponto de vista de classe social, com a abertura liberal e a conseqüente sucessão de medidas desnacionalizantes e as mudanças na superestrutura, cresceu o poder da oligarquia financeira internacional no país, acentuando a estratificação interna da burguesia brasileira – a "financeira" e a "produtiva" –, resultando na formação, nesta classe, de uma camada associada de formas diversas à oligarquia estrangeira e de camadas que foram perdendo espaço, ameaçadas ou absorvidas. Trata-se de um processo em desenvolvimento, carecendo ainda de melhor definição. Por outro lado, esse movimento do capital vem produzindo a progressiva depauperização do proletariado e do campesinato em geral e a marginalização de parcelas maiores da população. As diferenças regionais se acentuaram, concentrando a produção de bens e serviços de maior valor agregado no sudeste e no sul do país.

Diante desse quadro em formação é inevitável o agravamento das contradições sociais e nacionais, provocando, como conseqüência, a resistência e a luta dos trabalhadores e do povo em geral. Nesse período mais recente, as lutas populares alcançaram o nível da mobilização política com o expressivo ato de metalúrgicos, funcionários públicos, estudantes e sem-terra, em abril de 1997 em Brasília, e com a grande manifestação da marcha dos 100 mil, em agosto 1999. Além disso, nesse mesmo ano, as grandes ações de massa de caminhoneiros e de pequenos e médios agricultores. No ano passado a campanha exigindo um plebiscito sobre dívida externa mobilizou 7 milhões de votantes em quase todos os Estados. O Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre no início de 2000, tornou-se um grande evento de repercussão mundial, contando com a presença de 15 mil participantes de 120

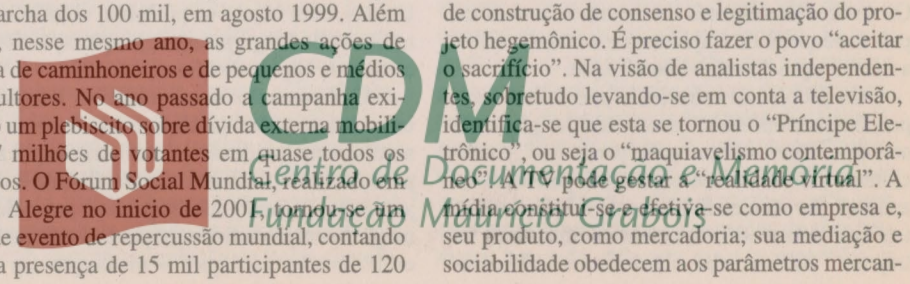
países integrados na luta contra o neoliberalismo. A luta pela reforma agrária se ampliou com ocupações de terra e importantes marchas nas cidades. As greves econômicas, mesmo diante da pesada adversidade para os trabalhadores, não deixaram de eclodir. Estes têm empunhado bandeiras em defesa dos seus direitos ameaçados, das condições de trabalho que se precarizam, pela diminuição da jornada de trabalho para 40 horas e aumento do salário mínimo. As mobilizações estudantis promovidas pela UNE e pela Ubes cresceram nos últimos anos, pautando a defesa da educação pública e colocando no alvo o governo FHC. O Fórum Nacional de Lutas organizado desde 1997, que congrega mais de 80 organizações sindicais e populares de caráter nacional, tem cumprido importante papel aglutinador e na mobilização de grandes ações de massas no país.

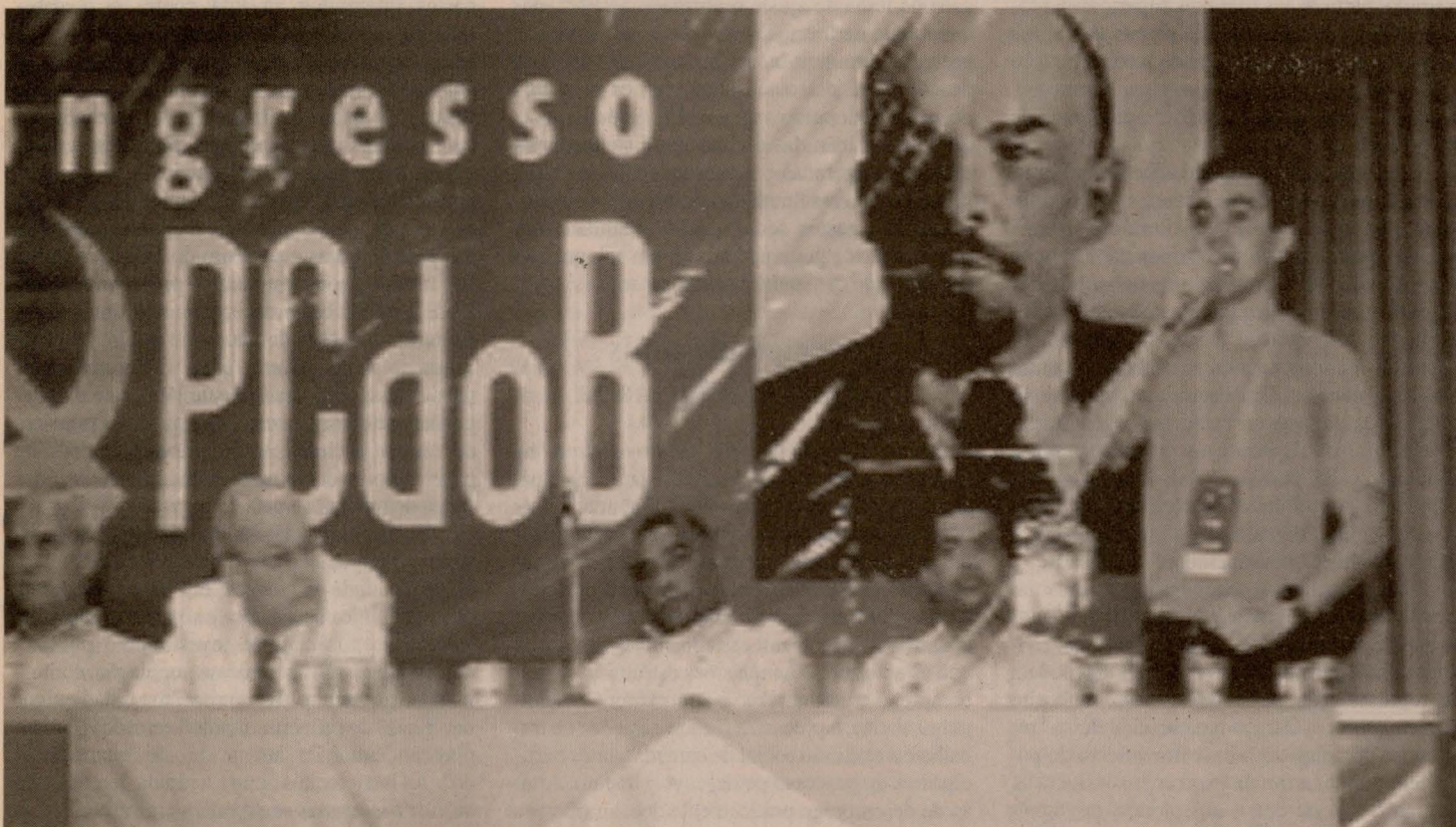
Em duas décadas, do número total de habitantes, a população urbana saltou de 50% para 80%, inchando as cidades, fato esse que, diante de uma política econômica e social desigual e injusta e da ausência de investimento público, aprofundou a clivagem dessa população, conformando, no âmbito de uma mesma cidade algumas ilhas "de primeiro mundo" cercadas por amplas concentrações, até mesmo, de "quarto mundo". As lutas sociais contra a rápida deterioração da vida das massas se espraiaram em várias formas de organização em todo o país, num somatório de pequenas ações por moradia, saúde, educação, transportes, saneamento básico e contra a violência, sobretudo nos grandes centros. A criminalidade e os assassinatos atingiram níveis alarmantes, condizentes com um quadro de guerra civil. Nisso muito contribuiu o narcotráfico, que utiliza milhares de jovens na sua atividade criminosa. As camadas marginalizadas promovem revoltas em favelas e na periferia das cidades e sublevações nos presídios e Febens. Os diversos setores da população, como mulheres, índios, negros e as minorias, mantêm uma constante luta por seus direitos específicos.

É preciso acentuar o fato de que as mudanças nas relações entre capital e trabalho vêm ocorrendo num ambiente político com correlação de forças francamente desfavorável à classe operária e suas organizações mais conseqüentes, reduzindo o poder de mobilização, a unidade e as condições de luta dos trabalhadores, que têm sido constringidos à defensiva. Combinada com a ofensiva política intensa, uma vasta pressão ideológica pesa continuamente sobre eles. O movimento sindical brasileiro encontra-se em refluxo. A rigor, vive uma crise de representação, com a redução de suas bases e obscurecimento das perspectivas políticas. Novos desafios emergem dessa realidade e devem ser enfrentados pelos comunistas e demais forças conseqüentes do movimento operário.

O agravamento das contradições políticas, econômicas e sociais vai desnudando a natureza do governo FHC e expõe os recônditos interesses dos partidos e facções que o sustentam para parcelas crescentes da sociedade. Sua credibilidade despencou e cresce a rejeição à sua política. Transparece progressivamente – por detrás do engano e do disfarce convenientemente concertados – o fato de Fernando Henrique Cardoso sempre ter procurado ocultar o sentido de sua submissão externa. Seu governo acentua a característica autoritária. Possui uma trajetória marcada por uma conduta que combina truculência para as camadas populares e arrogância para a oposição com, de outra parte, condescendência para as aristocracias financeiras – externa e interna. Vai se tornando evidente o seu bojo cheio de politicagem, corrupção e fraude. Foram muitas as CPIs circundadas e barradas por ele e seus acólitos. Para enfrentar a resistência à aplicação de sua política antipopular e antinacional, governa de forma discricionária por meio das Medidas Provisórias que se transformaram em um recurso permanente. O Poder Executivo resulta num presidencialismo imperial. As duas casas legislativas – Câmara dos Deputados e Senado Federal – perderam grande parte de sua autonomia.

Na sociedade atual, em desenvolvimento, é relevante a interferência da mídia na prática política e no exercício do poder como instrumento de construção de consenso e legitimação do projeto hegemônico. É preciso fazer o povo "aceitar o sacrifício". Na visão de analistas independentes, sobretudo levando-se em conta a televisão, identifica-se que esta se tornou o "Príncipe Eletrônico", ou seja o "maquiavelismo contemporâneo" do poder político e da realidade social. A mídia constituiu-se e efetiva-se como empresa e, seu produto, como mercadoria; sua mediação e sociabilidade obedecem aos parâmetros mercan-





Felipe Maia, presidente da UNE e delegado ao Congresso, defende ensino público de qualidade

tis. Em nosso país a grande mídia liderada por famílias aristocráticas tradicionais se modernizou e, condizente com o processo atual de concentração do capital, se monopoliza, algumas empresas sendo absorvidas por grupos estrangeiros e entrelaçando-se através de múltiplos interesses econômicos à oligarquia financeira no processo de desnacionalização em curso. Por se tornar também um potente instrumento de poder, a mídia de porte médio e pequeno foi sendo montada e capturada diretamente pelos grupos políticos dominantes em vários Estados.

Ameaça neocolonial contemporânea

Abandono do projeto nacional

Transcorridos 10 anos de vigência da orientação neoliberal no Brasil, torna-se mais nítida a evolução das tendências predominantes, suas fontes e o caráter das mudanças ocorridas. Se o país perdera a década de 80, tal fato, relativamente, ocorreu ainda mais na seguinte. A abertura radical da economia desde o início de 1990; o processo de “empresas” estatais e a ampliação da desnacionalização; o desmonte do Estado nacional brasileiro e a revisão drástica da Constituição de 1988 em seus principais capítulos ocorreram em praticamente 5 anos – uma rara velocidade histórica se se considerar o fato do país estar diante de mudanças estruturais e da superestrutura nacional.

Está patente que o Brasil se inseriu num projeto ditado e manuseado de fora, pois “era o único caminho que restava”, segundo a vulgata neoliberal, agravando e prolongando o impasse do capitalismo dependente brasileiro. As elites dominantes brasileiras (grande burguesia, seus políticos, parte da intelectualidade, a quase totalidade da mídia), visando resguardar seus interesses e posições, acossadas pela “crise das dívidas” dos anos 80 – nas quais elas mesmas acabaram se enredando –, excluíram qualquer veleidade de desenvolvimento autônomo, de projeto nacional. Pactuaram com a oligarquia financeira transnacional o destino da nação, abrindo-a, literalmente, concedendo lastros, garantias e realizando as mudanças exigidas do exterior para o êxito do novo empreendimento. Hoje, a governabilidade perdeu o sentido presidencial para os atuais governantes. Na eleição presidencial de 1989, a tentativa de fazer vingar um projeto alternativo – de cunho democrático-popular que, diante da encruzilhada da década de 80, pudesse abrir caminho no rumo da soberania e da democracia – quase triunfou no segundo turno das eleições. Os setores dominantes de dentro e de fora do país estremeçaram e apressaram a viabilização e a manutenção do rumo liberalizante.

Os problemas estruturais brasileiros – dependência econômica e acentuada desigualdade social –, próprios de um país “periférico”, condicionam uma dinâmica capitalista periódica de acumulação com endividamento externo, o que tem sido uma tendência histórica. Entretanto, na trajetória do Estado brasileiro, desde 1930, con-

siderando-se também o período do regime militar, ainda persistia, mesmo com suas deformações, uma “visão nacional” – responsável por uma economia, uma política e uma diplomacia nacionais. A tendência nacionalizante, a busca de um projeto nacional, foi truncada na década de 90. O projeto democrático-popular foi derrotado em 89 e os setores oportunistas abandonaram qualquer pretensão de projeto nacional. O Estado nacional vem sendo desmontado e, hoje, amoldado às condições geopolíticas e geoeconômicas da ordem mundial, hegemônica pelos Estados Unidos. Se continuarem essas tendências à desnacionalização, com concentração do capital dirigido de fora e à submissão às condições impostas pela potência hegemônica, o Estado nacional brasileiro atingirá um patamar de abandono completo das funções, objetivos e compromissos nacionais, crescendo, assim, a ameaça neocolonial sobre o país. Um exemplo claro dessas tendências, é a recente tentativa do governo FHC de internacionalizar a Base de Lançamentos de Satélites de Alcântara, no Maranhão, cuja proposta já se encontra na Câmara dos Deputados.

Caminho da neocolonização

Em suma, a crise crônica que vive o governo FHC, com reincidências constantes, é manifestação da mudança imposta desde início da década passada a uma tendência nacional e pela democracia em todos os terrenos foi barrada temporariamente. A fixação da linha neoliberal para os países latino-americanos, nascida no Consenso de Washington, tem um sentido estratégico definido de domínio econômico-financeiro e político sobre essa região. Por isso compreende a sucessão de etapas fundamentais de médio e longo prazo. O processo estabelecido teve uma primeira etapa impulsionadora que compreendeu todo o movimento de liberalização e abertura das economias nacionais e, conseqüentemente, uma segunda etapa – de “reformas” transformadoras – ainda em andamento em muitos países, como o Brasil. Nos planos hegemônicos, a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) compreende uma terceira etapa fundamental, que leva o Brasil e toda a América Latina (menos Cuba) a apressar e a consolidar a trajetória de uma completa dependência. Na realidade, esse processo neocolonizador contemporâneo teve no Consenso de Washington seu começo e o hegemonismo norte-americano pretende, hoje, no “consenso da Alca”, a sua consolidação. A Alca significa, desse modo, a continuação de um plano de domínio das Américas, de objetivos políticos, econômicos e militares de longo prazo, cuja aplicação foi iniciada pela cúpula de Miami, em 1994.

Compreensão desse objetivo estratégico imperialista, além da disparidade entre as economias estadunidense e brasileira, explica, do ponto de vista nacional, a inviabilidade do projeto Alca. Portanto, não é apenas o prazo do começo do empreendimento que está em questão, ou mesmo o “cardápio” – mudanças nas rela-

ções comerciais que favoreceriam o conjunto dos países em jogo. O que realmente conta é a questão de, nesta época, ainda estar caracterizada a relação entre país imperialista, hegemônico, e país dependente. Aquele não muda seu caráter de domínio e expansão; ao contrário, historicamente o vem reafirmando. O novo período guerreiro e expansionista é uma desconstrução dessa lógica imperial. Outra conseqüência desse objetivo estratégico é que, para atingi-lo, as forças dominantes atuais adotaram e desenvolveram a política neoliberal. Esta, entretanto, vem sendo “reciclada” ou adaptada conforme o nível da resistência e da evolução da situação em geral, definindo os passos a seguir; não estando ainda presente o seu esgotamento, considerando-se o objetivo maior da investida imperialista.

A busca de um novo rumo para o Brasil

A natureza da crise

Já no seu 9º Congresso, o Partido afirmava que o Brasil reúne condições de desenvolvimento sustentado, democrático, incluindo o conjunto da população nos benefícios da renda e do trabalho – diferentemente do modelo vigente. Em primeiro lugar, tendo em conta a evolução histórica brasileira, neste começo de século, o Brasil se encontra sujeito ao esgotamento de um ciclo econômico e social com suas conseqüências políticas. O modelo ultra-liberalizante/ultraliberalizante e desnacionalizante, conduzido nesta última década, agravou sobremodo o impasse brasileiro, reforçando a dinâmica de crescente endividamento externo. Resultante dessa exaustão de ciclos de dependência cada vez mais profundos, a crise atual se manifesta pela contradição entre duas tendências: uma definida pelo anseio e a visão da defesa do progresso nacional e pelas aspirações democráticas e populares; e, a outra, definida no projeto em curso, desnacionalizante, autoritário e excluyente, conduzido pelo pacto político dominante – tal pacto, por sua vez, vem sendo submetido a um processo de estratificação, no qual alguns setores burgueses se sobrepõem a outros no contexto da nova relação com a oligarquia financeira do núcleo da crise. A brasileira é integrante de um sistema de contradições mais ampliado porque o país, por um lado, está profundamente inserido no processo de acumulação capitalista dos círculos financeiros e econômicos internacionais e, por outro, não tem força de decisão nos setores de poder político e econômico mundiais sob controle das grandes potências capitalistas e de seus monopólios transnacionais. Coloca-se como um país dependente e subordinado.

Em segundo lugar, o Brasil possui um grande território. É o quinto país em população no mundo, é uma grande nação, com uma cultura própria, e reúne condições estruturais correspondentes a um país de desenvolvimento médio, com uma economia extensa, relativamente di-

versificada e complexa – tem atualmente o 11º PIB mundial. Reúne, assim, grande potencial para um desenvolvimento próprio. Devido às suas dimensões e ao seu potencial, é o único, na América do Sul, que pode em perspectiva chegar a competir, em aliança com outras nações do mesmo porte, com os Estados Unidos.

Em síntese, o país concentra um feixe de contradições que o torna preso a crises sucessivas, que podem agravar-se no atual período de guerra imperialista, está entre as maiores nações de porte médio mas, ao mesmo tempo – produto dessa realidade contraditória –, acumula forças objetivas e subjetivas que podem superar a grave situação em que vive, para a busca de um caminho condizente com as aspirações de seu povo e de sua postura nacional. Desse modo, pode se concluir que na cadeia mundial do sistema capitalista-imperialista o Brasil objetivamente está entre os elos débeis desse conjunto, reunindo condições potenciais subúptimas para se desgarrar de sua atual posição subalterna. Para isso, depende do avanço das condições subjetivas, ou seja, da predominância de uma nova orientação que lhe possa garantir uma linha de defesa da soberania e da democracia.

Os campos oposicionista e situacionista

As forças políticas de resistência surgem dessa evolução contraditória que conforma a crise. Elas são colocadas em movimento e, ao mesmo tempo, chamadas a indicar um novo caminho, alternativo. O grau de desgaste do governo FHC e seus estragos nas esferas política, econômica e social conduziram a um processo de ampliação e de diversificação do campo oposicionista. O movimento popular se estendeu e se intensificou em determinados períodos e múltiplas formas de revoltas das camadas deserdadas têm se sucedido. Entretanto, as forças políticas da oposição ainda possuem dificuldades para envolver maiores parcelas do povo na luta política e se encontram numa fase de diferenciação de posições, com a cogitação de diferentes candidaturas tendo em vista a próxima eleição presidencial. Esse contexto, por enquanto, vai tornando mais difícil alcançar um programa comum e uma candidatura única da oposição, para a sucessão, desde o primeiro turno.

O pleito de 2002 se reveste de grande importância por ser uma batalha política imediata na qual estará em jogo a eleição do presidente da República (dois terços do Senado), dos governadores dos Estados e das Assembléias Estaduais, tornando-se um momento decisivo para a mudança do rumo do país. O Partido dos Trabalhadores (PT) saiu das eleições 2000 como o maior partido da oposição. Mas, a realidade do quadro de forças predominante, demonstra ser preciso compor um vasto bloco de partidos políticos e representações sociais a fim de derrotar o atual pacto dominante e mudar o curso determinado pelo projeto neoliberal em andamento. Nas atuais condições, sozinho, nenhum partido oposicionista teria possibilidades de êxito.

São evidentes o desgaste e o descrédito das forças governistas e a intensidade de suas disputas intestinas, agravadas com o descrédito no presidente da República e com a necessidade de reciclagem do projeto em curso. Entretanto, entre esses setores, a peleja é por maiores espaços de poder, existindo certa homogeneidade de posição quanto ao empreendimento neoliberal – nesse sentido, acompanhados de decidido apoio da maioria da mídia e de poderoso respaldo de fora. Entre os partidos que compõem a base do governo, o PSDB vai assumindo o papel de força política mais comprometida com o pacto dominante, associado ao capital transnacional – a “nova burguesia”. O PFL representa sobretudo interesses da oligarquia tradicional, que se adaptou ao modelo oficial e procurou manter-se como principal partido aliado do governo. O PMDB representa uma mescla de interesses de camadas sociais altas e médias, contando com o projeto governamental e outros que têm contradições com a orientação política e econômica dominante.

Um novo rumo para o Brasil

A mudança deste rumo imposto ao Brasil, conduzido pelo atual pacto político dominante, implica a existência de um movimento amplo de um extenso e massivo movimento cívico – centrado nas forças de esquerda e socialmente entre os trabalhadores, capaz de unir a maioria

da nação brasileira em torno de um programa de reconstrução nacional, de ampliação democrática e de defesa dos interesses populares –, objetivando a virada na correlação de forças políticas em que predomina, hoje, o bloco comprometido com o modelo liberalizante e dependente. Por conseguinte, esse programa tem como finalidade a ruptura com a situação estabelecida por um sistema de poder que se submeteu às restrições externas e internas – dependência dos círculos financeiros internacionais, desmonte nacional, sociedade mais desigual –, a fim de reestruturar o Estado e a economia nacionais, impulsionar o processo democrático e promover o bem-estar social, rompendo com a atual orientação econômica e social adotada pelos últimos governos da República. Este programa não significa um retorno ao modelo do Estado anterior, em razão dos seus objetivos centrais e pelo caráter das forças políticas e sociais que podem respaldá-lo.

A viabilidade e a aplicação desse programa somente serão possíveis com a vitória de um novo governo de reconstrução nacional, democrático, constituído pelas correntes de oposição à política neoliberal, baseado nas forças populares. Primeiro, o ponto de partida está em derrotar o bloco das forças conservadoras atuais, estabelecendo um novo pacto político e social a fim de recompor e fortalecer o Estado nacional, democratizando-o, para exercer uma intervenção reestruturadora, abrangente e constante, tendo em vista a execução de um projeto de desenvolvimento nacional sustentado com distribuição de renda. O seu financiamento deve estar baseado, sobretudo, no investimento e nos processos internos e a redefinição, segundo um plano nacional estabelecido, do papel do setor internacionalizado da economia. E nos fóruns internacionais (ONU, OMC, Mercosul, OEA) participação com posição independente e não aceitando posições discriminatórias, hegemonismo ou política de força. Segundo, a democratização da vida nacional, processo que inclui a reforma da Justiça, os meios de comunicação, a revisão do instituto da Medida Provisória. Mas, que compreende, sobretudo, a ampliação da liberdade política e partidária, acesso ao trabalho e reforma agrária antilatifundiária, a universalização dos direitos sociais básicos, a participação popular e o controle da atividade governamental. Terceiro, os direitos do povo, visando o bem-estar social, função esta dependente da reorientação das prioridades do investimento e do gasto público, devendo, assim, estar relacionada com a ação do Estado e a participação do povo, e não com a predominância do mercado, principalmente se forem consideradas as tendências atuais, capitalistas, de forte concentração social de renda e riqueza. Essas devem ser as premissas e os fundamentos de um programa alternativo à ordem política, econômica e social estabelecida no Brasil atual, extraindo-se dessa base o conjunto do corpo programático.

Conforme o nível de construção do empreendimento neoliberal em curso, uma transição – para a adoção dos novos fundamentos programáticos – deverá passar necessariamente pela denúncia dos acordos lesivos ao desenvolvimento nacional, concertados com os órgãos e as instituições internacionais; com a realização de auditorias das dívidas e conforme a situação encontrada, buscar a saída para o endividamento, apelando até mesmo para o recurso unilateral, garantindo a soberania nacional, orientando-se com base no critério de que o país possa dispor dos recursos para o investimento na produção, infra-estrutura e geração de empregos; adotar medidas de controle do movimento de entrada e saída de capitais; e o estabelecimento de um pacto entre os diversos agentes visando ao reequilíbrio das contas externas; a revisão do processo de privatizações, assegurando a presença e o controle do Estado nos setores e núcleos estratégicos da economia; iniciativa por parte do Brasil para formação de um pacto latino-americano a partir do Mercosul, para fazer frente aos propósitos hegemônicos dos Estados Unidos estabelecidos no plano da Alca; celebração de entendimentos comuns, tendo em vista a busca de uma alternativa à dívida que não comprometa o crescimento econômico e o progresso dos povos da região. Também nesse sentido, é preciso adotar medidas de proteção à Amazônia, sempre à sanha dos que buscam a sua internacionalização.

Diante do avanço da reestruturação liberalizante, com suas conseqüências em todos os terrenos, impõe-se como questão central a luta pela reconstrução constitucional do país. A Constituição de 1988 foi o ponto mais elevado que se galgou na redemocratização ao final da ditadura militar – apesar de suas limitações, lacunas e

impropriedades. A investida neoliberal no Brasil desfigurou a Constituição de 88, após a revisão que levou a negação de capítulos básicos da ordem econômica, social e política. Com as dezenas de emendas efetuadas, seguindo à risca a orientação liberalizante, o que sobrevive dessa Constituição assemelha-se a uma peça sem conformidade e sem conteúdo acerca das exigências nacionais relevantes. Hoje, esta Constituição, em partes essenciais, é contrária aos interesses populares. Impõe-se assim com a vitória do novo governo a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livremente eleita, a fim de reordenar a vida política, econômica e social do país, considerando-se a aplicação do novo programa.

Na discussão do programa alternativo destacam algumas questões entre uma proposta de mudança da ordem neoliberal imperante e a de manutenção dos fundamentos dominantes com variações de ênfase no social e no papel do Estado – semelhantes a uma “terceira via” à brasileira. Uma primeira posição defende como possível uma “inserção soberana” no mundo globalizado, mantendo os mecanismos básicos da relação com os círculos financeiros internacionais e não considerando, concretamente, as transformações internacionais das últimas décadas. Porém, a posição realmente soberana não pode submeter o crescimento econômico à continuação da estabilidade com liberdade dos mercados, principalmente de capitais, nem se subordinar à posição imposta ao país pela potência hegemônica no contexto da ordem mundial atual. Deve-se, em contraposição, repousar o financiamento na criação de mecanismos institucionais internos, capazes de atender a exigência por investimentos que promovam a aceleração do crescimento econômico e da distribuição de renda mais equânime e buscar sistemas de proteção nacional, exatamente como fazem os países soberanos.

Outra posição defende a possibilidade de adoção de uma política social sem necessariamente mudar a orientação econômica em desenvolvimento. É uma posição igual à defendida por setores dominantes que pregam uma reciclagem, “enfazando o social”, do processo neoliberal vigente. Mas, na realidade, com a prevalência no Brasil do modelo atual de produção, investimento e gasto público, é impossível atingir o progresso social com a adoção de “boas políticas sociais”; pode-se, no máximo, realizar parcialmente alguns programas sociais compensatórios para atenuar a dramaticidade da crise. Nessa questão o problema substantivo é a distribuição de renda e, esta, não se enfrenta com iniciativa focada apenas na pobreza, mas sim com um padrão de produção e de emprego compatível com um sistema de bem-estar social. Para tanto é necessário que se promova formas alternativas do financiamento produtivo que rompa com a lógica da absorção da “poupança externa”, via déficit crescente no balanço de pagamentos isto é, via endividamento externo.

As tarefas políticas

O PCdoB tem como objetivo programático a conquista de um governo dos trabalhadores e das massas populares com a finalidade essencial de iniciar o processo de transição do capitalismo ao socialismo. Entretanto, o nível da batalha em curso demonstra que não se reúnem ainda as condições políticas e orgânicas para a conformação das forças sociais necessárias a esse empreendimento e, ademais, não se coloca, de imediato, a ruptura da ordem institucional predominante. O Partido compreende, no entanto, que a formação da frente antineoliberal atual e o governo que dela surgir, como está proposto, é um meio, uma forma intermediária, no curso da necessária acumulação de forças para alcançar o objetivo maior da transição ao socialismo.

Hoje, a luta contra o neoliberalismo (enquanto expressão política, econômica e ideológica do capitalismo contemporâneo), por sua própria característica, adquire um caráter antiimperialista e conseqüentemente é essencialmente anticapitalista. Esse embate na atualidade põe na ordem do dia e dá maior dimensão à luta nacional e democrática. Isso acontece porque a investida neoliberal inviabiliza qualquer possibilidade de projeto nacional e sua tendência concentradora de riqueza acentua a desigualdade social como nunca na história do capitalismo. Desse modo favorece a formação de uma ampla frente política e social contra a liberalização em curso, constituindo-se, atualmente, numa batalha de sentido estratégico,

porque permite abrir caminho no rumo de uma formação econômica e social condizente com a liberdade, a independência nacional e o progresso social. Nas condições do Brasil atual a proposição de um governo de reconstrução nacional, constituído por amplas forças democráticas e populares, produto de um movimento de oposição ao neoliberalismo, se insere nessa perspectiva antiimperialista, podendo se aproximar do objetivo maior – conforme o papel e a dimensão da hegemonia que vier a ocupar o Partido Comunista do Brasil e as correntes de esquerda mais conseqüentes e o nível de organização alcançado pelos trabalhadores e as demais camadas do povo no desenvolvimento da luta antineoliberal.

As tarefas políticas postas diante do Partido estão relacionadas com esse embate, tendo em vista a perspectiva do socialismo. Com esse intuito, atualmente, a atividade política partidária deve assumir cada vez mais a forma de luta conseqüente contra o governo e as forças que conduzem a reestruturação neoliberal do país. Na trajetória dos últimos quatro anos o PCdoB tem atuado no processo político procurando ser essepositor conseqüente – apesar ainda de suas limitações e dificuldades. Desse modo, o Partido deve se empenhar persistentemente para derrotar, nas eleições gerais de 2002, a continuidade política conduzida pelo pacto dominante, alcançando a vitória de um novo governo de reconstrução nacional, democrático, voltado para os interesses populares; ampliar a sua participação nos parlamentos e nos governos estaduais e municipais comprometidos com a luta contra o neoliberalismo; desmascarar e resistir à reforma política antidemocrática perpetrada pelo governo; insistir na edificação da unidade entre as forças oposicionistas e na formação de um movimento alargado que concentre as verdadeiras bandeiras da vontade nacional e popular: em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho; procurar combinar, no curso da luta, bandeiras de aceitação ampla e, ao mesmo tempo, radicais, tendo presente conchamar o povo para o embate por um novo governo, buscando, nessa ação, diferenciar o Partido aos olhos das massas, sem sectarismo, procurando realizar fecundo debate de idéias e projetos, persistindo no esforço para aparecer com sua feição de força avançada e de vanguarda – a luta estratégica pelo socialismo tem no fortalecimento do Partido entre as massas fator de-

terminante para seu sucesso –; afirmar o constante esforço para mobilizar e organizar o povo e suas camadas oprimidas, impulsionando e participando dos grandes e pequenos atos políticos e populares, e fortalecendo o Fórum Nacional de Luta que congrega uma ampla frente de entidades do campo operário, popular e da sociedade civil, e reforçar e aprimorar no movimento sindical a construção de uma corrente classista capaz de imprimir ao movimento dos trabalhadores do campo e da cidade a perspectiva da luta pela democracia mais ampla e pelo socialismo, como meio indispensável às conquistas de suas reivindicações; denunciar a proposição da Alca, por representar a ameaça à soberania nacional, e a busca do fortalecimento do Mercosul; contribuir para forjar a frente única e a unidade em torno da luta pela paz, contra a guerra imperialista no Brasil, expressão da batalha dos povos por democracia, soberania nacional e justiça social.

Cresce a possibilidade da oposição ao neoliberalismo alcançar uma vitória nas eleições de 2002, em virtude da acumulação de forças, revelada pela vitória das oposições nas eleições municipais passadas, potencializada pela crise do modelo dominante e pela deterioração do governo FHC. Pode se considerar que a existência de um governo contrário a neoliberalismo no maior país da América Latina poderá alterar o quadro político nessa parte do mundo, com grande repercussão internacional. O Partido não deve medir esforços para pôr em movimento todos os fatores que podem fortalecer, no embate político de 2002, as forças da oposição ao neoliberalismo, destacando a luta por um governo de reconstrução nacional, baseado nas forças democráticas, patrióticas e populares e pelo alcance de uma ampla base parlamentar de sustentação a esses objetivos.

O programa de reconstrução nacional pode se transformar numa plataforma eleitoral mobilizadora da vontade popular, assim como ser fator de unidade entre os partidos e as forças progressistas brasileiras. O PCdoB opina que esse programa pode ser constituído pelos fundamentos expostos nesta proposta de tese e poderá ser elaborado, em suas linhas gerais, a partir do “Manifesto em Defesa do Brasil, da Democracia e do Trabalho”, que já conseguiu unificar partidos de oposição e personalidades e que pode servir de ponto de partida de um novo ciclo de recomposição e unidade.

Sobre o Partido

A história recente da humanidade demonstrou ser impossível desenvolver o processo de superação do capitalismo sem ter como instrumento fundamental uma organização de vanguarda. Demonstrou também que, nos países onde essa superação ocorreu, tal processo foi conduzido por vanguardas classistas, de tipo leninista. A retomada dos caminhos de construção de um projeto emancipador renovado, nas novas circunstâncias históricas de predomínio neoliberal e após a derrota das experiências socialistas – que teve na degeneração do Partido dirigente um fator decisivo –, impõe a necessidade da atualização do pensamento sobre o Partido.

Esse debate tem como pontos de referência: primeiro, a experiência histórica da classe operária, em diferentes países, que encontra na concepção leninista de Partido sua mais avançada sistematização e na degenerescência dos partidos comunistas de meados do século passado o mais desafiador aprendizado; segundo, as peculiaridades da sociedade contemporânea, com os mecanismos de dominação do Estado burguês reformulado, o novo perfil do proletariado, a dinâmica atual de desenvolvimento da luta de classes e o predomínio da ação institucional; e, terceiro, as características próprias do Brasil, com uma formação econômica e social complexa e particular, com uma elite dominante política e socialmente conservadora e com uma história de amplas mobilizações políticas de massas – ou seja, um país jovem, de grande extensão territorial e uma expressiva riqueza cultural mas, apesar disso, com um grande atraso social.

A construção de um partido revolucionário é um processo de desenvolvimento dialético que obedece às circunstâncias históricas em que atua, à inserção do partido na luta de classes em curso e ao grau de assimilação da teoria científica

do proletariado. Ao refletir acerca dessa compreensão, o 9º Congresso debruçou-se sobre a experiência do Partido, sobre a nova dimensão de sua ação de massas nas diferentes frentes, sobre a recente participação dos comunistas em executivos, e reafirmou a necessidade de um partido de princípios, marxista-leninista, de feição moderna, capaz de realizar a grande política destinada a mudar os rumos do país.

Cabe ao 10º Congresso atualizar o debate em torno do partido que necessita responder a novas tarefas, a novas funções e assumir as novas feições exigidas pela sociedade contemporânea. Este será, também, um momento privilegiado para uma reflexão abrangente sobre a indispensabilidade de um partido comunista revolucionário, que contribua para uma aproximação maior com todos os comunistas que se encontram dispersos, ou em outras organizações, particularmente, com os integrantes do Partido Comunista Brasileiro.

A necessidade de um partido revolucionário

A polêmica em torno da necessidade e da atualização do partido da transformação social é parte destacada da luta de classes no terreno ideológico e não é um fato dos nossos dias. Os ataques ao partido de tipo leninista vêm desde o começo do século passado e se repetem, na conjuntura atual, partindo daqueles que vislumbram apenas a ação política nos marcos do sistema capitalista e da democracia burguesa. Esta atualização se dá num quadro de defensiva estratégica, em meio a um período de exacerbação da hegemonia neoliberal onde o mercado põe sob seus tentáculos todas as dimensões da vida humana, tornando cada vez mais incompatível a

convivência entre a democracia formal burguesa e a globalização neoliberal imperialista. O enfraquecimento da democracia e das representações classistas do proletariado é parte dessa estratégia de dominação. Perseguindo esse objetivo, os representantes do capital buscam realizar reformas políticas restritivas para impor um sistema que se limite aos partidos que defendem seus interesses.

Há alterações significativas na organização da política e nas reivindicações populares, em especial frente ao desmonte do Estado e das políticas públicas que precisam ser levadas em conta. Ocorre uma descentralização de responsabilidades administrativas nos níveis municipais, embora permaneça a concentração, no nível federal, dos recursos e das decisões. Tal descentralização provoca um certo fracionamento na relação com os poderes, deslocando para as instâncias municipais uma atenção privilegiada por parte das massas populares. Predominam as formas parlamentares e institucionais de luta, espaços para os quais se voltam as esperanças das massas na busca de melhoria das condições de vida. Esperanças essas que se frustram diante da composição política predominantemente conservadora – sobretudo do Congresso Nacional – e do controle exercido pelo Executivo sobre o mesmo.

Surgem novas dinâmicas na vida social que aparecem em construções de identidades, formulação de reivindicações, criação de estruturas organizativas e novas formas de manifestação e de luta. Vale registrar a emergência da mulher na sociedade, o surgimento de um movimento cultural de massas, particularmente nos setores marginalizados, e a intensificação do debate em torno das questões étnicas, raciais, ambientais, de comportamento, de orientação sexual, entre outras. Isso tudo são fatores que modificam as condições para a construção da luta pelo poder central e de um projeto global para o país, pressionando a perspectiva de um partido vocacionado para a ruptura política.

Incrementa-se, a par disso, uma ampla ofensiva contra o partido revolucionário. Apresentando-se como “modernas”, algumas forças – até mesmo de esquerda – tentam indicar saídas de negação do partido de vanguarda, procurando fazer emergir novas concepções espontaneístas ou de aberta negação do papel de ruptura e da necessidade de um novo poder político. Difundem a idéia de que, sem os partidos, os processos se tornariam “mais democráticos”; sem política, os movimentos seriam “mais puros”. Desenvolvem um esforço para transferir a legitimidade da representação da sociedade apenas para entidades da sociedade civil, particularmente para as Organizações Não Governamentais – ONGs. Escamoteiam a idéia de que tais entidades – embora sejam expressões da atividade de parte da sociedade com preocupações específicas, muitas vezes legítimas – não se propõem a um projeto global de transformação; logo, não têm condições históricas para substituir as organizações partidárias, nem mesmo para conquistas maiores nos marcos do capitalismo.

A constatação do complexo processo de mudanças da sociedade moderna não altera a compreensão de que se mantêm atuais os aspectos fundamentais da teoria leninista de partido.

Esta compreensão incorpora, para recuperar o caráter universal da contribuição de Lenin, a necessidade de libertar a concepção de partido do confinamento a que, de certa forma, ficou submetida pela apresentação esquemática de seus fundamentos e o entendimento mecânico de seus princípios. O núcleo central da teoria de partido, em Lenin, é a introdução do conceito político de vanguarda e a idéia de fusão da consciência socialista com o movimento espontâneo da classe operária. Em matéria estritamente organizativa, o essencial está no princípio do centralismo democrático, dentro da diversidade que assume sua estruturação nas diferentes fases de desenvolvimento da luta revolucionária.

Os adversários do tipo leninista de partido tentam fundamentar suas críticas a partir de alguns pressupostos que, ao serem desnudados, esclarecem bem a natureza de seus ataques.

Em primeiro lugar, abandonam a idéia de ruptura anticapitalista e, mesmo com uma retórica socialista, reduzem sua proposta ao aperfeiçoamento do atual Estado. Certos teóricos da esquerda propõem formas de ação e organização que possam dirigir a história no sentido da criação de uma chamada “esfera pública”, popular, democrática e não-estatal, de controle e de indução do Estado, para reformá-lo profundamente, de fora para dentro. Divulgam concepções ilusórias sobre a possibilidade de aspectos do poder socialista poderem ser antecipados nos marcos da atual estrutura política e estatal capitalista. Exemplos disso são as referências a iniciativas dos governos populares, como as experiências do Orçamento Participativo (programa de participação do povo no debate orçamentário) e de instâncias do poder local, como se fossem pressupostos da construção do socialismo. Embora tais iniciativas signifiquem importantes avanços democráticos dentro do sistema vigente, não alteram a lógica de classe à qual estão submetidas as diferentes instâncias da máquina do Estado. A experiência histórica já comprovou não ter sido construído – em qualquer país do mundo – nenhum projeto socialista sem ruptura com o poder capitalista. Esses espaços podem e devem ser usados para elevar a consciência socialista e a luta emancipadora.

Em segundo lugar, tentam combater a idéia de “partido de vanguarda” contrapondo-o ao “partido de massas”, considerando a primeira uma proposta superada por não responder à multiplicidade e à variedade das demandas produzidas pela luta de classes no capitalismo moderno. Mais uma vez se repete a deformação do sentido mais geral do conceito de vanguarda e a sua confusão com o “partido de quadros”, experiência particular de determinados momentos históricos. O sentido maior da caracterização de um partido de vanguarda é o daquele dotado da teoria revolucionária capaz de explicar o movimento social e planejar além do limitado horizonte do cotidiano. É o que orienta a atividade de agora com a visão dos objetivos maiores e futuros que se materializam na superação do capitalismo. Um partido de vanguarda pode e deve assumir, em determinado momento, uma estruturação ampla, isto é, transformar-se em um partido grande e articulado para atuar nas várias frentes em que se manifestam os conflitos políticos e sociais do mundo moderno. Os marxistas compreendem

que não existe um partido com imaginárias virtudes de “vanguarda” por definição. Uma organização será de vanguarda e de formação ampla na medida em que suas proposições políticas se revelarem suficientes para abrir caminhos à luta dos trabalhadores pelo poder e na medida em que, por sua atividade, as grandes massas a reconheçam como destacamento avançado.

Em terceiro lugar, os adversários do partido leninista repetem a velha tecla de que o centralismo-democrático encerra uma prática autoritária onde só os chefes detêm o poder nas instâncias partidárias. Utilizam para isso uma interpretação dogmática desse princípio, tanto do ponto de vista conceitual, como do ponto de vista prático. A vitalidade do centralismo-democrático relaciona-se com a sua aplicação às condições históricas e políticas da luta de classes e ao estágio de desenvolvimento do partido. O centralismo-democrático é a forma mais criativa de apropriação da “sabedoria coletiva”, através da democracia interna e de sua transformação em força material através da ação política unitária. Os que combatem o partido leninista não conseguem entender ou aceitar a necessidade fundamental de unidade da classe operária e de seu partido na luta contra o capital. Lenin alerta: “Em luta pelo poder o proletariado não dispõe de outra arma além de sua organização. (...) o proletariado só pode chegar a ser, e será, inevitavelmente, uma força se, unido no plano ideológico (...), consolidar esta unidade pela unidade material de uma organização que torne coesos milhares de trabalhadores no exército da classe operária”.

A construção ideológica do partido revolucionário

A construção ideológica do partido se desenvolve tomando-se por base três aspectos da vida interna que se inter-relacionam: a convicção revolucionária de seus membros; uma política transformadora que corresponda à dinâmica em curso no país; e uma íntima ligação com o movimento real dos trabalhadores. Nas condições do Brasil, essa construção se faz, também, a partir da avaliação crítica da experiência de 15 anos de legalidade do Partido, num ambiente de prevalência de intensas disputas na esfera institucional-eleitoral, onde o Partido é pressionado constantemente pelos valores neoliberais hegemônicos desse período, no sentido de se adaptar às possibilidades e ao estabelecido.

Os valores ideológicos defendidos pelo PCdoB são opostos aos da elite brasileira. Uma elite submissa, anacrônica e incapaz de formular e dirigir um projeto nacional que mude a situação do país para melhor. Os comunistas cultivam o sentimento nacional, o orgulho de pertencer a este povo, a cultura e a arte da terra em suas múltiplas manifestações e a admiração pelas lutas históricas que tantos heróis e mártires produziram. Valorizam o trabalho produtivo contra a exploração e a especulação parasitária, as coisas públicas e coletivas sobre as coisas privadas, a solidariedade generosa contra o individualismo mesquinho; ao mesmo tempo, respeitam a singularidade de cada indivíduo incentivando-o a desenvolver suas potencialidades.

Combatem a indiferença e o sentimento de impotência – disseminados pela burguesia –, diante da situação vigente, procurando despertar o interesse pela vida política e descortinando uma perspectiva transformadora. O PCdoB estimula o combate aos preconceitos existentes, sobretudo os étnicos, raciais e de gênero, que foram amplamente impregnados na sociedade brasileira pelas classes dominantes e que são manifestos abertos ou sutilmente. Afirma sua luta por direitos iguais para todos, para que as diferenças entre os indivíduos floresçam e sejam respeitadas. A luta por tais valores é parte integrante do combate político por uma nova sociedade.

O período da legalidade, nessa prolongada defensiva da luta dos trabalhadores, exige um elevado grau de convicção ideológica e de conhecimento das possibilidades revolucionárias futuras. Nesse contexto, o trabalho ideológico interno tem como objetivo elevar a compreensão dos projetos do Partido e reforçar o trabalho de formação teórica e de cultura marxista, o estudo e a compreensão do que é próprio da realidade brasileira, o interesse pelo saber, pela ciência e pelo estudo, contrapostos à superficialidade e à irracionalidade, próprias dos padrões de conhecimento e informação neoliberais, bem como dos padrões de conhecimento teórico acadêmico, desvinculado da prática social. É parte desse combate o cultivo de valores éticos elevados, do desprendimento pela causa de servir ao povo, da valorização da opção de militância política e social em prol da transformação revolucionária.

As convicções socialistas, a perspectiva revolucionária, só serão reforçadas e ganharão novos contingentes se os quadros e militantes elevarem sua compreensão científica de que a derrota que sofreu o socialismo e a ofensiva neoliberal são passageiros em termos históricos; que as crises do sistema capitalista tendem a se agravar; que há uma tendência ao desenvolvimento da resistência dos trabalhadores, povos e nações dominados contra a submissão e a exploração imperialista.

Nessa construção ideológica, assume particular importância a idéia de que o partido da transformação socialista tem, como um dos pilares de sua construção, a incorporação de seus membros nas lutas políticas, econômicas e sociais em curso no país. Esse partido deve compreender a emergência de priorizar, em sua ação cotidiana, a construção de um amplo movimento político de massas para impulsionar a frente única no combate histórico ao neoliberalismo. Deve reconhecer o papel estratégico que a luta operária e sindical joga na elevação da resistência antineoliberal e na acumulação de forças com vistas ao projeto socialista e, por isso mesmo, dedicar a ela destacada atenção. Um partido capaz de absorver toda a potencialidade revolucionária da juventude, comprovada ao longo da história do país. Um partido que entenda o importante papel da intelectualidade progressista brasileira e, por isso mesmo, busque a integração de seus membros nas fileiras partidárias. Um partido que compreenda o impacto da luta dos trabalhadores sem-terra para o desenvolvimento brasileiro, participando de seus movimentos e ampliando a presença dos melhores combatentes pela terra na sua estrutura. Um partido que se coloque à frente das lutas urbanas por moradia, educação, saúde, segurança, por entendê-las como dimensões irrecusáveis da luta social. Um partido que atue sobre os novos e diversificados temas emergentes na sociedade – cultura, gênero, questão étnica, racial, ambientalismo, comportamento –, mas que recuse o fracionamento e a fragmentação do conhecimento e da representação desses setores, buscando integrar suas dinâmicas num projeto de ruptura anticapitalista e de construção de uma nova sociedade.

Um partido de classe para o proletariado atual

A identidade do PCdoB com o proletariado está expressa na sua gênese, nos seus objetivos estratégicos e na sua opção teórica marxista-leninista. No atual processo de atualização do pensamento de partido e de reforço de sua construção ideológica, o aspecto mais desafiador e instigante se situa exatamente no aprofundamento dessa identidade. Assumir essa identidade, na sua plenitude, exige do PCdoB: a) responder ao desafio teórico da reafirmação do caráter potencialmente revolucionário da classe operária; b) ganhar a adesão dos trabalhadores a um projeto político de transição viável, que os convença e libere suas energias criadoras; c) avançar na percepção de seu novo perfil e novas formas de luta e organização; e d) superar o atraso na incorpo-



O governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho, PSB, saúda os comunistas no RioCentro



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

ração de seus melhores lutadores às fileiras partidárias.

Talvez, em nenhum outro momento da história, como nesta fase de implantação do projeto neoliberal, tenha se dado uma ofensiva ideológica tão ampla e generalizada contra o proletariado e, especialmente, contra seu núcleo mais avançado: os operários fabris das grandes empresas. Procura-se negar a sua centralidade no processo produtivo e atacar seu papel de sujeito histórico central na luta pela superação do capitalismo. Justifica-se a diminuição do seu papel político pela sua redução numérica, fruto da automação. Insinua-se que a crise de sua organização sindical decorre, apenas, de aspectos de seu novo perfil com sua fragmentação e heterogeneização econômica, o que inviabilizaria a organização coletiva e unificada. Tenta-se, no interior das empresas, neutralizar a reação contra a exploração com uma política de cooptação através de novas formas de gerenciamento, aperfeiçoando-se, também, os mecanismos de intimidação e de autoritarismo.

Embora de maneira dispersa, já se inicia uma resposta a tal ofensiva ideológica, que tem o nítido objetivo de desarmar os trabalhadores e deter sua reação, num momento de crescimento da exploração capitalista. a) A negação da centralidade do trabalho no processo produtivo é contestada com a demonstração de que a produção de valor não se realiza senão através do trabalho vivo, efetuado diretamente pelos trabalhadores, por mais reduzido, alterado ou fragmentado que ele se torne. As máquinas dependem de homens e mulheres para serem operadas, por mais tecnologia que a produção incorpore. b) Ao argumento da diminuição do papel político da classe operária industrial pela sua redução numérica, fruto da automação, contrapõem-se aspectos fundamentais dessa fase de reestruturação produtiva. Ocorre uma forte e crescente polarização entre aqueles que vivem da venda de sua força de trabalho e os donos do capital, que se alimentam da compra e exploração dessa mesma força de trabalho, expressa na generalização do trabalho assalariado e de suas formas precarizadas. c) No que se refere à permanência da crise da organização sindical, pode-se dizer que ela sofre grande influência de aspectos políticos na sua dinâmica, que se somam aos impactos provocados pela fragmentação e pelas alterações na organização do trabalho. Ao lado da ofensiva ideológica há uma política de flexibilização das relações do trabalho, de ataques às conquistas dos trabalhadores e de desmonte das organizações sindicais, que dificulta o reforço da luta organizada.

Impõe-se um estudo cuidadoso do perfil do proletariado brasileiro, que vem passando por sucessivas modificações. A classe operária fabril adquire novo perfil e traz à cena aspectos fundamentais para a definição de novas estratégias para a sua incorporação à luta emancipadora. A introdução de novas tecnologias em empresas dos mais diferentes ramos da estrutura econômica produziu, no interior do proletariado como um todo, um segmento restrito, mais qualificado, mais intelectualizado, muito diferente dos trabalhadores das velhas linhas de produção. Contraditoriamente, mesmo em indústrias de moderna tecnologia, mantém-se um setor de mão-de-obra com pouca qualificação, facilmente substituível, que realiza o trabalho simples de "apertar botões". Em indústrias de alta tecnologia, os operários vendem sua força de trabalho que combina o dispêndio de esforços manuais e esforços intelectuais. Uma boa parte dos operários fabris de hoje tem o ensino médio. A classe operária industrial, inicialmente concentrada em São Paulo, sofre forte tendência à descentralização para outros Estados e Regiões. No entanto, mantém ainda na capital e região do Grande ABC a sua principal concentração.

O proletariado brasileiro cresceu e se diversificou muito. Como produto mais característico do desenvolvimento da grande indústria capitalista, surge nos últimos 50 anos, um novo proletariado fabril que é o núcleo central do movimento operário, potencialmente, o mais combativo do proletariado. Na construção civil, transportes, energia elétrica e outros setores dos chamados serviços mercantis não-financeiros também se desenvolve, nas últimas décadas, um proletariado numeroso e combativo. No campo, o desenvolvimento capitalista teve como consequência o aparecimento de um proletariado rural de certo porte.

No Brasil, dominado pela elite neoliberal, há um enorme contingente social constituído por pessoas que trabalham e perdem seus empregos em curto espaço de tempo: os desempregados crônicos e os trabalhadores informais, sem vín-

culo sindical, além dos milhões de jovens que não conseguem o primeiro emprego. Essa massa é discriminada, perseguida e freqüentemente reprimida. Por vezes se organiza em movimentos culturais na periferia, nas torcidas de futebol, nas inúmeras festas populares que, de uma forma ou outra, expressam elementos de protesto e inconformismo. Muitas propostas de "saída" chegam a essa gente, sobretudo nos marcos de suas necessidades espirituais. Há, também, as aparentes "soluções imediatas" que respondem às suas necessidades de consumo materializadas no tráfico e nas drogas. O Partido está praticamente ausente dessa problemática. É preciso que, urgentemente, esse contingente social seja polarizado politicamente pelo movimento transformador.

A incorporação à estrutura partidária, sobretudo de operários fabris, é fator decisivo para o reforço de seu caráter classista e de sua identidade ideológica. Esta incorporação, nas condições da exploração capitalista presente, não se dará espontaneamente, nem por obra do acaso. Merece um cuidadoso e controlado planejamento, que inclui desde a atividade sindical até um certo grau de "clandestinidade" nas formas de organização dentro das fábricas. E esse planejamento só avançará na medida em que for compreendido como tarefa política e ideológica prioritária de toda a estrutura partidária. É necessária uma propaganda organizada das idéias socialistas, a partir da experiência concreta, para se constituir uma tendência classista nos pólos centrais da classe operária. O Partido deve dedicar atenção especial ao cerco ideológico desenvolvido no interior das empresas. Disputar ideologicamente os trabalhadores não é uma mera questão de pregação doutrinária. Há o fator objetivo de ampliação da exploração e da forte ditadura do capital escamoteada pelos novos processos de gerenciamento. Nesse sentido, a atividade sindical classista continua sendo instrumento irrecusável para abordar esse combate.

Experiências e lições dos 15 anos de legalidade

Os 15 anos de legalidade do PCdoB transcorreram num cenário de grandes mudanças do modelo de dominação do capital, de ofensiva neoliberal e sob intensa pressão ideológica pela derrocada das primeiras experiências socialistas. Nesse período — o mais longo da história do PCdoB —, intensificou-se a diversificação no campo da esquerda, com a existência de diferentes partidos do campo popular, particularmente do Partido dos Trabalhadores. Criado com a marca das lutas operárias do ABC paulista, de 1978/79, sem ter de carregar os efeitos da situação de clandestinidade, o PT desencadeia, em situação privilegiada, a disputa pela hegemonia política dos setores progressistas e do movimento operário, sindical e popular.

Nessas condições, pode-se afirmar como predominantemente positivo o balanço dos 15 anos de atividade legal do PCdoB. Nele, registraram-se importantes avanços, sobretudo na formulação do pensamento político, tanto tático quanto estratégico, incluindo-se aqui a elaboração do Programa Socialista, nas condições do Brasil, e a proposta de frente única para o combate histórico ao neoliberalismo. O PCdoB conquistou, embora em condições de grandes dificuldades, presença significativa nas organizações populares, particularmente no movimento juvenil e no movimento sindical. Inovou formulações em relação à sua política de organização, com as modificações estatutárias ocorridas sobretudo no 8º Congresso e com os recentes planos de estruturação. A legalidade possibilitou a reconstituição da direção central e das direções estaduais, duramente atingidas pela ditadura militar. Possibilitou, também, uma aproximação maior do Partido com as massas populares, em especial, através de sua participação institucional, tanto eleitoral quanto nos espaços governamentais. Nesse período, o PCdoB conseguiu construir uma marca própria como o Partido do socialismo, da soberania nacional e dos direitos sociais. Tem-se pela frente, no entanto, o grande desafio de avançar no processo de construção, buscando fazer com que as grandes massas identifiquem e reconheçam essa marca na militância e nas lideranças partidárias mais destacadas.

O novo quadro em que passou a atuar o PCdoB, complexo e diversificado, diferente da experiência de todo o período anterior, coloca a necessidade do exame dos novos problemas e desafios que vão surgindo nos diferentes terrenos da atividade partidária. Foi possível detectar, com preocupação estratégica, as debilidades em

sua implantação no movimento operário e certo distanciamento da intelectualidade progressista. Registram-se dificuldades na ação de massas do Partido e na defasagem entre os avanços políticos e os níveis de construção ideológico e organizativo. Cresceu a compreensão de que houve uma subestimação do trabalho teórico-ideológico e de que há necessidade de elevados investimentos nessa esfera da vida partidária.

O grande desafio, desse período, esteve na possibilidade de o Partido realizar a diferenciação política e ideológica junto à sociedade, em relação às demais forças de esquerda, para dar visibilidade e se afirmar como força independente com um projeto emancipador. Essa diferenciação necessitaria ocorrer em todas as áreas de atuação. A sua realização toma como ponto de partida a defesa do projeto socialista e a consequência na luta contra o neoliberalismo, compreendendo a interligação entre as três bandeiras da defesa da soberania, da democracia e dos direitos sociais. Ao mesmo tempo em que ganha destaque a necessidade de impulsionar a ação política de massas do Partido, especialmente junto ao proletariado, perseguindo o objetivo de integrar as diferentes frentes num projeto de ruptura anticapitalista e de construção do socialismo.

Partido na ação política e de massas

Na última década, o Partido enfrentou a ofensiva neoliberal, deflagrada pelo governo Collor e consolidada pelo governo de Fernando Henrique, com uma proposta de unidade em defesa da soberania, da democracia e dos direitos sociais. Teve papel decisivo na construção da Frente Brasil Popular, aliança eleitoral de 1989 em torno da candidatura de Lula, que valorizou o papel das forças de esquerda no cenário nacional. Investiu, de forma pioneira, na campanha do Fora Collor, estimulando, através de sua influência no seio da juventude, o movimento dos Caras Pintadas, liderado pela União Nacional dos Estudantes (UNE) e União Brasileira dos Estudantes Secundários (Ubes). Imprimiu sua marca na elaboração do manifesto *Em defesa do Brasil, da democracia e do trabalho*, ao qual aderiram democratas de todo o país. Em torno dessas bandeiras de mobilização nacional, empenhou-se na busca de construir a frente única contra o neoliberalismo e um amplo movimento político de massas para dar sustentação à luta geral. Articulou e mobilizou para todos os grandes atos políticos ocorridos contra o neoliberalismo e seus efeitos sociais mais perversos.

O PCdoB, para adequar sua intervenção nos movimentos sociais que vinham assumindo novas dimensões, propôs e organizou estruturas que se transformaram em correntes de difusão das idéias emancipadoras junto ao movimento feminista, com a União Brasileira de Mulheres (UBM), e ao movimento anti-racista, com a Unegro. Essas estruturas, além de contribuírem para a intervenção organizada nesses movimentos, possibilitou, particularmente na frente feminista, um nível de formulação teórica nova, levando o debate a um entrelaçamento entre a questão de gênero, classe, raça e etnia. No que se refere à luta de combate ao racismo torna-se urgente aprofundar o debate, unificando a compreensão do Partido sobre as particularidades brasileiras dos problemas étnicos e raciais e sobre as políticas específicas propostas.

Nos 15 anos de legalidade do PCdoB, o povo brasileiro realizou grandes atos políticos de massa em torno da democracia, da soberania e dos direitos sociais; os trabalhadores, resistindo à exploração, realizaram inúmeros greves econômicas; ampliou-se a luta pela reforma agrária com ocupações de terra e importantes marchas nas cidades; nos grandes municípios, realizou-se um poderoso movimento em defesa de moradia, de melhorias urbanas e de segurança; o núcleo avançado da intelectualidade brasileira procurou resistir ao projeto de desmonte do sistema nacional de produção científica. Os militantes comunistas empenharam-se no esforço por se integrar a essas mobilizações.

Faz-se necessário analisar as debilidades dessa integração para daí retirar ensinamentos. A presença do PCdoB na luta de massas e nos diversos movimentos sociais ainda não alcançou o necessário patamar de uma intervenção planejada e de uma direção coletiva eficaz. Mantém-se uma prática compartimentada, onde cada frente trata especificamente de sua área, sem o eixo central a elevação desses movimentos a um nível superior de protagonismo político. Só recentemente ocorreram avanços na

ação dos comunistas junto ao Fórum Nacional de Lutas. Há, ainda, a dificuldade de colocar a ação parlamentar e governamental em completa sintonia com a luta de massas desenvolvida pelos comunistas nas diferentes frentes. A ação partidária nos movimentos populares e a ação parlamentar e governamental precisam ser orientadas e planejadas em conjunto, para unificar e potencializar a intervenção política do Partido.

A atuação dos comunistas no movimento sindical se realiza num contexto particular, onde um setor significativo que representa os trabalhadores do mercado formal vive um processo de adaptação às propostas neoliberais. Esse setor, majoritário, adota teses que priorizam a negociação em detrimento da luta, dirige sua ação pelo pragmatismo, pratica o sindicalismo propositivo. Crescem as propostas pouco politizadas que tentam manter a luta nos limites das reivindicações econômicas e tendem à conciliação de classes. No caso da Força Sindical, esse processo se dá de maneira aberta, tendo ganhado força, especialmente em São Paulo. Atuando sob o ideário neoliberal, a Força Sindical angaria muitos recursos com os quais tenta pôr em prática seu assistencialismo e a promoção política de seus representantes. Na Central Única dos Trabalhadores (CUT), a corrente majoritária adota a linha da social-democratização de sua atuação. O sindicalismo classista, onde atuam os comunistas, embora apresentando uma saída de classe para a crise, convive com a dificuldade de ser minoria e, mesmo mantendo a coerência teórica e ideológica, ainda não conseguiu dar respostas à onda destrutiva e regressiva contra o emprego, o salário e os direitos sociais. Apesar de um contexto desfavorável, a Corrente Sindical Classista cresceu, enfrentando vários obstáculos, mantendo-se atual a política de sua inserção na CUT.

Ocorre uma incompreensão, em amplos setores partidários, inclusive em alguns níveis de direção, em relação ao papel decisivo que as organizações sindicais jogam nas ações políticas de massa e na realização de nossos objetivos estratégicos. O tratamento prioritário necessário a esse setor impõe que os dirigentes políticos passem a acompanhar, de forma especial, o desenvolvimento do trabalho nessa área. Cresce em importância o estudo, por todo o Partido, das resoluções produzidas pela Conferência Sindical realizada no ano do 10º Congresso.

Também especial atenção o Partido deve dar às questões culturais e artísticas, ampliando sua atuação na sociedade. Dessa forma, precisa organizar a sua atuação no campo cultural e artístico, visando construir um setor próprio nessas importantes áreas de ação política.

Nesse período de legalidade, o Partido desenvolveu trajetória vitoriosa no trabalho juvenil. A ação dos jovens comunistas resultou em importante contribuição política à luta de massas no Brasil e permitiu a aproximação de milhares de jovens às idéias do socialismo e ao projeto do Partido. Mesmo em um contexto geral adverso, manteve-se uma grande influência na direção das entidades do movimento estudantil. A atual orientação para o trabalho com a juventude, definida nas resoluções de 1996 e 1999, do Comitê Central, está sendo implementada e desenvolvida com êxito. A União da Juventude Socialista (UJS) foi relançada enquanto expressão concreta dos objetivos e da estratégia do Partido para a juventude, sob sua direção política e ideológica, caracterizada como sua força auxiliar, embora compreendida como ampla organização socialista com autonomia orgânica. Registrados esses êxitos, é preciso debruçar-se sobre certas debilidades que persistem. Faz-se necessário uma melhor sistematização da experiência desde o relançamento da UJS para identificar e tentar superar as dificuldades e insuficiências de um projeto em construção. Permanece o desafio de fazer da UJS um amplo movimento, com maior influência política e ideológica entre os jovens, mais organizado em direções e núcleos, com mais recursos. É preciso reforçar o trabalho próprio da UJS, principalmente entre os estudantes, com novas bandeiras e formas de participação, bem como entre os jovens trabalhadores, nos bairros populares e nos diferentes movimentos juvenis existentes. A grande influência da UJS no movimento estudantil é uma enorme conquista, mas esta ação não deve se limitar às manifestações, eleições e congressos. A UJS deve renovar os seus objetivos políticos no sentido de ampliar a participação dos estudantes na base e a representatividade e o enraizamento das suas entidades. É preciso estar alerta para manifestações típicas de incompreensão e desorientação por parte do militante comunista, com a transposição, para a vida interna, de práticas equivocadas existentes no movimento estudantil. O Partido necessita acompanhar mais e

melhor o trabalho da UJS, estudar melhor a realidade da juventude brasileira, fazer mais propaganda junto à juventude, estimular a participação dos jovens comunistas na vida partidária e assumir a formação teórico-ideológica, política e moral da nova geração de comunistas.

Numa quadra de refluxo da luta política e social, com a hegemonia do neoliberalismo, ampliou-se o peso da luta eleitoral no país. Como um partido que atua no curso dos acontecimentos políticos, o PCdoB ampliou sua ação parlamentar e governamental, buscando construir alianças e frentes eleitorais contra-hegemônicas adequadas à correlação de forças de cada situação. De maneira geral, sobretudo nas grandes concentrações urbanas – capitais e maiores cidades –, construiu, predominantemente, alianças com os partidos populares, PSB, PDT, em especial com o Partido dos Trabalhadores. Com essa atuação procurou não só fortalecer o campo popular, núcleo central da frente única proposta, como também criar melhores condições para a ação do Partido, evitando o seu isolamento.

Ao implementar sua política eleitoral, o Partido alcançou êxitos, especialmente no que se relaciona à ampliação de seus espaços nas casas legislativas e nos cargos executivos municipais e estaduais. Essa ampliação levou o Comitê Central a normatizar a participação nesses espaços, condicionada a: "I – Adoção de políticas, programas e projetos de aprofundamento da democracia e desenvolvimento econômico e social, sintonizados com as aspirações dos trabalhadores, com o objetivo de elevar o nível de consciência política e de organização do povo e baseados em participação popular. II – Fortalecimento da unidade das forças políticas progressistas, democráticas e populares. III – Fortalecimento da identidade partidária, preservando a sua independência e contribuindo com a sua construção. IV – Transparência na ação e na política administrativa adotada, em especial na prestação de contas, junto à população e ao Partido, da ação de seus representantes".

A participação nos espaços parlamentares e governamentais, embora só tendo alcançado, mais recentemente, um nível superior, com o Partido assumindo funções diretas à frente de executivos, tem demonstrado a justeza dessa orientação. Seu desenvolvimento possibilita um conhecimento maior sobre as particularidades do Estado brasileiro, ajudando na elaboração de políticas públicas que atendam aos interesses populares e na afirmação do Partido junto à sociedade; permite uma convivência partidária multilateral, ajudando na construção cotidiana da frente única; possibilita uma ligação mais direta com as organizações populares, ampliando as condições de apoio às suas lutas e de divulgação das idéias partidárias. Pode se transformar em base de apoio para a intervenção dos militantes comunistas no movimento operário, sindical e popular.

Alguns problemas limitam a potencialização da ação partidária nos processos eleitorais e nos espaços executivos. Há dificuldades objetivas que contribuem para uma menor visibilidade das propostas partidárias no esforço de afirmar sua legenda junto às massas. Nessa fase de acumulação de força houve a necessidade de uma tática eleitoral na qual predominaram coligações majoritárias e proporcionais, levando a campanhas que se realizavam mais pelos nomes dos candidatos do que pela legenda do PCdoB. Há, no entanto, limitações de natureza política e até mesmo ideológica. O Partido tem encontrado uma enorme dificuldade para realizar a diferenciação junto à sociedade. Nos governos de frente, onde atuam os comunistas, com raras exceções, não se tem conseguido imprimir marca particular que os diferencie dos demais partidos. Nesses governos, há uma forte pressão para restringir a ação dos comunistas aos limites de políticas sociais compensatórias defendidas pelos governantes que dirigem as administrações. Alguns militantes comunistas, ao assumirem essas funções, tendem a pensar muito no governo e pouco no Partido, invertendo as prioridades da sua opção ideológica. Os espaços de governo ocupados por quadros do Partido devem ser um exemplo de uma nova forma de fazer política, incluindo o atendimento às demandas populares, contrapondo-se ao clientelismo e ao fisiologismo, tão comuns no sistema político dominante.

A atividade nas esferas governamentais e nos parlamentos já provoca alguns impactos problemáticos na vida partidária. As necessidades de investimentos humanos nesse setor tendem a debilitar, se não houver controle, as instâncias de direção partidária e as estruturas de apoio do movimento operário, sindical e popular. Pela di-

nâmica própria desses instrumentos, ainda muito valorizados pelas massas, há margem para o surgimento de núcleos reais de "poder" para além das instâncias de decisão do Partido. Por isso, assume uma dimensão superior a necessidade de mecanismos reguladores efetivos, expressos nos estatutos, como forma de reforçar o controle coletivo e a legalidade partidária.

Apesar dos problemas citados, a ação partidária nesse terreno corresponde ao período de prolongada acumulação de forças em que vivemos. Sem poder recusar essa dimensão de sua ação, impõe-se a busca de um maior debate sobre o significado dessa acumulação. A experiência destaca, desde já, alguns aspectos a serem considerados: 1) o reforço à construção da frente única para o combate histórico ao neoliberalismo; 2) a contribuição, através das estruturas disponíveis – governamentais e legislativas –, para o desencadeamento de um amplo movimento político de massas; 3) a difusão e o reforço de uma tendência socialista entre os melhores filhos do povo; e 4) a materialização do fortalecimento do Partido revolucionário, através do seu crescimento real.

Lições da construção ideológica do Partido

Na experiência de uma construção sob um generalizado cerco, o PCdoB enfrentou esse período de crise realizando um importante debate ideológico. Nas Resoluções do 8º Congresso, particularmente, o Partido fez uma avaliação multilateral dos acontecimentos ocorridos no mundo socialista. Esse acúmulo de debates serviu de base para a manutenção de sua perspectiva revolucionária nos anos que se seguiram. Cabe, no entanto, um rigoroso exame crítico e auto-crítico da experiência que se realizou no contexto de um partido legal, com atividade diversificada e a ampliação de suas fileiras de forma significativa.

Na construção ideológica desse período, tem grande importância a atitude renovada do Partido para com a teoria marxista-leninista, iniciada a partir do 8º Congresso. Esse processo renovador, de conteúdo antidogmático, foge à compreensão da teoria como estudo e adaptação de modelos preestabelecidos. Torna-se a base da reapropriação crítica da realidade mundial, da formação econômico-social brasileira em suas particularidades históricas e, conseqüentemente, do processo de reelaboração do pensamento programático e estratégico do Partido.

Atuando numa quadra de intensa ofensiva neoliberal, os comunistas interagem com um ambiente que dificulta a consolidação da perspectiva revolucionária. Aparecem nas fileiras partidárias manifestações de espontaneísmo, liberalismo, grupismo, pragmatismo, imediatismo, burocratismo e acomodação. Esses fenômenos revelam a presença de debilidades ideológicas relacionadas com a aceitação das condições atuais e a adequação a elas. Nesse momento em que as conquistas imediatas dos trabalhadores são cada vez mais difíceis, criando uma atmosfera derrotista e de abandono de qualquer perspectiva futura, muitos se afastam da militância política por não verem resultados imediatos de sua ação.

Tais fenômenos negativos necessitam ser combatidos através de um estilo e de métodos de trabalho que estabeleçam uma correta ligação entre a teoria e a prática revolucionárias, que valorizem a crítica e a autocritica comunistas. As debilidades, muitas vezes, se dão pela fragilidade ideológica de alguns ou pela falta de mecanismos eficazes de controle partidário. Daí a necessidade da formulação desses mecanismos e da sua crescente normatização.

Na medida em que se ampliam e ganham peso na atividade partidária o trabalho parlamentar-eleitoral e o trabalho sindical e estudantil, debilidades se manifestam nessas frentes. Alguns parlamentares, eleitos pelo esforço coletivo, abandonaram a legenda. No campo sindical e estudantil militantes comunistas foram cooptados por correntes conciliadoras. As armadilhas e a sedução desses ambientes levaram, em certas circunstâncias, alguns militantes menos preparados a refluir em sua preocupação com os objetivos estratégicos, enfraquecendo seu compromisso ideológico. Apareceram os projetos pessoais que se sobrepuseram aos projetos partidários – o carreirismo, o estrelismo, a arrogância, a falta de ética proletária –, chegando até mesmo, em alguns casos, a práticas corrompidas.

Cientes das defasagens que se acumularam na esfera ideológica, após o 9º Congresso, retomou-se o trabalho de formação. Passos impor-

tantes foram dados desde então, estruturando-se uma política nacional de formação, elaborada coletivamente, e iniciando-se novo percurso de trabalho. O conteúdo desse novo percurso levou o Partido a fundamentar sua linha, a partir de uma abordagem histórico-crítica do marxismo e da sua aplicação à realidade concreta do Brasil e do mundo. Centrou-se o esforço no estudo dos problemas do país, da sua história e cultura, dos feitos de sua gente. Avançou-se na experiência de programação centralizada dos conteúdos, ao mesmo tempo em que se fazia ampla descentralização na estratégia de trabalho da formação. Desenvolveram-se, em todo o país, cursos intensivos de formação marxista, em correlação com as exigências dos planos de estruturação partidária, e cursos básicos, por intermédio de vídeo. Milhares de quadros e militantes foram alvo desse esforço. O resultado foi a manifestação de maior ânimo e confiança em relação ao projeto partidário.

No enfrentamento da realidade partidária, o reforço do trabalho nessa esfera segue como uma exigência incontornável. Torna-se necessário romper com certo esquematismo e subestimação com que é encarado o trabalho na frente teórica e ideológica. É preciso diversificar suas formas e instrumentos, constituindo um sistema teórico e ideológico coeso, correlacionando o setor de propaganda com o setor de formação. Para esse fim, seus órgãos devem ser dotados de programas de conteúdo e ação objetivos, exequíveis e cumulativos, tanto para o trabalho ideológico na ação política e de massas, quanto para o trabalho no interior das fileiras partidárias.

No terreno da propaganda, a legalidade permitiu amplas possibilidades de difusão da política do Partido e das idéias socialistas. A presença nos parlamentos (e não apenas durante os processos eleitorais) assegura, nos marcos da legislação vigente, programas nacionais em cadeia de rádio e televisão, levando a mensagem do PCdoB a milhões de brasileiros. Registram-se dificuldades na veiculação da propaganda socialista e certo grau de improvisação na utilização desses espaços, sobretudo nos programas eleitorais de alguns Estados. Só recentemente as modernas formas de comunicação estão sendo absorvidas mais amplamente, potencializando a aproximação do Partido e de seus representantes com as grandes massas. É preciso, no entanto, ir mais além.

A Internet, com mais de 10 milhões de usuários no Brasil, ganha cada vez mais relevância enquanto arena da luta de classes e da luta de idéias. O PCdoB deve reestruturar e redimensionar sua presença nessa rede, que é crescente, embora ainda fragmentada e inconstante. Impõe-se um portal único, integrando os níveis nacional, estadual e municipal, assim como as diversas esferas da vida e da luta do Partido, da ação política e de massas, dos mandatos comunistas e dos diferentes níveis de estruturação partidária: organização, imprensa, formação e finanças.

Uma dimensão particular da construção ideológica do Partido diz respeito ao comprometimento de todo o coletivo, militantes e dirigentes, em relação à sua base de sustentação material. Na atual situação, a absoluta maioria dos recursos financeiros são provenientes de contribuições da frente parlamentar, sendo a do militante residual. Esse dado, além de preocupante do ponto de vista orçamentário, indica reduzida compreensão ideológica desse aspecto da construção partidária. É necessário aperfeiçoar os métodos de arrecadação da contribuição militante.

Experiência da construção organizativa

A construção atual do PCdoB é a continuidade de um árduo e ininterrupto processo iniciado há quase 80 anos, com a fundação do Partido, em 1922, e a sua reorganização em 1962. Sob a legalidade, com uma atividade que vem se expandindo por variadas áreas de atuação, procurou compreender melhor sua construção à luz das particularidades brasileiras. Os Planos de Estruturação Partidária, lançados nos últimos dois anos, visaram combater o espontaneísmo que grassava em sua política de construção. Seu objetivo principal foi consolidar os núcleos dirigentes intermediários e articular e organizar a base militante. Representaram um movimento inovador para vincular as quatro atitudes do comunista: militar em uma organização de base; estudar a política do Partido, o marxismo e a realidade brasileira; contribuir financeiramente para sustentar o trabalho partidário; divulgar as idéias socialistas, o programa e as propostas partidá-

rias. Apesar desse esforço positivo, elementos de espontaneísmo ainda estão presentes, até na implementação dos próprios planos. Em muitas situações há preocupações mais estatísticas de se alcançar metas do que de se adequar o plano às necessidades estratégicas, como por exemplo, o crescimento junto aos trabalhadores e a intervenção política de massas. É relativamente pobre a vida interna da maioria das organizações partidárias.

Esse período de legalidade tem provocado alguns fenômenos que precisam ser compreendidos e enfrentados. Um deles é o movimento, em todo o país, do "entra e sai" na organização partidária. Compreender esse fato passa por reconhecer as debilidades do trabalho teórico-ideológico como motor da construção ideológica da militância. O abandono de um partido revolucionário, na maioria das vezes, é conseqüência da incompreensão do período de acumulação de forças que o movimento comunista vive hoje. Exatamente por isso, faz-se necessário enfrentar, de forma renovada, a atitude do coletivo partidário para com a teoria.

Um problema recorrente na vida legal do Partido são as dificuldades de manter sua estruturação, especialmente durante as batalhas eleitorais. O Partido cresce muito pouco, do ponto de vista orgânico; quase não divulga seus principais materiais; diminui muito suas finanças regulares; praticamente abandona as leituras mais consistentes e cursos de maior fôlego em todo o período eleitoral. Constatado há algum tempo, esse problema tem se revelado de difícil solução. Não se trata de afastar o Partido dessa importante frente de luta, nem de desconhecer as leis próprias desse tipo de batalha, tentando artificializar a ação partidária. Trata-se sim de organizar a sua construção no curso dessas lutas, tornando-o mais visível, fazendo com que os candidatos também incorporem essa tarefa nesse período.

O desenvolvimento da política de finanças aplicada pelo Partido desde o 9º Congresso tem se caracterizado por uma crescente politização do debate em torno do problema. O controle de recursos para o funcionamento partidário vem sendo, progressivamente, assumido pelos níveis dirigentes como um problema político que não pode ser tratado separadamente dos outros aspectos da construção partidária. A criação de um Sistema Nacional de Contribuição Militante significou um importante passo no combate ao amadorismo e ao espontaneísmo existentes na área, embora ainda persistam debilidades na compreensão e no cumprimento das metas de contribuição financeira. A constatação de que a contribuição centralizada ainda não atingiu todos os dirigentes em nível nacional e estadual é a demonstração mais clara dessas debilidades. Essa incompreensão reflete uma visão idealista do processo político, pois não há como fazer política sem recursos. Pode-se ter uma excelente orientação e bons planos, porém os mesmos não se efetivarão se não houver recursos.

A construção partidária atual

A construção atual do PCdoB tem como objetivo fortalecer um partido de identidade comunista e perspectiva socialista. Um partido legal que busque acumular forças para construir a hegemonia nas lutas dos trabalhadores e se tornar peça essencial na derrota do neoliberalismo, abrindo perspectivas para um novo rumo para o país. A experiência do Partido levou-o a compreender que a construção partidária se dá nos níveis político, ideológico e organizativo e que essa construção deve estar submetida a um planejamento articulado nos três níveis. O PCdoB compreende cada vez mais que sua construção deve adquirir profundas marcas brasileiras. Ele deve ser um partido da classe operária e dos trabalhadores que fazem parte de "um povo novo, uno, com um modo original de afirmar sua identidade (...)". Essa percepção é, também, parte do desenvolvimento da luta contra o dogmatismo dos modelos, iniciada no 8º Congresso, em 1992.

Elemento orientador da construção partidária é a prioridade para incorporar em suas fileiras, em especial, os operários fabris das grandes empresas. O Partido revolucionário, que tem a consciência como elemento propulsor do processo transformador, necessita ganhar a adesão, prioritariamente, de parte significativa daquele segmento mais avançado da classe operária industrial que tem uma participação maior no processo de criação de valor. Ao mesmo tempo, compreende que seu crescimento impõe uma de-

dicação especial em estimular a organização e absorver em suas fileiras a parcela mais combativa de todas as demais camadas dos trabalhadores, pela potencialidade anticapitalista incorporada por estes. Cresce em importância, nessa construção, a reaproximação do PCdoB com a intelectualidade progressista brasileira, contribuindo para reforçar seu engajamento na luta transformadora, sua integração à luta teórica enfrentada pelo Partido e sua adesão às fileiras comunistas.

Ao lado da construção, nos setores mencionados, é preciso considerar as prioridades de locais e a eles dedicar persistente atenção. O Brasil é um país de extenso território, com cerca de 171 milhões de habitantes, dos quais 80% vivem em cidades. O país possui 57 municípios com mais de 500 mil habitantes e mais de 200 mil eleitores, e algumas gigantescas regiões metropolitanas, como as de São Paulo, com mais de 20 milhões de pessoas, e as do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte. Embora a atividade econômica, as grandes empresas e o proletariado estejam fortemente concentrados nas regiões Sudeste e Sul, hoje as regiões Norte e Nordeste têm também grandes concentrações urbanas, como Salvador, Fortaleza, Recife, Belém e Manaus. Ao lado das grandes e médias cidades, destaca-se a importância de construir o Partido no Distrito Federal, centro político do país e nas regiões interiores, onde se encontram, em maior número, os proletários rurais e onde é acentuada a luta pela terra.

Revigoreamento da vida interna

Para o fortalecimento do Partido nas condições atuais, tem importância destacada a política de quadros cujo objetivo central é fazer com que os mesmos ganhem mais consistência política, ideológica e teórica, assegurando, assim, condições para resistir às pressões neoliberais e conduzir o Partido nas suas lutas presentes. As dimensões do país, o volume e a distribuição de sua população determinam certos aspectos dessa necessária política de quadros. O Comitê Central precisa se apoiar e interagir com um conjunto de direções intermediárias que devem estabelecer uma relação eficaz com as bases do Partido, colocando em movimento permanente todo um complexo e amplo corpo.

O Partido deve envidar esforços para valorizar a tarefa de direção partidária fazendo com que seus dirigentes tenham maior visibilidade pública. Para que a direção se desenvolva e se fortaleça permanentemente é necessário que a estruturação de seus órgãos se dê à base de um núcleo revolucionário dedicado integralmente ao Partido, em suas diversas frentes de trabalho, ao mesmo tempo em que se dá a incorporação, nessas instâncias, de militantes que ocupam posições de liderança nos movimentos sociais e nos espaços parlamentares e governamentais.

Na promoção de quadros para a renovação dos núcleos de direção deve-se levar em conta a necessidade de promover o equilíbrio entre as presenças masculina e feminina, promovendo mais mulheres; deve-se, também, realizar a incorporação de jovens para que ocorra a renovação natural, numa fase em que a maioria dos dirigentes tem mais de 40 anos. No esforço de vincar a marca proletária do Partido há que se ter um trabalho diferenciado com os quadros de origem operária para que eles possam se formar e compor, em maior número, os organismos dirigentes.

Nas condições de aceleradas mudanças, é necessário uma política que abraja um movimento de renovação na definição de responsabilidades, determinado pela necessidade partidária e pelas características de cada militante. Um movimento que leve em conta, na definição de tarefas, os perfis das pessoas e suas potencialidades a cada momento.

Nas condições de legalidade atual e de um Partido em crescimento, ganham peso os problemas relativos à unidade partidária. A dinâmica da luta presente e a pressão ideológica neoliberal, já referidas, têm produzido fenômenos negativos nessa dimensão da vida interna, que precisam ser enfrentados com atenção especial. A unidade não é resultado de simples apelos ideológicos ou de medidas disciplinares. Ela se baseia numa adesão pessoal de cada membro do Partido, fruto da consciência teórica e da convicção política de que há um projeto coletivo em torno do qual deve atuar toda a militância. Essa compreensão não diminui a importância dos debates, nem elimina as divergências que aparecem naturalmente no curso da atividade prática.



Martinho da Vila apresentou um show no encerramento do 10º Congresso

Ela estabelece que só nos marcos do projeto partidário é possível trazer a discussão para seu sentido comum, impedindo que prosperem e prevaleçam os interesses e os projetos de pessoas, grupos ou setores, em cujo ambiente são inevitáveis rachas e divisões.

A unidade, o amadurecimento do Partido, a educação de sua militância se constroem através do exame da experiência, do qual se podem extrair lições. Hoje a prática da crítica e da autocritica está esmaecida como método de construir para unidade partidária. É preciso retomá-la, abandonando a conciliação e o comodismo, sem resvalar para depurações ou exclusões. A vida legal permite um debate muito mais intenso e rico no seio do Partido. Há um clima favorável para o surgimento de uma multiplicidade de opiniões. O Partido forma sua opinião levando em conta todo esse debate. No entanto, não se altera a relação entre as opiniões pessoais e as da maioria, que devem prevalecer e que se tornam as opiniões do Partido. Sempre que o objetivo das discussões for o fortalecimento do projeto do Partido elas serão muito proveitosas, desde que submetidas à dinâmica de um partido com uma unidade ideológica e de ação política.

A estruturação partidária

O Partido concebeu sua nova concepção de estruturação partidária como uma maneira de abordar a sua construção nesse momento, voltada para resolver problemas concretos, buscando superar o atraso relativo na construção orgânica. Essa estruturação tem sido executada através de planos periódicos integrados, para dar melhor suporte à atividade política, elevando o nível do trabalho de direção e procurando superar o espontaneísmo.

O objetivo central da estruturação, hoje, é consolidar os núcleos de direção intermediária para, através deles, ampliar a base partidária, organizando-a. A elevação do nível de estruturação dos Comitês Municipais das principais cidades, de forma que se capacitem a dirigir o trabalho do Partido através da ação das Organizações de Base, tem sido um dos objetivos fundamentais dos atuais planos de estruturação. Persistir na afirmação dos CMs como centros de gravidade do trabalho de direção passa por um cuidadoso trabalho de formação teórica, de promoção de quadros, de acompanhamento efetivo de sua atividade política e de formulação de planos locais, do direcionamento dos materiais centrais do Partido para esse público.

O alargamento da base militante do Partido se nutre de um permanente trabalho de filiações. Ao Partido vêm todos os anos milhares de novos filiados. É preciso reforçar a diretriz de buscar filiações no fogo das lutas e de combatentes com experiência de militância política e social. Na medida em que o Partido vai se expandindo e, aos poucos, tornando-se um pólo de atração, ocorrem casos de adesão de militantes de outros partidos de esquerda, motivados pela falta de perspectiva estratégica de suas organizações anteriores. Nas atuais circunstâncias deve se de-

dicar atenção a essa questão levando em consideração a experiência que o Partido adquiriu ao longo dos anos. Com o objetivo de enfrentar o desafio estratégico da construção junto à classe operária, todas as instâncias de direção, desde o Comitê Central até o secretariado das organizações de base, devem estabelecer planos concretos envolvendo recursos humanos e materiais para a construção do Partido entre os trabalhadores, particularmente nas grandes empresas. Tais planos de construção devem ser periodicamente controlados pelo Comitê Central.

Desafio fundamental para a ativação da vida partidária é a estruturação e o funcionamento das Organizações de Base. Menos da metade da militância partidária está inserida em alguma delas e a sua regularidade de funcionamento é variada. É mais do que necessário reafirmar o indicativo de "Nenhum comunista sem organização de base", a fim de possibilitar a incorporação de um contingente maior de militantes à vida do Partido, diminuindo a taxa de flutuação e encurtando a distância entre as diferentes situações dos seus membros. O Partido procura aplicar a idéia de que "o perfil de uma organização de base deve ser de um coletivo consciente, de vanguarda, profundamente integrado à vida dos trabalhadores e do povo".

Vive-se numa época em que a informação circula em alta velocidade e o conhecimento se desenvolve sob absoluto controle do capital. Vive-se, também, um rebaixamento do debate sobre o projeto socialista, com a sociedade submetida à pressão do pensamento neoliberal hegemônico. Nessas condições cresce em importância a criação de um sistema integrado de instrumentos de propaganda que implica na interação entre as várias mídias. Além do avanço na concepção do sistema, é preciso entender melhor a relação entre a tarefa de fazer uma propaganda para milhões e, ao mesmo tempo, realizar o trabalho de propaganda como aglutinador e amálgama orgânico do Partido. No que se relaciona à propaganda para milhões, destaca-se a necessidade de ser dado um tratamento especial à propaganda televisiva, oportuna conquista democrática, com o sentido de enfrentar certo grau de subestimação e implementar uma abordagem profissional. O papel das comissões nacionais e estaduais de propaganda não é apenas promover a produção e a circulação de materiais. Cabe a elas estabelecer e coordenar uma visão planejada de propaganda, trabalhar a necessária formação política e técnica da comissão e ter uma política de propaganda mais permanente perante a população.

Ainda na esfera da propaganda é necessário compreender e valorizar o importante papel desenvolvido pela revista *Princípios* na luta de idéias e pelo jornal *A Classe Operária*. Este último possui um elemento ideológico fundamental por ser o órgão central do PCdoB desde 1925, jogando papel imprescindível na unificação política e na formação do Partido num país continental com muitas especificidades. É preciso renovar o tratamento dado ao jornal, valorizando-o, tornando seu conteúdo mais vivo e acessível, através do reforço da sua equipe, buscando torná-lo o instrumento por excelência de unificação

em torno das idéias do debate em curso, da política e da atuação partidárias.

O trabalho do Partido na frente teórica e ideológica precisa dar novos passos. Trata-se de definir uma nova atitude com relação ao tratamento da questão teórica, avançando no esforço com que vem enfrentando o dogmatismo e os modelos preestabelecidos. É necessário estruturar os trabalhos de uma Escola Nacional, com cursos sistemáticos em vários níveis. É preciso encontrar maior equilíbrio na destinação dos quadros do Partido, de modo a dedicar maior atenção a essa esfera. Simultaneamente, quadros do Partido precisam conferir maior importância a atividades como estudo, participação em seminários e outras de cunho teórico. Além disso, necessita-se estruturar o trabalho permanente do Instituto Maurício Grabois, para promover o debate e a participação do Partido na luta de idéias em curso. O fortalecimento do trabalho ideológico junto a camadas avançadas da sociedade, bem como no interior de suas fileiras, resultará desse esforço renovador e da importância atribuída à atividade teórica. Normativamente, é preciso constituir um sistema de trabalho ideológico na direção central do Partido, coordenando esforços das secretarias de Comunicação e Propaganda, da Escola Nacional e do IMG, da revista *Princípios* e do jornal *A Classe Operária*, com programas de trabalho positivados e exequíveis, visando a superar o espontaneísmo numa frente de interesse que necessariamente exige acumulação permanente.

Da situação apresentada quanto à contribuição financeira, cabe intensificar o trabalho de discussão política e ideológica no conjunto do Partido para aumentar o número de adesões ao Sistema Nacional de Contribuição Militante. Insistir na incorporação ao sistema de todos os membros das direções nacional, estaduais, municipais e distritais das grandes cidades. Constituir secretarias estaduais de finanças que elaborem e controlem a realização de um Plano Anual de Finanças. Continuar no processo de elaboração de uma política de finanças do Partido onde se diversifiquem as fontes de recursos e onde se consiga a construção de uma base material capaz de dar suporte às atividades políticas tanto internas quanto externas.

Como Partido vocacionado para a grande política transformadora, que não recusa o curso do cotidiano político como elemento de abordagem das amplas massas, o PCdoB precisa se enraizar mais profundamente na realidade de cada local de atuação. Desde a base, é preciso dominar a dinâmica econômica, social e política em que atua, buscar constituir a ampla união de forças para um projeto de ruptura anticapitalista e capacitar uma intervenção maior do Partido na luta social e política das amplas massas. Para isso, se faz necessário incrementar o esforço de elaboração política e teórica do Partido. Nesse sentido, as conferências partidárias precisam estabelecer planos executáveis que norteiem a ação e os objetivos partidários de cada período, de modo a fazer coincidir o plano de estruturação partidária com o período de gestão das direções eleitas em cada período e local.

INTERNACIONAL

O colapso da Argentina

SÉRGIO BARROSO

Não deve haver qualquer dúvida: de meados de dezembro ao início deste janeiro configurou-se na Argentina uma situação de grandes comoções populares. Mesclou-se um poderoso impulso do movimento de massas "espontâneo", junto a generalizado combate político contra o furioso governo neoliberal de De la Rúa-Cavallo-FMI. Como saldo, 32 mortos, cinco "presidentes" em 12 dias, e absolutamente nada resolvido!

Segundo o especialista britânico Angus Maddison, já em 1870 a Argentina possuía uma renda média superior à da França, podendo, talvez, ser considerada entre os países ricos. Graças ainda à sua formidável condição de exportador de cereais e carnes, nos idos de 1913 seu PIB per capita era maior e crescia mais do que o da Bélgica e o da Suécia, sendo um país mais rico que a Alemanha do Kaiser – então a segunda potência industrial e militar.

No pós-2ª Guerra, passando pelo primeiro regime peronista (1945-55) aos anos 60, persistiram um sistema estatal-público de empresas e uma determinada rede de proteção social, serviços de saúde e educação gratuitos, direitos trabalhistas, o crescimento da participação do sindicalismo etc. E, se a ditadura militar Argentina (1976-83) ensaiara (junto com o Chile, em 1973) políticas econômicas liberais, o fato é que em 1974 os 10% mais ricos da popu-

lação detinham 28% da renda nacional, enquanto em 1996 a cifra alcançara 37%, tendo a parcela dos 30% mais pobres reduzido sua participação de 11% para 8% da renda nacional.

Mais ainda: em 1998, relatório oficial demonstrara que 60% dos trabalhadores argentinos "formais" recebiam salários menores que US\$ 450, considerados abaixo da "linha de pobreza" pelos critérios nacionais; assalariados "não registrados", ou 35% da força de trabalho, ganhavam em média menos de 40% daquele valor. Ainda em 1998, os 20% mais pobres da população argentina sobreviviam com rendas médias per capita de US\$ 2 por dia, de acordo com outro estudo do Instituto Nacional de Estatística e Recenseamento. Para melhor compreender o desastre, é bom ter em conta que, segundo a Fundação de Pesquisa para o Desenvolvimento da Argentina, um casal e dois filhos – "família padrão" em Buenos Aires – necessitavam (1998) de pouco mais de US\$ 1000 mensais (cesta básica, transportes e outros gastos imprescindíveis).

Como se sabe, o "peronismo" de Menem (1989-1999) levou ao fanatismo sua empreitada neoliberal de subserviência, corrupção e destruição de país. Privatizações, desnacionalização da totalidade das empresas públicas, desmantelamento da previdência social, drástica redução dos direitos trabalhistas, abertura selvagem às importações e aos investimentos es-



Manifestação em Buenos Aires busca saída para a crise

trangeiros, submissão completa à política internacional dos EUA, FMI e Banco Mundial, além de eliminação de qualquer possibilidade de uma política monetária autônoma. Rombos fiscais e a crise mexicana (1994) jogaram o país na recessão em 1995, aparecendo uma "recuperação" com mais abertura da economia, mais transferências e reduções favoráveis às grandes empresas, mais redução de salários reais, gigantesco crescimento do desemprego e aceleração do endividamento privado e público – em grave situação em 1999. Junto à expansão da pobreza e corrupção – afirma sem pestanejar Beinstein –, Gortari (México), Menem, e Fujimori (Peru), vinculavam "estritamente" economia de mercado ao narcotráfico.

A Argentina encontra-se há

quase dois anos em recessão – em verdade trata-se já de uma depressão. Em outubro de 2001, o desemprego oficial atingiu 18,3% da PEA (População Economicamente Ativa), ou 2,6 milhões de pessoas; em novembro, tinha sofrido um gigantesca retração da produção industrial (11,6%); houve uma saída maciça de US\$ 19 bilhões, em menos de oito meses; subestimada, a dívida pública e privada é anunciada em US\$ 155 bilhões. Os pobres somavam 14 milhões de pessoas, 5 milhões dos quais abaixo da "linha de subsistência", com diferenças de rendas em quase 30 vezes entre os setores médio-alto e os mais pobres, escreve F. Castiglioni, titular de Política Comparada da Universidade de Buenos Aires (*O Estado de São Paulo*, 2/01/2002).

No dia 13 de dezembro uma greve geral paralisou completamente o país, contra o segundo e criminoso "pacote" de Cavallo, a serviço "de los gringos" e reintrozado por De la Rúa. Cavallo que, um dia antes de sua queda bradava a garantia do corte de gastos públicos de US\$ 8 bilhões, limitara os saques bancários e, a ferro, dizia que não abria mão do corte de 13% nos salários de funcionários públicos e aposentados.

Depois dos saques a supermercados e lojas, massas enfurecidas incendiaram o Ministério da Fazenda, depredaram o Congresso, adentraram à sede do governo e revogaram na marra o "estado de sítio". De la Rúa fugiu de helicóptero.

O Partido Comunista de Argentina, denunciou "o banho de sangue", da repressão neoliberal, destacando a "vitória conquistada pela luta popular em 19 e 20 de dezembro". Os comunistas conclamam à unidade em torno da "Esquerda Unida" e da continuidade das mobilizações, "contra os sistema, contra o modelo neoliberal, por um plano de emergência nacional, pela unidade popular, dignidade e identidade nacional".

Nota

1 As informações se encontram em "Injustiça milenar", de A. Costa (*Carta Capital*, nº 171); os dados mais recentes sobre a evolução da Argentina em *Capitalismo senil – a grande crise da economia global*, do economista argentino Jorge Beinstein, Editora Record, 2001.

As contradições da Alca

UMBERTO MARTINS

O projeto da Área de Livre Comércio das Américas – a Alca –, é uma iniciativa que, ao lado do Plano Colômbia, contempla objetivos estratégicos dos Estados Unidos. O império pretende recuperar terreno nas relações econômicas, preservar sua hegemonia e se situar em posição privilegiada para a concorrência com outras potências capitalistas, especialmente a União Européia, cuja influência tem avançado no Brasil e no Mercosul e tende a ser ampliada com o euro.

Enredo de muitas contradições

Os propósitos estadunidenses ganharam maior transparência após a aprovação da Trade Promotion Authority (TPA) pela Câmara dos Deputados e pelo Comitê de Finanças do Senado dos EUA. Trata-se da norma legal que concede ao presidente Bush o poder de negociar com outros países acordos comerciais que não podem ser alterados pelo legislativo.

Os limites das negociações estabelecidos pelos parlamentares no projeto de lei justificam a suspeita de que não está em jogo um acordo comercial capaz de oferecer vantagens multilaterais aos países envolvidos, mas pura e simplesmente um projeto de anexação das demais economias pelo império norte-americano.

Setores e ramos onde Brasil e Argentina, por exemplo, poderiam ser beneficiados pela livre concor-

rência, como agricultura, agroindústria e metalurgia, continuam fortemente protegidos por leis antidumping, sobretaxas e outras medidas. O projeto também prevê regras de proteção às patentes e aos investimentos e sugere que normas sobre direitos trabalhistas e "meio ambiente" devem ser usadas como critério de abertura comercial. Introdz uma ameaça contra "políticas agressivas de desvalorização cambial".

Se acrescentarmos a tudo isto a tarifa externa comum teremos através da Alca um mercado completamente dominado pelos monopólios dos EUA e perfeitamente preservado da concorrência de europeus e asiáticos.

Protestos no Brasil

No mesmo dia em que o projeto foi aprovado no Comitê de Finanças do Senado dos EUA, no Brasil a Comissão de Relações Exteriores da Câmara Federal aprovou moção que conclama o governo brasileiro a se retirar das negociações para a criação da Alca. O texto afirma que os termos da TPA inviabilizam "em definitivo quaisquer tentativas do Brasil de obter vantagens comerciais significativas nas negociações da Alca".

Há algo mais que jogo de cena, demagogia e retórica vazia nas declarações e posições críticas assumidas por FHC e alguns de seus ministros em relação à Alca. Elas refletem a perspectiva de fortes contradições e choque entre os interesses dos monopólios represen-



tados pelo governo Bush e de setores da indústria nacional.

A precária burguesia brasileira anda agora mais dependente do capital estrangeiro e a ele cada vez mais atrelada na condição de sócia minoritária, depois de tanto neoliberalismo. Todavia, é necessário ver que a origem do capital estrangeiro em questão não é exclusiva nem majoritariamente estadunidense.

Contradições interimperialistas

Pelo menos desde os anos 80, a União Européia vem ganhando

espaço e mercado na região, a ponto de se transformar num parceiro comercial mais relevante do que os EUA para o Brasil. Comprou 26,1% das nossas exportações entre janeiro a outubro de 2001 contra 24,2% dos EUA.

O comportamento das relações financeiras foi no mesmo rumo. Os capitalistas europeus já respondem pela maior fatia do estoque de investimentos diretos do exterior em nosso país. No ano passado, os investimentos da zona do euro no Brasil corresponderam a nada menos que 55% do total. Registra-se a presença em nossa economia de 210 empresas alemãs, 139 francesas, 104 italianas, 96 espanholas, 73 holandesas, além das inglesas, portuguesas e outras nações do chamado velho continente. Computando as 'joint ventures' há 16 empresas em que o capital europeu está associado ao brasileiro.

A burguesia européia foi quem mais ganhou com o processo de privatizações e desnacionalização impulsionado pelos governos FHC, quem fez as mais valiosas aquisições de patrimônio brasileiro. Comenta-se que o capital espanhol possui ativos equivalentes a 20% do PIB na Argentina.

O crescimento da participação européia em nossas economias é acompanhado do avanço das relações e da influência política. FHC caprichou na retórica contra a Alca e os EUA durante seus passeios pela Europa, em reuniões com lideranças políticas daquela região.

A contenção do avanço europeu é um dos propósitos principais da Alca. Uma iniciativa de um império em declínio, que busca recuperar e consolidar sua liderança econômica numa região que considera tradicionalmente uma extensão do seu próprio território, um grande "quintal".

A idéia de uma supremacia econômica quase absoluta, aliada a um poderio militar sem paralelo, é cara aos interesses e à estratégia hegemônica da burguesia estadunidense e isto certamente explica em larga medida a sua força. Na contramão desta ideologia, a decadência é um fato que se move através do fenômeno mais relevante do sistema imperialista: a exportação de capitais. Ao longo dos últimos anos, em decorrência do parasitismo, os EUA se transmutaram de exportador em importador líquido de capitais. Deve até mesmo o seu último ciclo de crescimento (nos anos 90) ao fluxo (colossal) de capitais estrangeiros, sobretudo europeus, para o seu grande mercado. Financiou, assim, seu formidável parasitismo, causa maior dos infortúnios e da decomposição dos impérios hegemônicos, como dizia Lenin.

A luta contra o projeto da Alca está na ordem do dia e deve ser o centro da estratégia e da tática das forças democráticas e patrióticas brasileiras nos próximos anos. O Brasil pode reunir as condições para liderar um poderoso bloco de oposição ao imperialismo norte-americano neste terreno.

INTERNACIONAL

A China e o mundo multipolar

LUIZ CARLOS ANTERO

A mais numerosa delegação estrangeira ao 10º Congresso do PCdoB foi a chinesa, que trouxe a presença vitoriosa de um projeto de poder que já se prolonga por mais de 50 anos. Cautelosos, os chineses prognosticam mais alguns decênios para a realização de um triunfo que, consolidado, poderá representar a maior, mais profunda e extensa vitória do socialismo na História do desenvolvimento social.

A delegação chinesa incluiu Li Yang, secretário do Departamento Internacional (DI) do Comitê Central do Partido Comunista da China; Wang Hua, subdiretor geral (DI) do PC da China para a América Latina e Caribe; Wang Jia Lei, subchefe de divisão do DI; Chen Xiaoning, terceira-secretária do DI; Jin Xiaopeng, adido civil da Embaixada da China.

Li Yang expôs seus pontos de vista para a **A Classe Operária**, ressaltando a organização do Congresso e o entusiasmo revolucionário. Pediu que os seus cumprimentos fossem amplamente divulgados. Reiterou aspectos de sua intervenção no Plenário do Congresso, sublinhando que as relações entre os partidos comunistas do Brasil e da China recomendam um conjunto de princípios fundamentais: 1) independência e autodeterminação; 2) igualdade completa; 3) respeito mútuo; não-intervenção nos assuntos internos. E enfatizou que a expectativa é a de um maior e mais profundo desenvolvimento das relações de cooperação, intercâmbio e amizade entre os dois partidos.

Li Yang expôs a compreensão do PC da China acerca dos antecedentes dos ataques terroristas de 11 de setembro ocorridos nos Estados Unidos, da essência estratégica da investida dos EUA no Afeganistão, da ameaça sobre a China e sobre a questão do fortalecimento chinês, da justiça mundial e da multipolaridade em perspectiva:

"Depois da Guerra Fria, o mundo passou por grandes mudanças, mas a paz e o desenvolvimento ainda constituem os dois

principais temas. Desde o início desse novo ciclo ainda estão acontecendo novas mudanças e surgiram novas questões quentes. O mundo ainda não está tranquilo. Depois dos atentados, outras situações estão presentes.

"A questão do combate ao terrorismo de qualquer origem tornou-se uma preocupação e uma tarefa para o mundo e para os povos. Mas, tanto quanto nos opomos ao terrorismo, também nos opomos ao hegemonismo. Geralmente, em alguns países desenvolvidos é possível que ocorram algumas modificações secundárias de estratégia, mas na essência a estratégia fundamental não vai ser alterada. Os EUA ainda são a única superpotência neste mundo, enquanto os países europeus, o Japão e outros em desenvolvimento buscam fazer crescer suas forças. Algumas questões regionais e religiosas são a cada dia mais valorizadas. Mas no mundo de hoje é impossível acontecer outra guerra mundial. À medida que se desenvolvem a alta tecnologia e a globalização, os países vão tomando o desenvolvimento econômico como uma tarefa clara. A competição econômica vai se tornando mais intensa.

"Aparentemente, a guerra promovida pelos EUA tem como objetivo derrotar o poder Talibã, mas a verdadeira intenção reside numa mudança tática que vale a pena ser estudada profundamente. Segundo informam os jornais e os meios de comunicação os EUA estão abusando da guerra contra o Afeganistão para ter acesso a toda a região. Devemos ter mais atenção para este problema. A essência, o caráter fundamental da intervenção dos EUA não mudou: mantém a intenção de ocidentalizar e dividir a China.

"Todo mundo sabe por que os EUA realizam intervenções nas questões de Taiwan, Tibete e semelhantes. E acho que sabem também das posições estadunidenses quanto aos elementos que fugiram da China naquele episódio de 1989 que aconteceu em Pequim, ou da penetração mais recente em nosso espaço aéreo. Entre os EUA e a China já existem



Li Yang saúda os brasileiros em nome do PC Chinês

três comunicados sobre a questão de Taiwan, masaqueles continuam vendendo armas para os taiwaneses. Também permitem que os líderes de Taiwan utilizem a América como base. Semelhantes relações não são favoráveis à paz entre os dois países e à paz mundial.

"É intenção dos EUA levar a cabo o unilateralismo, mas não é tão fácil porque os países em desenvolvimento aumentam suas respectivas forças, reforçando a política da China de opor-se ao neoliberalismo. A China preconiza pela multipolaridade num mundo que se caracteriza pela diversificação. Bipolaridade, portanto, não é bom para o mundo.

"Os EUA querem persistir no capitalismo e a China no socialismo. Nos últimos 50 anos, sob a direção do PC, a China cresceu 8,3% ao ano; nos últimos 20 anos, com a abertura da economia ao exterior, cresceu à taxa de 9,5%. Já resolvemos o problema de fome e de habitação de 1,3 bilhão de habitantes. A China consegue, com 7% das terras cultiváveis de todo o mundo, produzir o suficiente para alimentar 22% dos habitantes do planeta. O PIB da China, com o volume total da produção industrial, equivaleu no ano passado a US\$ 1 trilhão, o sétimo lugar de todo o mundo. Nosso ob-

jetivo é duplicar esse PIB até 2010. Quando se trata de competição com os EUA, com um PIB quatro vezes maior, ainda não temos o mesmo poder, a mesma capacidade. Porém, a população dos EUA é de algo mais que 200 milhões, a da China é de 1,3 bilhão. Desde a época do camarada Deng Xiaoping, pensamos que, ainda que a China tenha condições de se desenvolver, não vai realizar a hegemonia. Claro que o desenvolvimento da China faz com que tenha capacidade de ser porta voz e de ganhar mais força na defesa dos interesses fundamentais dos países em desenvolvimento. Ao ganhar força, a voz da China se torna mais influente. Temos de defender a justiça em todo o mundo. Não vamos deixar que um ou poucos países mandem neste mundo. Os assuntos mundiais devem ser resolvidos pelos povos de todos os países".

Li Yang comentou também as notícias divulgadas na grande imprensa do Ocidente, segundo as quais o Partido Comunista da China estaria admitindo o ingresso em suas fileiras de empresários oriundos das empresas mistas, discorrendo sobre os critérios de admissão de militantes no PC chinês:

"No pronunciamento do se-

cretário-geral do PC da China há um parágrafo específico sobre essa questão. A mais importante proposta submetida ao processo às exigências das forças produtivas avançadas, da cultura avançada e dos interesses fundamentais das massas populares. Na nossa opinião, como consolidar a base de classe, a base social, é um problema importante para um partido que tende a avançar e se desenvolver com o tempo, como o PC da China, que está no poder há mais de 50 anos. Numa situação nova, o secretário-geral propõe que os proprietários das empresas privadas e das empresas mistas de investimento (chineses e estrangeiras), depois de cumprir as condições propostas e experimentando as provas do PC da China, podem filiar-se a este Partido. No entanto, nem todos os empresários podem chegar a esta filiação. As condições consistem em aderir ao programa comunista, aos ideais comunistas, dedicar-se à causa comunista, e tem de experimentar uma prova de longo período. Se eles querem contribuir para a causa socialista, é bom. Além disso, desde a fundação do PC da China, a maioria dos membros tem origem na classe camponesa, mas se existem alguns membros intelectuais que são oriundos de famílias de capitalistas, isto não modifica o caráter do nosso Partido. Na nossa formação partidária, alguns líderes importantes também eram oriundos de famílias ricas. A escolha do membro partidário não depende de ser rico ou pobre, depende da opção comunista e do interesse pela causa socialista; disso depende a filiação. E também isso é determinado pela existência de atividades verdadeiras de luta pela causa comunista, se essa pessoa quer atribuir financiamento e energia para a causa comunista. A classe operária e agrária ocupa 49,6% do PC da China, de todos os membros; no restante, os quadros intelectuais têm grande proporção, empresários só ocupam zero e vírgula e tal por cento. Isto não consegue modificar o caráter do nosso Partido".

AGENDA 2002 80 ANOS DO PCdoB

A MELHOR AGENDA PARA O MILITANTE



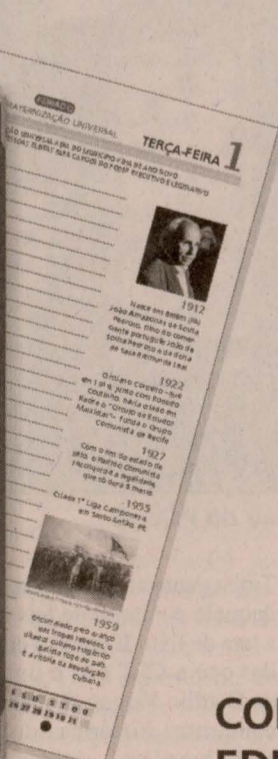
- Mais de 300 acontecimentos
- Principais fatos da história do Partido
- Datas comemorativas
- Poesias políticas
- Agenda telefônica
- 432 páginas e muitas informações...

Unidade R\$ 20,00
(Desconto especial para pedidos acima de 5 exemplares)

COMPRE JÁ A SUA. PEDIDOS PARA A EDITORA ANITA GARIBALDI - TEL: (11) 289-1931

CDM

Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois



MOVIMENTO

Greve contra a retirada dos direitos trabalhistas

JOÃO BATISTA LEMOS*

Comer o ano preparando a luta em defesa do artigo 618 da CLT, contra a flexibilização dos direitos trabalhistas, é tarefa urgente do sindicalismo classista. A custo de pressão, ameaça, chantagem e principalmente promessas de liberação de verbas tanto oficiais quanto do patronato, os parlamentares da base de sustentação do governo aprovaram o projeto que substitui a lei pela negociação em matéria trabalhista. O texto, que autoriza a precarização dos direitos trabalhistas e que legitima o retrocesso nas relações de trabalho, foi aprovado na Câmara, na sessão de 4 de dezembro, por 264 votos favoráveis, 213 contrários e duas abstenções, presentes 479 deputados, depois de ter sua votação adiada por duas sessões, quando a oposição, apoiada pela pressão dos sindicalistas presentes, chegou a ter a maioria dos votos.

O movimento sindical progressista, embora tenha registrado avanços, não conseguiu sair vitorioso em sua luta contra mais este descalabro neoliberal do governo de FHC. Vale destacar que a CUT não titubeou. Desta vez tomou uma posição clara contra o projeto do governo e se pautou por uma ação unitária somando forças com a CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), a CAT (Central Autônoma dos Trabalhadores) e as confederações, o que deixou isola-

das a Força Sindical e a Social Democracia Sindical, braços sindicais do governo e dos patrões.

O movimento sindical ainda não conseguiu mobilizar suas bases e as massas em movimentos mais enérgicos nas ruas e empresas. Somente a pressão sobre os senadores e a presença massiva no Congresso, nos dias de votação, não serão suficientes para impedir as ameaças e as ações corruptoras do Executivo. É preciso fazer valer o peso do proletariado na garantia de suas conquistas, através da preparação de uma greve geral em defesa das conquistas da CLT que uma todo movimento sindical brasileiro, o que já se demonstrou viável. Vários setores das bases da própria Força e SDS engrossaram as reações e pressões unitárias contra o projeto e podem avançar ainda mais nesse novo processo.

Também a denúncia da dramática situação vivida pelos trabalhadores argentinos, onde a flexibilização de direitos trabalhistas foi imposta nos anos 90, pode auxiliar o trabalho de mobilização da greve. Com os trabalhadores na rua e com a unidade do movimento sindical, seremos capazes de aguçar as contradições da base governista levando-a a recuar na aprovação de medida tão impopular, principalmente em se tratando de um ano eleitoral.

O projeto, agora no Senado, está tramitando em regime de urgência constitucional, sob o nº



Ato contra flexibilização de direitos trabalhistas em Brasília

PLC 134/01. O Senado tem 45 dias para deliberar sobre a matéria. O PL foi distribuído simultaneamente às comissões de Assuntos Sociais e de Constituição. Na primeira, para ser aprovado, necessita do voto da maioria dos presentes, desde que pelo menos 41 senadores participem da votação. O relator é o senador Mendes Ribeiro (PFL/RO).

O esforço para derrotar o projeto no Senado deve ser bem superior ao que feito na Câmara. A

CUT tomou posição pela greve nacional, antecedida de amplos protestos envolvendo a massa trabalhadora e amplos setores dos movimentos sociais através do Fórum Nacional de Lutas. É preciso que esta resposta seja unitária e geral. Que seja preparada concretamente, ramo por ramo empresa por empresa, nos sindicatos, federações e confederações. A greve deve ser aprovada em assembleias dos sindicatos e os sindicatos clas-

para envolver outros setores da sociedade nessa batalha. Deve ser elaborado um plano sistemático de visita aos senadores em seus Estados. A atuação no campo institucional e a ação de massas são caminhos para a vitória nesta luta.

É fundamental informar, de forma pedagógica, aos trabalhadores e trabalhadoras, sobre as perdas e retrocessos nos direitos que terão com a aprovação do projeto de FHC e, do ponto de vista estratégico, juntar essa resistência à luta pelo aumento do salário mínimo que tanta importância tem para os aposentados e os assalariados do campo e da cidade. Essas batalhas estarão sendo travadas no congresso, praticamente, no mesmo período.

O projeto de flexibilização dos direitos trabalhistas é parte dos ajustes estratégicos do governo a serviço dos interesses do grande capital. Ao governo interessa aprová-lo antes das eleições presidenciais. O ministro do Trabalho anunciou que as mudanças nas relações de trabalho e na organização sindical não param na aprovação do projeto. Só a rejeição do projeto com a mobilização política da massa trabalhadora, poderá barrar a marcha de desmonte dos direitos sociais e trabalhistas. Vamos à luta.

*do Comitê Central do PCdoB, secretário Sindical

Um grande desafio em 2002

UMBERTO MARTINS

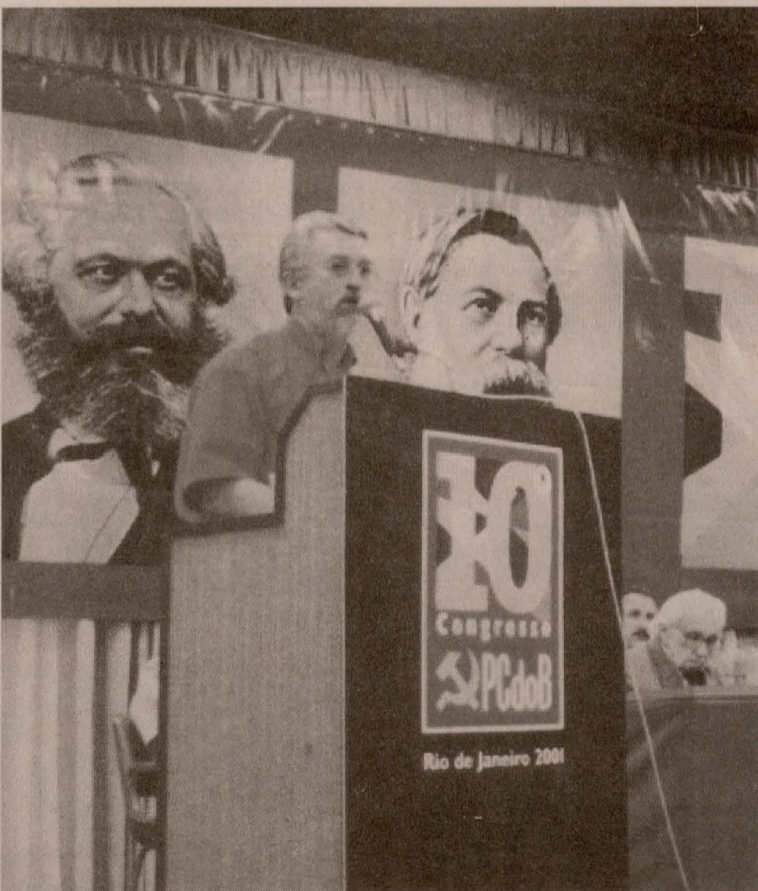
O ano termina deixando aos comunistas e às organizações de massa do proletariado brasileiro um sério desafio para o primeiro trimestre de 2002: a defesa da CLT. Em que pesem as dificuldades de praxe e a ressaca dos feriados, é indispensável realizar um esforço redobrado e concentrado de conscientização e mobilização do povo brasileiro, em particular dos assalariados, contra o Projeto de Lei 5.483, que deve ser votado em março do Ano Novo pelo Senado. Trata-se de um golpe traiçoeiro aplicado por FHC e pelo FMI contra os trabalhadores.

O PL altera o artigo 618 da CLT, introduzindo o princípio de que doravante nas relações entre capital e trabalho o negociado deve prevalecer sobre o legislado. Benefícios como 13º Salário, licença maternidade, adicional sobre hora extra e FGTS, entre muitos outros, deixam de ser o que se costuma chamar de direito líquido e certo, transformam-se em objeto da "livre negociação" entre patrão e empregado, através dos sindicatos, podendo ser devidamente "flexibilizados".

Dada a correlação de forças entre as duas partes em questão, agravada hoje pelo desemprego em massa e a precarização crescente, a mudança aponta para a perspectiva do fim do Direito do Trabalho no Brasil - e o retrocesso das relações sociais às condições

vigentes no início do século XX, época de jornadas ilimitadas (de 12 a 16 horas diárias) e ausência de direitos. Não parece ser outro o objetivo do projeto neoliberal, que se define assim como uma política do capital para contornar a crise econômica já crônica do sistema (traduzida na redução das taxas de crescimento) maximizando os lucros através da exacerbação do grau de exploração da força de trabalho e da espoliação imperialista.

A proposta foi preparada na surdina pelo governo e encaminhada em regime de urgência urgentíssima ao Congresso Nacional no dia 2 de outubro, na esteira da onda política reacionária deflagrada após os atentados de 11 de setembro nos EUA e com o intuito de surpreender e neutralizar o movimento sindical. Apesar da manobra ardilosa, houve resistência da CUT, CGT e outras entidades sindicais, e divisão na base parlamentar do governo, com o PMDB firmando posição contra. Para aprovar seu antipático e reacionário projeto, prometido ao FMI no acordo assinado em novembro de 1998, FHC usou o expediente de rotina: comprou consciências e votos com (muito) dinheiro público. A Força Sindical dos senhores Paulinho e Medeiros levou mais de 700 mil reais (desembolsados em duas parcelas durante o mês de novembro) para traír os interesses dos assalariados e dividir o meio sindical, emprestando seu apoio ao presidente.



Felício, da CUT, no 10º Congresso do PCdoB

Infelizmente, apreciações equivocadas e preconceituosas sobre a "Era Vargas" e a própria CLT (criada em 1943), comuns nos círculos de esquerda e exploradas com habilidade pela direita, contribuíram para o desarme espiritual de muitas lideranças sindicais contra a ofensiva reacionária do governo.

Tinha gente achando que o destino daquele conjunto de leis devia ser a lata de lixo. É preciso compreender que a CLT não é uma dádiva de Getúlio Vargas. É a tradução de conquistas históricas do proletariado brasileiro obtidas ao longo de um século de muitas lutas, consolidadas em Lei e transformadas,

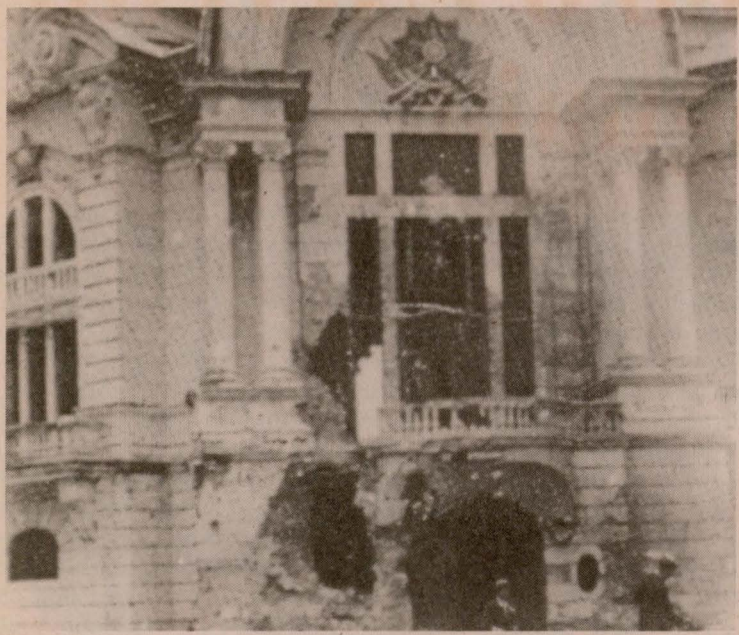
desta forma, em direitos universais dos trabalhadores que têm carteira assinada. Deve ser encarada com merecido carinho e zelo por todo trabalhador consciente e defendida com unhas e dentes.

Contradições no Senado

A luta não acabou. A tramitação do PL no Senado (onde a oposição e o PMDB constituem maioria) pode ser mais complicada para o governo, que corre um risco maior de derrota naquela Casa, ainda mais se o movimento popular reagir à altura. A CUT e outras centrais decidiram encaminhar um amplo movimento de esclarecimento e mobilização das bases sindicais durante os meses de janeiro e fevereiro, num processo que deve desembocar em fortes manifestações de rua, inclusive numa possível greve geral.

Para exercer seu papel de vanguarda do proletariado, o PCdoB tem que se colocar na linha de frente desta batalha, que possui uma importância histórica invulgar na luta de classes entre o capital e o trabalho em nosso país. Será necessário sacudir a poeira das festas e já em janeiro concentrar energia na árdua tarefa de conscientizar, mobilizar e organizar os trabalhadores para a luta em defesa da perspectiva de uma paralisação nacional em março.

PCdoB



Quartel da Polícia tomado pelos insurretos em Natal

Insurreição Comunista de 1935

Por iniciativa do vereador George Câmara (PCdoB-Natal), no dia 23 de novembro a capital do Rio Grande do Norte foi palco de uma homenagem aos 66 anos da Insurreição Nacional Libertadora de 1935. Foram entregues títulos de cidadão natalense a três protagonistas desse fato: Francisco Guilherme de Souza, Francisco Meneleu dos Santos e Glicério Sátiro de Lucena (in memória).

Com essa atividade, o vereador George busca resgatar a outra versão da história de 1935, repleta de utopias e verdades que, contando com a contestação à ordem e ousadia dos insurretos do povo, ajudou a canalizar a luta do Partido Comunista do Brasil. Segundo ele, o movimento é motivo "para se orgulhar". Justificando seu posicionamento, ele esclareceu que, longe de ser uma "intenção" – como é conhecida até hoje – a insurreição foi um movimento forte, que teve erros e acertos.

Rememorando os fatos

Entre 23 e 27 de novembro de 1935, o Rio Grande do Norte foi o único Estado onde os insurretos efetivamente tomaram o poder, uma vez que as tentativas no Rio de Janeiro (capital do país na ocasião) e em Recife resultaram infrutíferas. Era marcante a insatisfação com a situação econômico-social e com os rumos tomados pela revolução de 1930, principalmente nas baixas patentes das Forças Armadas. Getúlio Vargas era o governante. O nazifascismo ganhava adeptos em todos os cantos do país.

A revolta deveria eclodir de forma sintonizada, num único movimento. No entanto, em Natal houve precipitação. Comandado e executado por militares do Exército ligados ao Partido Comunista, com a colaboração e participação efetiva de civis – operários, funcionários públicos, estivadores, sapateiros etc. –, o levante ocorreu num sábado, pouco antes das 20 horas, quando um grupo de cabos, sargentos e militantes tomou o 21º Batalhão de Caçadores (atual Escola Estadual Winston Churchill), fez vários prisioneiros na cidade, entre eles o chefe de Polícia João Medeiros e proclamou a constituição de um Governo Popular Provisório.

O movimento teve bastante apoio popular. Não houve cenas

de banditismo. As liberdades democráticas foram respeitadas, sem arbitrariedades ou coações. Mesmo os fascistas de Natal não sofreram nenhuma represália durante a revolta.

A principal ação militar foi a conquista do Quartel da Polícia Militar, que ficou sitiado sob fogo cruzado por quase 24 horas. As forças revolucionárias estavam em maior número e necessitavam somente subir até o quartel para recarregar as armas e voltar à luta. Nesse momento, entretanto, sofreram resistência de alguns membros do Batalhão, dentre os quais houve um ferido, alguns presos e muitos fugiram.

Os insurretos ocuparam o palácio residencial do governador até que receberam a notícia de que tropas de Recife e João Pessoa estavam chegando para reprimir o movimento. Mais de mil potiguares foram indiciados, processados e (alguns) condenados pelo Tribunal de Segurança Nacional. O principal líder foi o sargento Quintino Clementino de Barros, que assumiu a responsabilidade do movimento perante o Tribunal.

O movimento revolucionário de 1935 entusiasmou as massas. Apesar da sua curta duração, o governo abaixou os preços das passagens dos bondes e do pão; decretou a reforma agrária; distribuiu víveres em todos os cantos da cidade; nas feiras, prendeu os cobradores de impostos e editou o jornal *A Liberdade*, uma única vez, no dia 27 de novembro de 1935. Ele foi impresso na gráfica de *A República*, o veículo oficial do governo.

Os homenageados

Francisco Guilherme de Souza nasceu em 1910 e foi membro do Sindicato do Garrancho e do Partido Comunista. Preso e sentenciado após o levante de 35, cumpriu dois anos de trabalhos forçados. Por ocasião da anistia, voltou à diretoria do Sindicato do Garrancho.

Francisco Meneleu dos Santos, nascido em 1917, era tipógrafo. Foi responsável pela confecção de *A Liberdade* – jornal que divulgou o ideário do Levante de 35. Tal participação lhe custou seis anos de prisão.

Glicério Sátiro de Lucena viveu de 1920 a 2001. Era soldado do Exército e participou ativamente do movimento sedicioso em Natal e no interior. Cumpriu dois anos de prisão.

25 anos da chacina da Lapa

AUGUSTO CÉSAR BUONICORE*

“Comunico-lhe que o seu PCdoB acabou”. Esta frase dita por um policial-torturador ao dirigente comunista Haroldo Lima um dia após a sua prisão mostra bem a arrogância dos esbirros da ditadura naquele ano de 1976. Os fatos pareciam confirmar aquela trágica sentença. Os jornais daquele dia 17 de dezembro também estampavam: “O PCdoB foi destruído”.

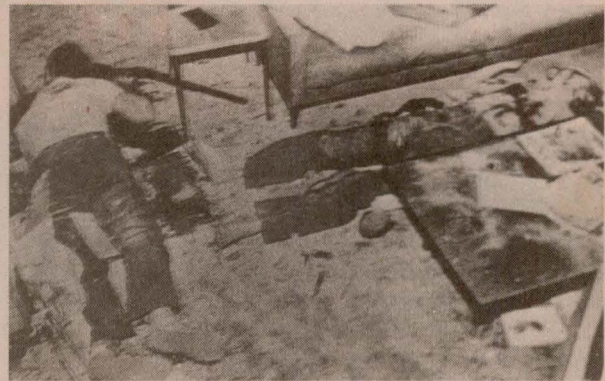
Um dia antes, uma operação comandada pelo IIº Exército realizava o último massacre contra militantes de organizações de esquerda que combatiam o regime militar. A repressão assassinava brutalmente os dirigentes comunistas Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e João Batista Drummond.

A operação montada pelo IIº Exército, dirigido então pelo general Dilermando Monteiro, visava assassinar alguns dos principais dirigentes do PCdoB. A casa, localizada no bairro da Lapa em São Paulo, na qual se reunia a direção do Partido, só pode ser descoberta graças à colaboração de um traidor chamado Jover Telles, que era membro do órgão dirigente.

Quando os participantes da reunião do Comitê Central começaram a sair do “aparelho” o cerco policial se fechou e começaram as prisões e o frio extermínio dos dirigentes comunistas. Foram aprisionados, e depois torturados, cinco membros do Comitê Central: Elza Monnerat, Aldo Arantes, Haroldo Lima, Wladimir Pomar, João Batista Drummond e o militante Joaquim Celso de Lima. Drummond acabou não resistindo às torturas e morreu nas dependências do DOI-CODI, no qual havia morrido um ano antes Wladimir Herzog. A versão mentirosa da ditadura foi que ele havia sido atropelado ao tentar fugir da polícia.

Na manhã do dia 16 de dezembro iniciou-se o ataque à casa na qual se encontrava o restante dos

membros do Comitê Central. Arroyo e Pomar foram sumariamente executados. Eles estavam desarmados e não foi lhes dada nenhuma chance de defesa. O corpo de Pomar tinha cerca de



Pomar e Arroyo, assassinados na casa da Lapa

50 perfurações de bala. A ditadura divulgou a falsa versão de que eles haviam sido mortos durante um tiroteio e remontou a cena do massacre colocando armas ao lado dos corpos mutilados.

Nesta operação a repressão também pretendia assassinar João Amazonas, como se depreende da entrevista de Dilermando Monteiro, publicada na revista *Istoé*. Nela o general afirmava: “Nós descobrimos que naquele dia iria haver uma reunião em tal lugar, com a presença de tais e tais elementos, e aí fomos um pouco embromados, porque constava para nós que o João Amazonas estaria presente e o mesmo estava na Albânia, mas para nós ele estaria presente naquela reunião.”

No final de 1976 o PCdoB era o único movimento revolucionário que ainda se mantinha minimamente organizado, com uma direção nacional que se reunia e um jornal, *A Classe Operária*, que circulava com certa regularidade. A repressão, depois de destroçar as organizações que promoveram a guerrilha urbana, partia então para desmantelar o Partido que realizava o principal movimento guerrilheiro contra a ditadura militar: a Guerrilha do Araguaia. O ódio dos generais reacionários contra os dirigentes da guerrilha era enorme. Destruir o PCdoB era o sonho obstinado desses senhores.

Passados 25 anos, o Partido Comunista do Brasil não só sobre-

viveu como se fortaleceu. Menos de dois anos depois do massacre, em 1978, o Partido já estava reorganizado e realizava a sua 7ª Conferência Nacional. Ela instrumentalizou o PCdoB para atuar nas grandes lutas populares e democráticas que eclodiriam no país nos últimos anos da década de 70 e início da década de 80. Ele esteve à frente da luta contra a ditadura militar, pela anistia, contra a carestia, em defesa dos direitos sociais dos trabalhadores, pela diretas já!. Em 1985, com o fim da ditadura militar, o Partido reconquistou a sua legalidade. Dezenas de milhares de trabalhadores e estudantes engrossaram as fileiras do Partido dos mártires do Araguaia e da Lapa.

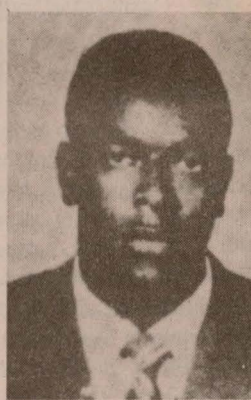
O 10º Congresso, realizado em dezembro último, afirmou em alto e bom som que o PCdoB vive, floresce e se capacita cada dia mais para ser a força dirigente do processo de transformação social que tanto necessita a nação brasileira. Quanto àqueles que prenderam, torturaram e assassinaram comunistas e democratas, são obrigados a viver nas sombras. Seus nomes não podem ao menos ser pronunciados. Pelo contrário, ao chamado de cada nome dos heróis da Lapa e do Araguaia respondemos sempre numa só voz: Presente!

*do Comitê Central, historiador, doutorando em Ciências Sociais no IFCH-Unicamp

Osvaldão e Expedito: cidadãos do Pará

Assembléia Legislativa do Pará realizou no dia 14 de novembro a Sessão Solene de entrega dos títulos de “Cidadãos do Pará” (- Post Mortem) aos comunistas Osvaldo Orlando Costa, comandante do destacamento B da Guerrilha do Araguaia, e Expedito Ribeiro, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria, assassinado pelo latifúndio. Os projetos que concederam os títulos são da deputada Sandra Batista, do PCdoB, e foram entregues a Cristina Costa, sobrinha de Osvaldão, e Antônia Ribeiro, filha de Expedito.

Nascido em 27 de abril de 1938 em Passa Quatro (MG), Osvaldão estudou na Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro. Foi campeão de boxe amador pelo Botafogo, fez CPOR e tornou-se oficial de reserva e um atirador notável. Morou na Tchecoslováquia por alguns anos e formou-se em Engenharia. Fixou-se na região do Araguaia em 1969, numa



Osvaldão

posse de terra às margens do rio Gama-leira (município de Palestina). Em outubro de 1973 Osvaldão estava entre os últimos combatentes da guerrilha que tinham sobrevivido. Foi assassinado pelo “bate-pau” Arlino Piau, e seu corpo foi içado de dentro da mata por um helicóptero e, suspenso no ar, visitou vários lugares. O Exército deixou o corpo a mostra em Xambioá, para a visitação pública.

Expedito Ribeiro de Souza era poeta e dirigente do PCdoB no Pará. Foi assassinado no dia 2 de fevereiro de 1991, a mando do fazendeiro Jerônimo Alves de Amorim. Expedito nasceu em Frei Inocência (MG). Tinha 43 anos quando foi assassinado. Casado, tinha nove filhos. Chegou ao Pará em meados da década de 70, indo para a antiga localidade de Rio Maria, na época município de Conceição do Araguaia. Sem terra para produzir, passou a trabalhar para o latifúndio. Em 1977 iniciou sua participação nos

movimentos organizados pela reforma agrária e em defesa dos trabalhadores rurais. Em 1979 mantém contato com o dirigente comunista Paulo Fonteles. Junto com João Canuto e outros companheiros, organizou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria em 1983. Em 18 de dezembro de 1985, quando João Canuto foi assassinado no exercício da presidência do Sindicato, Expedito era tesoureiro. Em 1988, Expedito foi eleito presidente do Sindicato e concorreu à Prefeitura Municipal pelo PCdoB. A partir deste ano, as ameaças se intensificaram. As entidades sindicais e de Direitos Humanos do Brasil e de outros países denunciaram e solicitaram aos governos estadual e federal proteção para Expedito, o que nunca foi feito. Na noite de 2 de fevereiro de 1991, quando voltava do Sindicato foi morto pelo pistoleiro José Serafim Sales, o “Barreiro”, a mando de Jerônimo Amorim, com um tiro pelas costas. Em 2000, em um fato inédito no Pará, o primeiro mandante de crime contra trabalhador rural sentou no banco dos réus e Jerônimo foi condenado por 15 anos e seis meses de prisão.

Testemunha conta como o Exército matava no Araguaia

EUMANO SILVA*

O agricultor Cícero Pereira Gomes depôs, em sigilo, para a Comissão de Direitos Humanos da Câmara, como foi forçado a ocultar a História desde os tempos da Guerrilha do Araguaia.

No palco da Guerrilha do Araguaia, a população ainda carrega o trauma do tempo em que o Exército, ajudado pela Marinha e pela Aeronáutica, combateu militantes do PC do B. Entre abril de 1972 e janeiro de 1975, cerca de 10 mil soldados derrotaram 69 comunistas. Os governos dos presidentes Emílio Garrastazu Médici e Ernesto Geisel mantinham o povo alheio ao que acontecia. A crueldade dos métodos usados pelos militares para obter informações sobre os guerrilheiros, porém, não sai da memória dos habitantes da região. As pessoas eram proibidas de sair de suas casas nas cidades e as mulheres não podiam andar sozinhas porque temiam ser atacadas por soldados.

O Exército torturou e matou guerrilheiros e camponeses sem qualquer respeito à Convenção de Genebra, o regulamento internacional das guerras. Em troca de recompensas oferecidas pelo governo federal, os militares apresentavam cabeças cortadas de guerrilheiros mortos. Cemitérios clandestinos foram criados e ainda hoje os familiares das vítimas não sabem onde elas foram enterradas. Cícero Pereira Gomes, hoje com 68 anos, tinha uma posse de terras na região de São Geraldo, no sul do Pará, quando recebeu a visita do Exército em outubro de 1973.

"Os soldados disseram para eu avisar toda vez que visse um guerrilheiro", contou. Na segunda vez que levou notícias aos militares, foi convocado para trabalhar como guia. Durante dois anos e três meses, Cícero ficou à disposição do Exército. "Vi tanta sujeira que nunca mais vou me esquecer. Morro e não acaba essa paixão". Cícero perdeu a conta das vezes que viu moradores da região serem torturados para dar informações sobre os guerrilheiros. Fornecer qualquer tipo de ajuda aos comunistas era considerado um crime sem perdão. "Apanhavam com tala de coco, que faz o couro murchar para dentro, até ficar inchados e, se morriam, eram jogados no mato". Uma das práticas mais comuns, segundo ele, era afundar a cabeça dos lavradores em tambores de duzentos litros cheios de água. Outra prática era pendurar pelos órgãos sexuais os suspeitos de ajudar os comunistas. Os testículos de um deles teriam ficado com meio metro de comprimento. "Isso aconteceu com o Zé Novato, e eu não sei como ele resistiu." José Novato ainda é vivo, mora em São Geraldo e recentemente sofreu um derrame.

Cícero lembra da morte e decapitação do guerrilheiro Adriano Fonseca Fernandes Filho. "Ele foi morto por Raimundinho com um tiro de espingarda no peito, a mando do tenente dr. Silva, que comandava a operação". Adriano Fonseca era mineiro de Pon-

te Nova. Cursou Filosofia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e participou do movimento estudantil no final dos anos 60. Em 1971, mudou-se para a região da Gameleira, às margens do rio Araguaia. "Quando ele recebeu o tiro, soltou um gemido tão doído que até hoje parece que eu escuto. No dia seguinte, o mesmo Raimundinho cortou a cabeça do Chicão", afirmou. "Ajudei a carregar a cabeça dele num saco, por uns dois quilômetros, pelo meio da mata. Pesava tanto que até parecia um corpo 'inteiro', destacou o ex-guia. "Disseram que a morte dele valeu 5 mil cruzeiros em Brasília". Isso teria acontecido no final de novembro de 1973.

Numa ocasião, o guerrilheiro Daniel Callado, estirado no chão, recebia murros e pontapés dos soldados. "Eu falei para o Curió que, se o homem merecia morrer, que morresse, mas que não deveria sofrer daquele jeito", disse Cícero, referindo-se a Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido como Major Curió, um dos comandantes da repressão militar ao movimento armado do Araguaia. Daniel Callado nasceu em São Gonçalo, no Rio de Janeiro, e foi preso pelo Exército no final de 1973.

Arlindo Valadão, conhecido no Araguaia como Ari, foi presidente do Diretório Acadêmico do Instituto de Física da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Seu corpo estaria ainda hoje na fazenda de um irmão de Cícero, chamado José Edmilson. O corpo, porém, não está inteiro. "Três meses e onze dias depois do enterro, o Exército foi lá e cortou a cabeça dele com a ajuda do João do Buraco". O corpo da guerrilheira, Dinaelza Santana Coqueiro, segundo a testemunha, está enterrado na altura do quilômetro 114 da rodovia que liga São Geraldo a Marabá, também no Pará. Dinaelza usava o codinome Mariadina. Da estrada, Cícero apontou o local da cova, perto de uma casa de tábuas.

O ex-mateiro não quis ir até o local para não ser visto pelos moradores da casa. Deu alguns detalhes. Disse que a cova fica do lado esquerdo da curva de um caminho velho, perto de onde havia uma antiga tapera.

Maria de Lourdes Ribeiro de Lima, 48 anos, carrega um trauma. No início dos anos 70, trabalhava na roça com o marido Domiciano Ferreira Lima em Pau Preto, próximo ao rio Araguaia. Um dia, um grupo de soldados do Exército chegou na casa de Lourdes em busca de notícias sobre os militantes do PCdoB que preparavam a Guerrilha do Araguaia. Naquele mesmo dia Domiciano foi levado pelos soldados. O sogro de Lourdes, Graciliano Fer-

reira Lima, também foi aprisionado. Nunca mais apareceram em casa.

Antes de casamento, Lourdes havia morado por cerca de um ano com o tio José Ribeiro Dourado, marido de Maria Madalena de Souza. Em 1972, um helicóptero do Exército desceu na roça do casal e José tam-

bém foi preso com a promessa de que voltaria. Por vários meses, Madalena ia à base militar perguntar pelo marido. Diziam que um dia ele voltaria. Davam alguns alimentos, como leite, açúcar e café. Tinham quatro filhos. O mais velho, com 12 anos, ficou preso por mais de dois meses.

Era obrigado a fazer comida para os militares na base. Quando saiu, estava louco. José nunca mais foi visto.

Alguns dias depois, o Exército voltou e levou Maria de Lourdes para a base militar de Xambioá, na época situada em Goiás, hoje Tocantins. Durante 18 dias, foi a única mulher entre milhares de homens. "Eu era vigiada todos os instantes, até quando ficava pelada para tomar banho", afirmou. Um dia um dos militares a levou para um canto separado. "Ele falou que, se eu não desse informações sobre os guerrilheiros, iria me cortar junta por junta. Ele me dava choque elétrico nas orelhas e nos peitos. "Maria de Lourdes pensa que um dia viu Domiciano num barraco, junto com outros presos. "Estava com um ferro amarrado nos braços. Tentei, mas não consegui falar com ele." Ao final de quase três semanas de humilhações, um médico perguntou se Lourdes tinha conhecidos em Xambioá. A mulher do tio José, Maria Madalena, tinha ido a Belém para tratar da saúde de uma filha pequena, que morreu em seguida. Lembrou-se de Francisca Maria da Conceição Souza, irmã de Maria Madalena, conhecida como Chica: "Quem me levou para a casa dela foi um preto grosso, chamado Ivo, que me proibiu de sair da cidade. Eu estava arriada dos nervos e passei muito tempo doente."

João José dos Santos, hoje com 74 anos, tinha oito filhos quando foi preso pelo Exército. Ficou os 15 primeiros dias na base militar de Xambioá. "Apanhei igual a um jumento nas costas, nas pernas, no corpo inteiro. Eles me batiam sem dó com vara de coco assada e aquilo provocava uma dor que nem dá para explicar". João morava na Gameleira, região onde ficava um dos principais acampamentos dos guerrilheiros. Duas semanas depois de chegar em Xambioá, foi transferido para Araguaína, hoje em Tocantins, pertencente, na época, a Goiás. As torturas continuaram por mais dois meses e meio. Ficou preso num cercado de arame, junto com outros moradores acusados de ajudar guerrilheiros. "Os guerrilheiros passavam muito na minha casa porque eu morava perto da estrada e eram muito bons pra gente", diz João.

O lavrador Darci Alves da Silva, 60 anos, conhecido por Pissida, foi preso junto

com o irmão Silvano. "Silvano tinha apanhado de pau e ficou cheio de buracos nas costas". Dois meses depois de ser solto, morreu em decorrência das surras que levou. Darci vivia em Santa Cruz quando foi preso pelo Exército. Passou dois anos preso em Xambioá e 15 dias em Araguaína.

Leonardo Miranda Silva trabalha de foice na região da Abóbora e esperava o sinal de um amigo para caçar na mata. Ouviu um barulho e respondeu pensando que era o companheiro. Apareceram uns quinze soldados. "Você estava pensando que éramos terroristas e por isso atendeu quando chamamos", disseram os militares. O lavrador foi obrigado a correr encapuzado na base militar de Xambioá. Depois foi para uma cadeia de Araguaína. Ficou 40 dias sem mudar de roupa. Era obrigado a capinar o mato para os militares. Levou choque nas orelhas. "O couro da cara encolhia", afirmou. Depois da prisão perdeu as forças nos tornozelos e nunca mais teve boa saúde.

Lauro Rodrigues dos Santos tinha 15 anos quando trabalhava junto com Sabino, um rapaz que apareceu na fazenda sem saber o nome completo. Estavam na roça e Sabino apareceu com um objeto que os dois não sabiam do que se tratava. Curioso, Lauro pegou a peça verde com letras escritas em amarelo. Puxou um pino que pendia de um lado e provocou uma grande explosão. Era uma granada. Sabino morreu na hora e Lauro ficou gravemente ferido. Além de perder parte de um braço, recebeu estilhaços que deixaram marcas por todo o corpo. "Fiquei 20 dias sem enxergar", diz. Quinze dias depois, dois militares estiveram no local para investigar o acontecido. O Exército assumiu ter largado a bomba no local, por esquecimento.

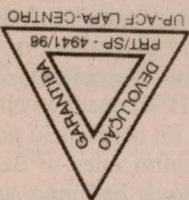
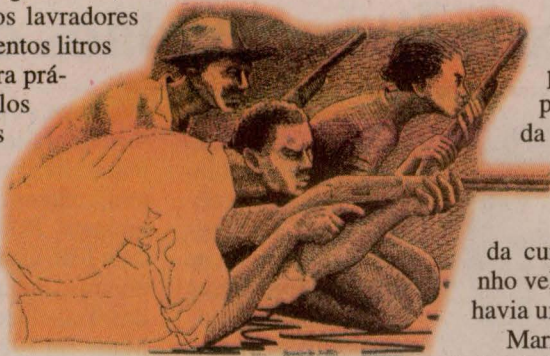
Memórias da guerrilha

A guerrilha começa a entrar para a história oficial de Xambioá, no Tocantins, quase 30 anos depois da morte dos últimos combatentes comunistas. O prefeito Wilmar Leite Júnior, do PPB, aprovou a criação de um memorial para o movimento armado. "A população perdeu o medo e sabe da importância da guerrilha para a história e o turismo da região", diz o prefeito.

O monumento terá um museu com objetos relacionados à guerrilha, biblioteca e espaço para oficinas de arte. Abrigará também um mausoléu para enterrar os mortos da guerrilha. Vítima de torturas e desaparecimentos, a própria população tem interesse em mostrar para o restante do país o que foram obrigados a esconder até hoje. Como atrativo, Xambioá ainda oferece as belezas naturais do rio Araguaia e da Serra das Andorinhas, do lado paraense.

Em São Geraldo do Araguaia, no Pará, existe o Museu Regional de História Natural da Destruição da Floresta Amazônica. "Precisamos mostrar para o Brasil a importância que a guerrilha teve na nossa história", afirma Eduardo Lemos Porto, responsável pelo museu.

*jornalista do Correio Braziliense



IMPRESSO



CDM
Rua Adonir Barboza, 53 - Bela Vista
CEP 01318-020 - São Paulo - SP
Tel.: 0XX11 3104 4140
Fundação Maurício Grabois